



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM COGNIÇÃO,
TECNOLOGIAS E INSTITUIÇÕES - PPGCTI

MARIA LAUDINETE DE MENEZES OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO
WEBJORNALISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ

2022

MARIA LAUDINETE DE MENEZES OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO
WEBJORNALISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Cognição, Tecnologia e Instituições.

Linha de Pesquisa: Experiências Humana, Social e Técnica

Orientador: Prof^a. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira

MOSSORÓ

2022

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

D48r DE MENEZES OLIVEIRA, MARIA LAUDINETE.
REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
NO CONTEXTO DO WEBJORNALISMO DO RIO GRANDE DO
NORTE / MARIA LAUDINETE DE MENEZES OLIVEIRA. -
2022.
159 f. : il.

Orientadora: KYARA MARIA DE ALMEIDA VIEIRA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Cognição, Tecnologias e Instituições, 2022.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. 2.
IDENTIDADE. 3. REPRESENTAÇÃO. 4. WEBJORNALISMO.
I. DE ALMEIDA VIEIRA, KYARA MARIA, orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA LAUDINETE DE MENEZES OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO
WEBJORNALISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Cognição, Tecnologia e Instituições.

Linha de Pesquisa: Experiências Humanas, Social e Técnicas.

Defendida em: 18/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

KYARA MARIA DE
ALMEIDA

VIEIRA:00779232437

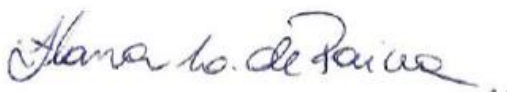
Assinado de forma digital por

KYARA MARIA DE ALMEIDA

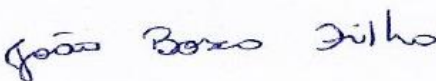
VIEIRA:00779232437

Dados: 2022.02.19 16:11:24 -03'00'

Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira (UFERSA)
Presidente



Profª. Dra. Ilana Lemos de Paiva, Profa. Dra. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFRN)
Membro Examinador



João Bosco Filho, Prof. Dr. (Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família no Nordeste - RENASF/UFRN)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

*Ando tão à flor da pele
Qualquer beijo de novela me faz chorar
Ando tão à flor da pele
Que teu olhar flor da janela me faz morrer
Ando tão à flor da pele
Que o meu desejo se confunde
Com a vontade de não ser
Ando tão à flor da pele
Que a minha pele tem o fogo do juízo final
Um barco sem porto
Sem rumo, sem vela
Cavalo sem sela
Um bicho solto
Um cão sem dono
Um menino, um bandido
Às vezes me preservo
Noutras, suicido
(Zeca Baleiro)*

Não sei vocês, mas todas as fases da minha vida foram embaladas por trilhas sonoras. Sou apaixonada por música desde a infância, lembro-me de quando sentava em frente ao radinho, pegava uma fita, colocava para tocar e ia escrevendo letra a letra aquela música, porque eu tinha que aprender e eu tinha que guardar. Minhas lembranças sempre foram muito musicadas, mas do que datadas. Eu sou eclética, nunca consegui me encaixar em apenas um gosto de estilo musical, eu simplesmente gostava de tudo que fizesse sentido para mim. Escolhi essa música de Zeca Baleiro, porque ela representa essa fase aqui, traduz em parte um pouco desse percurso em que eu precisei trilhar sempre tão “a flor da pele”. Parte dessa sensibilidade tão aflorada se deu, pelo fato, de que no meio dessa etapa de pesquisa, em um momento específico, eu fui tirada do eixo, do foco, tudo se revirou, se bagunçou, internamente e externamente. Eu precisei lidar nada menos do que com o luto. Ora, logo eu, que nunca consegui me entender com a morte, estava ali precisando lidar com ausência, dor e a saudade, de alguém, que para mim era um dos sentidos de eu querer estar aqui, como canta

Baleiro, eu entrei em “um barco sem porto, sem rumo, sem vela, cavalo sem sela (...)”. Não obstante, todos nós tivemos que lidar ainda com uma pandemia, que todos os dias nos fazia temer a morte, mas principalmente a vida, pelo medo de saber que a cada dia a mais em que acordávamos aqui, teríamos que assistir à partida de tantas outras pessoas queridas. Achar o porto, o rumo, a vela e a sela, para seguir, não tem sido uma tarefa fácil, mas por sorte, nessa navegação, eu não estive sozinha, eu estive com pessoas que me apoiaram, me orientaram e me ajudaram a chegar a algum lugar. Portanto, são a essas pessoas que eu preciso agradecer e deixar seus nomes registrados aqui, para que se tornem sempre presentes na minha história, escrita e lembrada. Não existe para mim uma ordem cronológica de pessoas mais essenciais nesse percurso, pois cada uma contribuiu de sua forma e como pode algumas conscientes do que eu precisava, outras não sabiam e talvez nem saibam como ajudaram.

Agradeço, inicialmente, a minha família, pois são por eles que eu quis estar aqui e sobretudo, depois da nossa perda imensuravelmente dolorosa, foi só por eles que eu consegui chegar até aqui. Deixo registrado aqui o nome do meu irmão Rodrigo Rodrigues, para que quem leia esses agradecimentos, possa sentir todo o meu amor e a minha maior saudade.

A meu esposo Charles, por sempre acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui, por ter sonhado esse mestrado junto comigo, mas, principalmente, por fazer com que esse processo fosse seu também, estando disposto a me ajudar, me ouvir, a ler cada palavrinha desse trabalho e me apoiar sempre. Obrigada por estar sempre ao meu lado e por me mostrar cada dia o melhor de mim. Amo-te.

A minha mãe Damiana, meu pai Saturnino, meus irmãos Larissa, Almiro, Terezinha e Neto, a meus sobrinhos Batista, Bruno, Ruan, Almiro Neto, Felipe e nossa princesa Giovanna, pelo o amor, carinho, cuidado e compreensão. Desculpar-me por minhas ausências, aquelas nos almoços de domingo, nas datas especiais, no final da tarde na calçada, no acompanhamento as consultas médicas, na feira do mês, enfim, em todos os momentos em que precisaram de mim e que eu não pude estar presente. Saibam que essa ausência foi a mais difícil e dolorosa de todo esse processo, mas também me fortaleceram e me ensinaram que os momentos mais simples, são de fato, os mais importantes. Obrigada por estarem sempre me esperando e me receberem de braços abertos e aconchegantes. Vocês são e sempre serão minha maior razão.

A minha orientadora, Kyara, primeiramente por ter aceitado o desafio de embarcar junto comigo em uma temática de pesquisa tão nova a ela, confesso que sempre tive curiosidade em saber como e porque ela escolheu meu projeto naquela seleção. Será destino? Maktub? Nem sei se acredito nisso, mas eu acredito que tinha algo muito superior que fez nosso encontro acontecer. Devido a pandemia, nossos encontros presenciais foram restritos. No primeiro ano

do mestrado, nos encontramos algumas vezes em sala de aula e lembro-me muito bem da sua voz alta, empolgada, do senso crítico, algo meio humorada e da postura pontualmente política, que sempre me transmitiam o sentimento de luta e resistência. Kyara, talvez nem saiba, o quanto que ela me despertou, de como me fez ver e refletir sobre tantas coisas e perceber as nuances da vida sob outras lentes. Talvez ela nem tenha total consciência do quanto me ajudou e me impulsionou. Obrigada, Ky, pela possibilidade de adentrar ao seu mundo, mesmo que um pouquinho, pela confiança, respeito e carinho que construímos ao longo desse tempo. Espero que um dia possamos sair para tomar aquela cervejinha, se bem que na verdade eu provavelmente irei preferir um vinho ou um drink, você sabe (risos).

Agradeço aos meus amigos Aline, Denilson, Rosana e Davson, por escutarem sempre as minhas lamentações e mesmo já me tornando a chata dos rolê “porque eu tinha uma pesquisa para terminar e não iria conseguir”, sempre me apoiaram, acreditaram em mim e torceram junto para que tudo desse certo.

A todos os meus colegas de turma, pelo apoio, amizade e incentivo, em especial a minha dupla de faculdade e de mestrado Hudson, por todos os momentos que você conseguiu deixar tudo mais leve e alegre, e que mesmo apesar de sermos tão diferentes, como você sempre dizia, um sempre esteve junto ao outro fazendo tudo ter sentido. Grata por viver mais etapa com você.

Aos professores do PPGCTI por todos os ensinamentos compartilhados através das aulas, dos encontros, que por sinal foram durante esse período a lembrança mais próxima e presente que eu tinha sobre estar em grupo. Vocês são grandiosos.

A essa banca examinadora, Professora Ilana Paiva e Professor João Bosco, que esteve presente também na qualificação, por acompanhar esse processo, por todas as valiosas contribuições dadas ao trabalho e por estarem até o final, gratidão.

Por fim, agradeço a Deus, rei eterno e imortal, invisível e tão presente, conhecedor dos meus medos, minhas limitações, minhas angústias e meu coração. Obrigada por me amar, mesmo sendo tão falha, pela presença e conforto nos momentos mais difíceis dessa caminhada. A Ele toda minha gratidão.

Pensei, inicialmente em dedicar esse trabalho a todas as pessoas em situação de rua, mas como este deverá ser lido principalmente por aqueles que não fazem parte desse grupo, é a esses que dedico esse trabalho. Espero que quem tiver acesso a essa leitura, se sinta mobilizado, assim como eu, a lutar contra o conformismo e a indiferença e que em algum grau, possam se integrar aos processos de mudanças, para que em algum momento, a lei da seleção social esteja presente apenas nos livros históricos. Também dedico esse trabalho a pessoa de João Maria Duarte Bonifácio que foi atropelado nas ruas de Natal (RN), próximo ao Viaduto do Baldo, ao atravessar em sua cadeira de rodas na linha de pedestre. Dias após ele não resistiu aos ferimentos. O nosso trabalho apresenta falas de João Maria que problematizam os discursos da sociedade e da mídia, trazendo relevância científica, mas, sobretudo social a esse trabalho.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral pesquisar as representações da População em Situação de Rua (PSR) a partir da produção discursiva dos veículos midiáticos digitais. Para atender o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter documental, objetivando levantar o corpus da investigação do estudo, que foram as matérias jornalísticas sobre a PSR, através de portais digitais de abrangência estadual, a saber: portais de notícias do Estado do Rio Grande do Norte (RN). O recorte temporal das reportagens/notícias foram os anos de 2020 a 2021. Para a análise do corpus da pesquisa nos apropriamos da Análise do Discurso Crítica (ADC) com base na vertente de Fairclough (2003). Os dados foram organizados e analisados com auxílio do IRAMUTEQ. Observamos, através dos dados, que os diferentes léxicos explorados nos discursos e abordados pela mídia para se referirem a PSR, buscam adjetivar, classificar, diferenciar e representar essa população, refletindo no modo que as diversas identidades vão sendo construídas e estabelecidas em um movimento histórico de negação e de diferença, sustentadas em discursos de incômodo e risco. Diversos atores sociais aparecem nos discursos como os representantes públicos estatais, ativistas, representantes dos movimentos sociais, da assistência e proteção social e por fim, mesmo que com espaço de fala reduzido, a própria PSR. Os discursos desses atores apresentam perspectivas bem diferentes quanto à problemática posta. Buscamos com esse trabalho questionar as determinadas relações de poder, que culminam nas diversas formas de representação e de discursos fixos, opressores e excludentes que buscam definir as identidades da População em Situação de Rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Representação; Identidade; Mídias Digitais; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The present study had the general objective of researching the representations of the Homeless Population (PSR) from the discursive production of digital media vehicles. To meet the proposed objective, a qualitative and documentary research was carried out, aiming to raise the corpus of the investigation of the study, which were the journalistic articles about the PSR, through digital portals of state scope, namely: news portals of the State of Rio Grande do Norte (RN). The time frame of the reports/news were the years 2020 to 2021. For the analysis of the research corpus, we used the Critical Discourse Analysis (CDA) based on Fairclough's (2003) strand. Data were organized and analyzed using IRAMUTEQ. We observed, through the data, that the different lexicons explored in the speeches and approached by the media to refer to PSR, seek to adjective, classify, differentiate and represent this population, reflecting on the way that the different identities are being constructed and established in a historical movement of denial and difference, supported by discourses of discomfort and risk. Several social actors appear in the speeches such as state public representatives, activists, representatives of social movements, social assistance and protection and finally, even if with reduced speech space, the PSR itself. The speeches of these actors present very different perspectives regarding the problematic posed. With this work, we seek to question certain power relations, which culminate in the various forms of representation and fixed, oppressive and excluding discourses that seek to define the identities of the homeless population.

Keywords: Homeless Population; Representation; Identity; Digital Media; Rio Grande do Norte.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Portais Estadual do RN e Notícias / Reportagens sobre a PSR.....	25
Quadro 2: Portais Nacionais e Notícias / Reportagens sobre a PSR	25
Quadro 3: Modos de referenciar a PSR	68
Quadro 4: Modos de avaliação a PSR	77
Quadro 5: Vozes convocadas para falar da situação de rua	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dendrograma.....	87
----------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
AFC	Análise Fatorial de Correspondência
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRDH	Centro de Referências em Direitos Humanos
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
COVID-19	Coronavírus 2019
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LACCOS/UFSC	Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNPR/RN	Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PNPSR	Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
PPGCTI	Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições
PIBIC	Projeto de Bolsas de Iniciação Científica
RN	Rio Grande do Norte
SEMTAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
ST	Segmentos de Texto
SECA	Sociedade Espírita da Cultura e Assistência
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TDIC's	Tecnologias de Digitais de Informação e Comunicação
UCE	Unidades de Contexto Elementares
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS.....	24
1.1.1 Objetivo Geral.....	24
1.1.2 Objetivos Específicos	24
2. METODOLOGIA.....	25
3. REFERENCIAL TEÓRICO	37
3.1 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: DISCURSO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADES	37
3.2 A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS DISCURSOS MIDIÁTICOS.....	44
3.3 WEBJORNALISMO, GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS.....	58
4. REPRESENTAÇÃO DA PSR: IDENTIDADES FIXAS OU CAMBIANTES?	66
4.1 MODOS DE REFERENCIAR A PSR.....	67
4.2 MODOS DE AVALIAÇÃO DA PSR.....	77
5. REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	87
5.1 ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: UM OLHAR PARA A PSR?	91
5.2 A VOZ DOS MOVIMENTOS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	95
5.3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A PSR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: AS FACES DO ISOLAMENTO SOCIAL	109
6. A VEZ E A VOZ DA PSR: LUGAR DE FALA E AUTOREPRESENTATIVIDADE.....	120
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	135
APENDICE A	150

1. INTRODUÇÃO

Julgamos ser necessário iniciar esse trabalho delineando sobre as motivações que nos fizeram ter interesse em pesquisar a problemática social da População em Situação de Rua (PSR) e sobre a trajetória percorrida para chegarmos à proposta desse projeto. Do ponto de vista da legitimidade do discurso, é preciso considerar que discutir sobre a PSR na nossa posição é desafiador, tendo em vista que não somos uma dessas pessoas e, portanto, não vivenciamos no nosso cotidiano os desafios comuns à sua posição, que nos faz chegar à conclusão de que não estamos, nessa discussão, dentro do nosso lugar de fala.

A nossa compreensão do que é lugar de fala funda-se em Ribeiro (2017), para quem o conceito não trata simplesmente da visão de mundo de um sujeito ou de uma interioridade que compreende um mundo para si; trata-se antes de condições sociais prévias a qualquer experiência individualizada, que se funda em hierarquizações que historicamente silenciam algumas vozes ao passo que permitem que outras falem livremente:

(...) entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares e grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Assim, entendemos não ser exatamente o lugar de fala das pessoas em situação de rua que muda, uma vez que é exatamente a “situação de rua” que define esse lugar. Sobre isso é importante frisar que enquanto pesquisadoras, não tivemos a pretensão de realizar esse trabalho acadêmico para falar sobre a PSR, ou buscar “dar voz”, falar em “nome de”, no “lugar de” ou “representá-la”, lugares esses que sempre marcam e reproduzem relações de poder. Apesar das dificuldades e das contradições envolvidas nesse processo, acreditamos que essas pessoas podem e devem falar por si, como protagonista da própria vida, de sua luta e movimento. Pretendemos, portanto, do nosso lugar de fala, do nosso lugar social, ciente dos privilégios, pela nossa ótica do mundo, e assim, partindo de um lugar ético, enfatizar os silenciamentos atribuídos a essa população, que historicamente é marcada pela invisibilidade.

As minhas primeiras motivações dialógicas com a pesquisa sobre a PSR advêm da graduação no Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sobretudo a partir da minha inserção no Projeto de Bolsas de Iniciação Científica

(PIBIC) da UERN, coordenado pelas professoras Ana Karine e Moêmia Gomes, em 2015. Na ocasião, as professoras já coordenavam um estudo de continuidade sobre a PSR e me fizeram o convite para participar e desenvolver esse projeto junto a elas. Adentrei ao grupo de estudo coordenado por elas e lá iniciei minhas primeiras leituras e discussões sobre o tema, onde logo me envolvi pela questão social da problemática da rua. Ao passo que realizava as leituras, também comecei a perceber essa população no seu *lócus*, a rua. Paradoxalmente, ela sempre esteve ali.

Nesse ano (2015) realizamos a pesquisa intitulada “População em situação de rua e suas necessidades sociais” visando identificar as necessidades sociais apresentadas por essa população, através de um estudo documental em uma instituição que acolhia pessoas em situação de rua e de entrevistas semiestruturadas com os profissionais da referida instituição. Nesse estudo pretendíamos entrevistar a própria PSR, no entanto, no período da coleta, não havia pessoas em situação de rua acolhidas na instituição, tendo em vista que a mesma estava passando por uma reestruturação, diante da necessidade do município em acolher adolescentes em situação de vulnerabilidade. Ainda a partir desse estudo de continuidade, em 2016 iniciamos um estudo documental buscando identificar as concepções de clínico e epidemiológico que permeiam as normativas e estratégias voltadas para a atenção à saúde da População em Situação de Rua. Essas duas pesquisas realizadas culminaram no meu trabalho monográfico de conclusão do curso em Enfermagem.

Diante dessas pesquisas, me senti incomodada pelo fato de não termos tido a possibilidade de realizar as pesquisas diretamente com a própria PSR. Da minha inquietação emergia a necessidade de ver/entender essa problemática a partir do próprio *lócus* dessa população. Nunca pretendi enxergá-la como mero objeto da pesquisa. Meu intuito não era “pesquisá-los”, mas produzir uma pesquisa com as pessoas em situação de rua e não apenas sobre elas, em busca de oportunizar um lugar em que elas pudessem falar sobre elas mesmas. Essa necessidade refletiu na proposta inicial do meu projeto de mestrado.

Ao adentrar no mestrado, os diálogos para a reorganização do projeto levaram ao entrecruzamento das minhas inquietações e os pontos em comuns com as inquietações da minha orientadora, numa tentativa de alinhar nossos objetos de estudo. Como resultado, percebemos que a categoria de análise gênero seria o nosso elo na pesquisa. Apesar de tal categoria não ter se constituído como objeto de estudo nas minhas pesquisas anteriores, emergia diretamente nas vertentes dos estudos realizados, em que ficava evidente diferentes dimensões na forma de compreender e viver a situação de rua pelo fato de ser mulher. Dentre

essas dimensões, citamos, como exemplo, os motivos pelos quais homens e mulheres adentram as ruas.

Uma das pesquisas realizadas por nós, mostrou que um dos principais motivos que fizeram os homens vivenciarem a situação de rua foi o desemprego, como podemos observar no fragmento que segue: “saiu de casa sozinho por que tinha vergonha de estar desempregado, aí veio em busca de trabalho, chegando aqui ficou sem ter como se manter, aí passou a morar nas ruas, nunca mais teve contato com a família” (OLIVEIRA, 2017, p. 33). Já as mulheres citaram como principal motivo de estarem nas ruas a violência doméstica, majoritariamente causada por companheiros, como observa-se no fragmento a seguir: “explanou que sofreu agressões físicas de um companheiro na Bahia, onde estava residindo. Então a mesma o deixou e veio para Mossoró de carona com um caminhoneiro. Chegando aqui passou a fazer programas, usar drogas e beber. Almeja voltar para sua cidade de origem: São Paulo (OLIVEIRA, 2017, p. 47).

Observa-se, em apenas dois fragmentos, a não homogeneidade da experiência da rua em se tratando de gênero. Para Scott (1995, p.84) “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Portanto, pesquisar a situação de rua a partir desse recorte devia-se ao fato de acreditar que as práticas sociais, políticas e culturais afetam homens e mulheres de maneiras diferentes e, na problemática da situação de rua, não seria diferente.

Ao passo que desenvolvíamos nosso projeto de pesquisa, buscando analisar as experiências de mulheres em situação de rua e construíamos o nosso caminho teórico-metodológico, iniciou-se a pandemia do COVID-19, fazendo com que boa parte do mundo, de forma radicalizada e paradoxal, se fechasse em busca de controlar a disseminação do vírus. A pandemia, causada pelo novo Coronavírus, é considerada uma emergência de saúde internacional, já que é a mais grave ameaça à saúde pública desde a primeira pandemia do vírus influenza H1N1, em 2018.

Na ausência de uma vacina que promova a imunidade ativa para a contenção da atual doença, diversos países adotaram medidas de intervenção não farmacológicas com o objetivo de mitigar a transmissão do vírus, reduzindo os níveis de contato na população (BARROS-DELBEN et al., 2020; CHAVES; BELLEI, 2020; IWAYA et al., 2020; LANA et al., 2020). Entre as intervenções adotadas, a medida de distanciamento social está sendo amplamente utilizada, associada a ações governamentais de fechamento de comércios prescindíveis, escolas, universidades, etc.

A emergência desta pandemia dispara questões já postas e que afetam cotidianamente a vida de milhares de pessoas, principalmente as que sempre estiveram expostas aos riscos inerentes aos modos de vida insalubres e negligenciadas pelas agendas públicas. Em meio a todos os inúmeros desafios que se impõem diante dessa pandemia, as (im)possibilidades de enfrentamento à crise, por parte dos indivíduos mais vulneráveis, constituem uma tragédia à parte. Em uma sociedade severamente marcada pela desigualdade, como é o caso do Brasil, esta questão atinge proporções alarmantes (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Diante desse cenário, a PSR aparece como um dos segmentos populacionais mais afetados pela pandemia, tendo em vista a grave situação de desigualdade e vulnerabilidade social em que são inseridas (ROBAINA, 2020). A vivência na rua e a ausência de direitos básicos como habitação, alimentação, saúde, emprego, educação e etc., coloca essa população como mais propícia a contaminação do Coronavírus e ao risco iminente de morte.

O referencial de proteção que o mantra “Fique em Casa” ecoa, se configura como um quadro dramático para quem não tem uma residência, nos moldes como se entende residência. Diante deste quadro pandêmico, os espaços públicos se tornaram tema central, mas ao mesmo tempo, sempre foi o que restou para populacional População em Situação de Rua ao longo da história (ROBAINA, 2020). Uso de máscaras, álcool gel, higienização das mãos e mesmo a recomendação para não sair de casa são medidas que esbarram na ausência de direitos básicos para essa população (ROBAINA, 2020).

Em decorrência da necessidade do isolamento social para evitar a disseminação do vírus, alguns espaços públicos e cidades também se fecharam. Os comércios, serviços, transportes e, principalmente, pessoas domiciliadas já não estão mais presentes nas ruas como estavam e a vida cotidiana como se reproduzia deixou de existir (ROBAINA, 2020). Assim, aspectos fundamentais da vida para as PSR, que já eram conquistados com dificuldades e por meio de estratégias cotidianas já bem definidas, simplesmente desapareceram. A cidade se tornou um ambiente ainda mais insalubre, já que as estratégias de sobrevivência construídas por essa população foram drasticamente retiradas. As pessoas em situação de rua ficaram expostas ao limite, seja individualmente, mas principalmente quando estão em aglomerações. Nesse sentido é preciso pontuar que, para essa população, estar próximo, apesar do paradoxo que envolve os riscos, também se constitui como uma estratégia de sobrevivência, sobretudo quando o quadro é aterrorizante e de extermínio.

Apesar de parecer irônico, o isolamento social já estava posto à população em situação de rua antes mesmo da pandemia. Não somente pelo fato de morar nas ruas, mas por toda estigmatização que envolve esse processo. Para esclarecer o que entendemos por

estigmatização da PSR, nos apropriaremos do conceito de estigma proposto por Goffman. Segundo esse autor, o estigma é atribuído a todos os casos em que uma característica é interpretada como “(...) um sinal visível de uma falha oculta, iniquidade ou torpeza moral proporcionando ao indivíduo um sinal de aflição ou um motivo de vergonha” (GOFFMAN, 1988, p.12-13). O conceito indica, portanto, a inferioridade do caráter ou fraqueza moral do indivíduo estigmatizado, sendo uma designação atribuída pelos demais membros da sociedade, no intuito de propagar, legitimar e reforçar o discurso da diferença.

A negação destas pessoas como parte constitutiva da sociedade carrega “(...) precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição” (GOFFMAN, 2005, p.75), ameaçando a convivência com os estabelecidos dentro da ordem construída.

Nesse sentido, a PSR sofre com estigmas de diversas ordens, já que essas pessoas são tratadas como estranhas e que não devem participar do espetáculo social. Essa perspectiva demonstra que o distanciamento social para essa população, apesar de ter se agravado pela pandemia, sempre foi realidade (ROBAINA, 2020).

Esse cenário de riscos, vulnerabilidades e mudanças em decorrência da pandemia, repercutiu diretamente na proposta inicial do nosso projeto de pesquisa, uma vez que o caminho metodológico que almejávamos seguir não seria mais possível, posto que o *locus* da pesquisa seria o próprio *locus* dessa população, que é paradoxalmente o lugar em que não se pode estar – a rua, em decorrência dos riscos de exposição e disseminação do vírus. Compreendemos os nossos privilégios, sobretudo o de termos uma residência que nos ofereça segurança e até mesmo a possibilidade de cumprirmos o isolamento. Nessa situação, se manter em casa é privilégio. Já para as pessoas em situação de rua, não há escolhas, nesse momento, assim como em todos os outros, a rua é o lugar que lhes resta, então compreendemos que não devemos expô-los ainda mais aos riscos inerentes ao vírus.

Assim, realizar o estudo a partir dos discursos e experiências desses sujeitos, como pretendíamos na proposta inicial do nosso projeto, não se tornou mais possível por todos os motivos óbvios, mas sobretudo, porque não conseguimos propor outras formas de nos aproximarmos dessas pessoas se não através do contato direto com elas. Manter-nos com a proposta inicial de pesquisa, confiando na temporalidade dessa pandemia seria arriscarmos no imprevisível. Portanto, assim como o mundo precisou parar, mudar e se adequar a essa nova realidade que nos está posta, com a nossa pesquisa não foi diferente.

Buscar um novo caminho para seguir não foi uma tarefa fácil. Se discutir a problemática que envolve a PSR é desafiador, pontuo que encontrar estratégias metodológicas nesse momento de pandemia para continuar a discussão com as pessoas em situação de rua, é ainda mais, já que estamos em um contexto em que ter contato físico com pessoas não é possível e em que a PSR, na sua maioria, não tem acesso aos meios tecnológicos como celular e internet para um contato virtual. Diante dessas novas questões, surgiu o desafio: como realizar uma pesquisa com a PSR em um contexto atípico de pandemia? E principalmente, como realizar uma pesquisa de mestrado que tivesse relevância científica, social e pessoal?

A pandemia do COVID-19 nos retirou bruscamente a possibilidade de seguir com nosso projeto inicial, mas também nos possibilitou (re)pensar novas estratégias e caminhos de pesquisa. A partir de março de 2020, diante da eclosão e intensificação dos efeitos da pandemia no Brasil, observa-se a busca por iniciativas governamentais para assistir aos grupos mais vulneráveis diante das necessidades de subsistência, saúde, isolamento e distanciamento social. Embora o cotidiano das pessoas em situação de rua seja costumeiramente marcado pela invisibilidade, eventualmente um acontecimento envolvendo esse grupo social faz com que o mesmo se torne pauta de agendas e discussões públicas, e dessa forma, alvo de cobertura midiática.

Nesse contexto de pandemia, essa população se tornou foco de reportagens e notícias veiculadas pela mídia, não apenas pelos casos de violência como é comumente noticiado, mas pela emergência de atenção a PSR, diante de toda a “sorte” de dramas e demandas que essa população congrega e que não raro são subestimados e naturalizados. Contudo, as reportagens e notícias voltadas para a PSR nos chamaram a atenção, não apenas por tratarem, de forma específica, das dificuldades que essas pessoas têm enfrentado diante desse contexto, mas principalmente pelas formas que essa população é representada nesses veículos midiáticos.

A partir do que exposto no parágrafo acima, surgiram algumas indagações: quais as posições que essas pessoas ocupam nos discursos midiáticos nesse contexto de pandemia? São as mesmas posições que elas ocupavam em outro contexto “comum”? Mais especificamente, como essa população tem sido narrada nesses veículos? Os discursos da mídia buscam visibilizar ou invisibilizar aspectos da sua realidade? As matérias abordam o contexto social ou a pessoa de forma isolada? Quais são os elementos que delineiam o enquadramento da cobertura midiática sobre a população em situação de rua? Quais os elementos apresentados acerca da vulnerabilidade da PSR? Elas são culpabilizadas por sua situação social? Ou vitimizadas? Os estereótipos socialmente predominantes aparecem nesses discursos?

No jogo de forças sociais que configuram a ordem vigente, os veículos midiáticos são conhecidos como uma das principais vias de comunicação e de formação da opinião pública. O que é divulgado adquire o status de verdade e, muitas vezes, pode ser reproduzido de forma acrítica (OLIVEIRA; FEITOSA, 2015). Os meios de comunicação tornam-se importantes na definição das representações sociais dos indivíduos, ao fornecer definições sobre assuntos e objetos, ao nomear e atribuir significados. Desta maneira, é inegável a participação dos meios de comunicação na formulação de representações acerca das mais variadas temáticas. Aqui nos interessa as representações sobre a População em Situação de Rua.

Os conteúdos midiáticos passam a integrar os sistemas de representação da sociedade e as percepções cognitivas dos indivíduos em um campo no qual as representações sociais passam a se definir e onde mídia passa a ser definidora do que se entende como verdadeiro. De acordo com Braga e Campos (2012, p.81), “o discurso da mídia marca definitivamente a relação entre coisa e signo, cujo contexto comunicacional é cada vez mais definidor das representações”.

Presumimos que tais representações constroem as identidades pessoais e sociais desses sujeitos ao tempo que repetidas em diferentes contextos e textos, têm efeitos potenciais nos modos como agimos em relação à situação de rua, já que, com frequência, elas são culpabilizadas pelas próprias circunstâncias de vida, vistas como ameaças à segurança pública ou reduzidas puramente a um problema social, por considerarem esse grupo populacional apenas como parte de um contexto, que não precisa ser problematizado.

No sentido de definição das representações, entende-se que gradativamente a mídia possui a capacidade de nomear e familiarizar determinados temas e assuntos, participando na construção da opinião das pessoas sobre estes. De acordo com Braga e Campos (2012), as veiculações da mídia são validadas a priori e definidoras de identidades e, sobretudo, definidoras de quem deve ser pauta da notícia.

Neste sentido, a discussão das representações midiáticas acerca da PSR é relevante, uma vez que envolve discursos que representam não só o contexto social da situação de rua, mas principalmente as pessoas que estão inseridas nesse processo. Tais representações, a depender do modo que são veiculadas, podem influenciar os modos como a sociedade compreende essa vulnerabilidade social e reage a ela, bem como os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam com o meio social. Portanto, identificar as mídias como produtoras de discursos e, portanto, como promotoras de ressignificação de práticas sociais, é indispensável quando se deseja considerar as formas que

as pessoas em situação de rua são representadas por esses veículos de informação, refletindo acerca da (des)construção da identidade dessa parcela da população.

Assim, se as representações sociais estão ligadas às noções de realidade, entendimento e interpretação, a mídia, ao definir pautas e importância a determinados temas e não a outros, são capazes de construir junto às pessoas concepções sobre o que é de fato real e verdadeiro, logo, definindo suas representações. É daí que surge o nosso entendimento sobre representações midiáticas.

As justificativas para o desenvolvimento da pesquisa, a nossos olhos, são muitas. De início, destaca-se o meu interesse pessoal¹ com temas voltados à população de rua. Se justifica pela relevância social da temática a ser estudada, sobretudo por se tratar de um momento atípico para o mundo e especificamente para o Brasil, que tem enfrentando crises socioeconômica e democráticas sucessivas, e agora precisa enfrentar a pandemia do COVID-19, ao tempo em que se configura enquanto um país desigual, com altos índices de pobreza e que tem parte da população excluída das estruturas mais básicas da sociedade como emprego, moradia, renda, educação, saúde, lazer e etc.

Além disso, uma vez que os estudos de abrangência nacional sobre essa população são limitados, as representações sobre essa população através da mídia tendem a servir de subsídios, seja de forma direta ou indireta, para os modos que a sociedade de forma geral, e as políticas públicas, percebem essa problemática social e agem sobre ela. Assim, esse estudo pode contribuir com a problematização dessas representações, auxiliando as políticas públicas a repensar criticamente além do que está exposto, e paradoxalmente também tirá-las do isolamento social em que essas pessoas foram colocadas historicamente.

Essa discussão ainda se justifica sob o argumento da relevância acadêmica por trazer os discursos jornalísticos como *corpus* de estudo. Em uma busca pelos principais bancos de dados acadêmicos (*Google Acadêmico*, *Scielo*, *Portal Capes*, *BNTD*, dentre outros), verificamos a pequena incidência de trabalhos acadêmicos que abordam o discurso jornalístico voltado para a PSR, sobretudo como este interfere nas representações e identidades dessas pessoas. Quando se trata da realidade local, no Estado do Rio Grande do Norte, esses estudos são ainda mais incipientes, mesmo diante da alta incidência de pessoas em situação de rua no Estado. Justifica-se a partir disso desenvolver uma pesquisa acadêmica com esse tema para que seja uma contribuição ao campo social.

¹ Sabemos a necessidade de padronizar o uso dos pronomes nos textos acadêmicos. E acreditamos que nenhum trabalho é feito individualmente. Por isso, aqui optamos por usar o pronome na primeira pessoa do plural. Todavia, destacamos que, em algumas situações muito pontuais, quando a experiência é exclusivamente da discente pesquisadora, iremos utilizar o pronome na primeira pessoa do singular.

As questões que norteiam essa pesquisa são as seguintes: 1) Como os veículos de comunicação representam a problemática social da população em situação de rua, especialmente durante a pandemia do COVID-19? 2) Como esses discursos constroem representações das identidades dos sujeitos em situação de rua? Para responder essas perguntas, delineamos os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Pesquisar as representações da população em situação de rua na produção discursiva de veículos midiáticos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- i. Analisar como os discursos de atores sociais convocados para falar sobre as pessoas em situação de rua se articulam com a construção de suas identidades;
- ii. Problematicar as narrativas das pessoas que são convocadas para falar sobre/da população em situação de rua;
- iii. Discutir as narrativas de si sobre a experiência de estar/ser uma pessoa em situação de rua.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se insere na abordagem qualitativa, que se coloca como uma alternativa metodológica para pesquisas que trabalham com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 1992).

Para o alcance dos objetivos, de início, nos propomos realizar uma pesquisa empírica de caráter documental em Portais digitais, de abrangência nacional (Brasil) e estadual, especificamente portais do Estado do Rio Grande do Norte (RN), buscando levantar o corpus da investigação do estudo, que serão matérias jornalísticas sobre a PSR.

Ainda durante a construção do projeto de pesquisa, no intuito de entendermos a viabilidade do estudo proposto, foi realizado um levantamento dos portais de notícias do Estado do RN e do Brasil e, nesse movimento, realizamos um pré-levantamento das notícias e reportagens vinculadas a PSR nos portais. Os quadros a seguir apresentam o compilado inicial do levantamento prévio.

Quadro 1: Portais Estadual do RN e Notícias / Reportagens sobre a PSR

NOME DO PORTAL	Nº DE REPORTAGENS E NOTÍCIAS ENCONTRADAS
Agora RN	11
Saiba Mais	10
Tribuna do Norte	7
Portal do RN	7
Jornal O Mossoroense	6
Mossoró hoje	5
G1 Rio Grande do Norte	3

Fonte: Autora (2020)

Quadro 2: Portais Nacionais e Notícias / Reportagens sobre a PSR

NOME DO PORTAL	Nº DE REPORTAGENS E NOTÍCIAS ENCONTRADAS
O Braziliense	14
Folha de São Paulo	13
O Globo	7

Fonte: Autora (2020)

Após essa etapa e após a qualificação do projeto de pesquisa, deu-se início a coleta de dados. Inicialmente realizamos a busca em um portal de notícias de abrangência nacional, a

saber, O Globo, considerando o critério de portais de grande circulação no país. Para a busca utilizamos os critérios de inclusão e exclusão e os sintagmas nominais, elencados para a pesquisa: “morador(a)(es) de rua”; “pessoa(s) em situação de rua” e “população em situação de rua” e reportagens dos últimos dois anos: 2020 e 2021. A coleta nesse portal foi realizada no período de 01/06/2021 a 15/07/2021.

No portal O Globo percebemos que não havia um mecanismo de busca refinado que filtrasse as reportagens de acordo com as palavras utilizadas na busca, de modo que as reportagens apareciam misturadas com outras reportagens que não se referiam a temática pesquisada. Dessa forma, foi necessário realizarmos leituras dos títulos e subtítulos para identificarmos a temática da reportagem e se a mesma se enquadrava ao objetivo do estudo.

Na busca, ao utilizarmos o sintagma nominal “população em situação de rua” encontramos 440 reportagens”, após realizarmos leituras de títulos e subtítulos e observamos que destas, apenas 77 reportagens abordava a temática de estudo; ao utilizarmos o sintagma nominal “morador(a)(es) de rua”, encontramos também 440 reportagens. Acreditamos ser o número limite de reportagens que o portal apresenta e não de fato o número de reportagens disponíveis. Realizamos leituras de títulos e subtítulos, excluimos reportagens que se repetiam e observamos que destas, apenas 22 reportagens abordava a temática de estudo. Ao utilizarmos o sintagma nominal “pessoa(s) em situação de rua”, encontramos também 440 reportagens, após realizarmos leituras de títulos e subtítulos, observamos que as reportagens encontradas se tratava das mesmas reportagens encontradas com os sintagmas anteriormente utilizado, ou seja, os sintagmas são utilizados como sinônimos.

Após leitura dos títulos e subtítulos das reportagens e ao identificarmos que se tratava da temática do estudo, as mesmas foram convertidas em arquivo PDF e organizadas em pastas criadas para a pesquisa, separando-as pelo o sintagma nominal de busca e pelo ano. Foram coletadas 98 reportagens nesse portal que atendia aos critérios da pesquisa.

Posteriormente, realizamos leitura das reportagens, no intuito de conhecer o nosso material coletado e aqui fizemos um pré-teste através de 10 reportagens escolhidas aleatoriamente, no intuito de identificar se os caminhos que estávamos definindo para o processamento e análise dos dados seriam viáveis.

Nesse momento identificamos que a maioria das notícias do portal tomavam por base acontecimentos e a realidade das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Tomamos como objetivo inicial do estudo realizar a pesquisa tomando por base a realidade nacional e local, no intuito de nos aproximarmos, conhecermos e talvez fazermos comparações com as duas realidades, mas diante do grande volume de reportagens coletadas em apenas um dos

portais propostos, percebemos que talvez seria necessário redirecionar os caminhos da pesquisa.

Dessa forma, antes de realizarmos a coleta nos dois outros portais propostos inicialmente, a saber: O Braziliense e Folha de São Paulo, decidimos continuar com a coleta nos portais do estado RN, no intuito de descobrirmos o que esses portais nos traria e assim decidirmos os próximos passos para o estudo.

Na busca estadual, realizamos a coleta em 03 portais de notícias: Agora RN, Portal do RN e Saiba Mais. Esses portais foram selecionados através do Google. Ao pesquisarmos sobre a temática do estudo, identificamos os portais que apresentavam reportagens sobre a PSR, sendo que os três portais selecionados foram os mais recorrentes nessa busca. A coleta nesses portais foi realizada no dia 28/07/2021, portanto, as reportagens do ano de 2021 foram limitadas a esse período.

O portal Agora RN possui mecanismo de busca simples, que nos permite pesquisar por palavras, mas sem mecanismos de filtragem, como por exemplo, por ano, tipo de reportagens e etc. Ao utilizarmos os sintagmas nominais elencados para a pesquisa e considerando os critérios de inclusão e exclusão, encontramos 31 reportagens, sendo 25 reportagens referentes ao ano de 2020 e 06 reportagens referente ao ano de 2021.

O Portal do RN também possui apenas mecanismo de busca simples. A coleta nesse portal nos trouxe 06 reportagens referentes ao ano de 2020 e 05 reportagens referentes ao ano de 2021. Observamos que nesse portal os sintagmas nominais “população em situação de rua” e “morador(a)(es) de rua”, são considerados sinônimos, tendo em vista que as reportagens foram as mesmas ao utilizarmos os dois sintagmas. O termo “morador(a)(es) de rua” é predominante nas reportagens desse portal.

Já o Portal Saiba Mais possui pastas de arquivos por mês, no entanto, ao buscarmos pelos sintagmas no mecanismo de busca, a busca direciona para todas as reportagens e não há possibilidade de utilizar o mecanismo de busca por pastas. Nesse portal a nossa amostra se deu em 23 reportagens referentes ao ano de 2020 e 13 reportagens referentes ao ano de 2021. Os sintagmas utilizados traziam reportagens repetidas ao sintagma utilizado anteriormente, demonstrando que o portal não utiliza filtros e que os termos utilizados referentes à temática pesquisada são, por vezes, considerados sinônimos. Inclusive na busca com os sintagmas utilizados, surgiram reportagens que utilizam outros termos como “sem teto” e “famílias sem moradia” como referência à temática. A busca nesse portal nos trouxe um universo de 78 reportagens.

No intuito de aprofundar a realidade local, ampliamos a busca para portais da cidade de Mossoró/RN, considerada a segunda maior cidade do estado e que possui um grande número de PSR, inclusive sendo uma das poucas cidades do estado a possuir Consultório na Rua² no intuito de atender essa demanda. Além de ser a cidade na qual a nossa universidade está instalada.

Na escolha dos portais de Mossoró, realizamos a mesma busca utilizada nos portais do estado. Essa busca nos trouxe 03 portais de notícias que possuíam reportagens sobre a PSR, a saber: portal “O Mossoroense”, “De Fato” e “Mossoró Hoje”.

No portal O Mossoroense, ao utilizarmos o sintagma nominal “morador(a)(es) de rua”, encontramos 03 reportagens; a busca pelo sintagma “população em situação de rua” encontrou 06 reportagens; já na busca pelo sintagma “pessoa(s) em situação de rua” observamos que esse termo era utilizado como sinônimo aos dois anteriores, tendo em vista que as reportagens repetiam as já encontradas.

No portal De Fato, ao utilizarmos o sintagma nominal “morador(a)(es) de rua”, obtivemos 01 reportagem; a busca por “população em situação de rua”, nos trouxe 01 reportagem; e a busca por “pessoa(s) em situação de rua” encontrou 01 reportagem.

No portal Mossoró Hoje, a busca por “morador(a)(es) de rua” encontrou 05 reportagens; a busca por “população em situação de rua” 02 reportagens; e “pessoa(s) em situação de rua” 04 reportagens.

A busca nos portais do município de Mossoró totalizara 23 reportagens. Importante pontuar que o total de reportagens encontradas na busca atendia aos critérios de inclusão e exclusão do estudo, sendo, portanto, não consideradas as reportagens que não atendessem aos critérios.

Destacamos que os portais, de modo geral, apresentam limitações para esse tipo de coleta, tendo em vista os pontos já abordados anteriormente. Reforçamos que alguns portais não apresentam mecanismos de buscas fieis às palavras utilizadas, não realizam filtros, tendo em vista que durante a busca aparecem reportagens que não tem relação com a temática pesquisada, alguns não apresentam a possibilidade de pesquisar reportagens considerando o critério de temporalidade, de modo que as reportagens aparecem misturadas e não

² A estratégia Consultório na Rua foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional. Consultórios na Rua são formados por equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território (BRASIL, 2011).

organizadas, sem levar em consideração, por exemplo, aparecer das reportagens mais recentes para as mais antigas.

Diante dos dados encontrados na coleta, optamos por aprofundar nesse estudo, as reportagens do estado do RN, considerando, portanto, os 03 portais de notícias do estado: Agora RN, Portal do RN e Saiba Mais. A escolha por esses portais deve-se ao entendimento de que teríamos a oportunidade de explorar melhor os dados e assim contribuir cientificamente com a discussão dessa problemática na realidade a qual estamos inseridos. Os portais escolhidos, apesar de concentrarem, em sua maioria, reportagens sobre capital do estado (Natal), também têm reportagens de outros municípios, nos trazendo um panorama estadual, além de trazer, em alguns momentos, reportagens nacionais.

A escolha por esses 03 portais do Rio Grande do Norte se deu por serem os portais que mais apresentaram notícias vinculadas à situação de rua no estado, além de possuírem mecanismos que possibilitaram a coleta. Nesse sentido, ressaltamos que, enquanto critério de exclusão dos portais, definimos os portais que não oferecerem ferramentas de busca, impossibilitando que fosse levantado o material de análise através dos descritores estabelecidos dentro do próprio site.

O portal Agora RN se intitula enquanto grupo e empresa jornalística formada por três veículos de comunicação: Jornal Impresso, Portal de Noticias e Radio FM. Nasceu com o propósito de exercer um jornalismo livre, independente e de interesse público. Fundado em 2014 pelo empresário Alex Viana, jornalista, formado pela UFRN, com passagens pelos principais veículos de comunicação da capital do Estado (AGORA RN, 2022).

Já o Portal do RN é um site de notícias estabelecido no Estado do Rio Grande do Norte, que nasceu com a missão de trazer informações sobre acontecimentos do cotidiano a todos os segmentos da população com credibilidade, autonomia, ética e isenção (PORTAL DO RN, 2022).

O portal Saiba Mais é uma agência de reportagem e jornalismo que se intitula enquanto independente e sem fins lucrativos, formada por um coletivo de profissionais de comunicação pautada pela defesa dos direitos humanos, das liberdades individuais e da democracia. Apresenta como principal missão a visibilidade às narrativas silenciadas da sociedade. As reportagens, matérias e opiniões publicadas pela agência estão alinhadas a quatro eixos principais: cidadania, transparência, democracia e cultura (SAIBA MAIS, 2022).

O *corpus* da pesquisa foi composto, portanto, pelas reportagens e notícias dos portais estaduais e que resultarão das buscas pelos sintagmas associadas à situação de rua, a saber: “morador(as)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”.

O recorte temporal das reportagens/notícias foram os últimos dois anos (2020-2021). Esse recorte visou analisar o *corpus* da pesquisa levando em conta um período atípico em decorrência da pandemia do COVID-19, sobretudo para as pessoas em situação de rua.

Já a escolha pelos portais como fonte de dados se deu por observarmos que o portal se tornou instrumento essencial para o jornalismo digital. Barbosa (2003) explica que isso ocorre devido a personalização do conteúdo, interatividade e dinamismo do noticiário que o portal oferece, tendo mais acesso que a própria televisão em seu horário de maior audiência. Para Ferrari (2004) o conteúdo jornalístico é o principal chamariz dos portais e, ainda, pela sua possibilidade de reunir milhões de milhões de pessoas conectadas ao mesmo tempo, podem se assumir como uma mídia de massa.

Mesmo com o advento da internet, o jornalismo tradicional ainda não perdeu suas características, sobretudo no que tange aos gêneros jornalísticos. Observa-se que as matérias jornalísticas nos portais, por exemplo, são tratadas pelos mesmos formatos de gêneros do jornalismo tradicional e obedecem, portanto as classificações existentes (BERTOCCHI, 2005).

Aqui utilizamos a “Classificação Marques de Melo” (2009), por ser uma das mais difundidas no Brasil – e que se fundamenta "em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007" (MARQUES DE MELO, 2009) – distribuindo os gêneros jornalísticos nos seguintes formatos: **Gênero informativo:** nota, notícia, reportagem e entrevista; **Gênero opinativo:** editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica; **Gênero interpretativo:** análise, perfil, enquête, cronologia e dossiê; **Gênero diversional:** história de interesse humano e história colorida; e **Gênero utilitário:** indicador, cotação, roteiro e serviço. Exemplificamos melhor essa classificação no referencial teórico da pesquisa. Mesmo diante dessa variedade de gêneros e formatos, e com todos os recursos oferecidos pela *web* (como interatividade e multimidialidade), ainda é marcante a predominância do jornalismo informativo nos portais, sobretudo, no formato de notícia.

O estudo de Carvalho e Gurgel (2010), após análise dos portais UOL e G1, mostrou que entre as 289 matérias analisadas nos portais, observou-se a predominância do gênero informativo (69,2%), e apresenta como hipótese a esse contexto, o fato de que, com a agilidade da informação, os jornalistas acabam sendo reféns de transmitirem a notícia sem muitas possibilidades de se trabalhar melhor o conteúdo. Às vezes, utilizam-se das notas, lançando-as sobre o mesmo assunto até obterem mais informações para se dar a notícia de fato (CARVALHO; GURGEL, 2010).

Apesar da predominância do gênero informativo, observou-se no estudo supracitado a presença de outros gêneros em menor proporção, como o jornalismo opinativo (3,4%), interpretativo (3,1%) e do gênero divisional (0,3%). Neste sentido, na nossa pesquisa, buscamos analisar todas as matérias jornalísticas que atendam aos critérios por nós estabelecidos, sem incluir/excluir a partir do critério de gêneros e formatos jornalísticos, uma vez que não é esse o objetivo do estudo. Buscamos com isso, uma maior amostra do *corpus* da investigação e uma melhor compreensão do objeto investigado (CARVALHO; GURGEL, 2010).

Para a análise do *corpus* da pesquisa nos apropriaremos da Análise do Discurso Crítica (ADC) com base na vertente de Fairclough (2003a), este que compreende o discurso enquanto prática social, uma vez que reproduz e transforma as realidades sociais, e vê o sujeito da linguagem a partir de uma perspectiva psicossocial, que está propenso ao moldamento ideológico e linguístico, mas que age enquanto transformador de suas próprias práticas discursivas; ora ele se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, resignificando-as, reconfigurando-as. Desse modo, a língua molda a sociedade, ao tempo que é moldada por ela.

A ADC tem se apresentado como um instrumental teórico-metodológico para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Ou seja, “os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p.85).

Para o delineamento dos objetivos propostos, partiremos de três noções que são base da teoria de discurso formulada por Fairclough (2003a). Em primeiro lugar, que os discursos materializados em textos têm efeitos, pois realizam mudanças no mundo. Em segundo lugar, diferentes discursos são diferentes modos de representar realidades, e trata-se sempre de diferenças posicionadas – situadas e decorrentes de posições em jogos de interesses e relações de poder. Em terceiro lugar, discursos identificam e participam, portanto, na construção discursiva de identidades (RESENDE; GOMES, 2018).

Discursos como modos de representação são concebidos como formas de conhecimento socialmente construído sobre algum aspecto da realidade, e que impactam a própria realidade social e as identidades-alteridades constituídas nesse entremeio, o que é sempre desenvolvido em contextos específicos. Entrecruzam-se, portanto, os eixos do poder,

do saber e da ética (FOUCAULT, 1984): o poder de definir como se compreende um aspecto da realidade e como se deve identificar em relação a ele (RESENDE; GOMES, 2018).

Por isso, à semiótica social interessam os modos como pessoas usam recursos semióticos em contextos específicos, em práticas e instituições, e como esses recursos são regulados. Quando se toma um *corpus* de dados textuais oriundos de um domínio discursivo e temático, por exemplo, as mídias eletrônicas sobre a situação de rua, observam-se continuidades muito marcantes que apontam para as ordens de discurso postas em relação. A ordenação social do potencial semiótico torna-se então um elemento de investigação (RESENDE; GOMES, 2018).

A análise de notícias para a abordagem de problemas sociais como as representações da PSR justifica-se porque se entende a notícia reorganizando séries de eventos relatados fora de sua ordem lógica e cronológica, e por isso é uma forma de regulação social. Para Fairclough (2003a), a produção de histórias em notícias é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares. A produção de notícias, portanto, é um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato (RESENDE; GOMES, 2018).

Nesse cenário, as mídias digitais serão consideradas como eventos discursivos que trazem traços das práticas sociais e nos fornecem indícios para a investigação dessas mesmas práticas (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Os dados também foram organizados e analisados com auxílio do IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), um *software* gratuito e com fonte aberta, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud em 2009. Foi desenvolvido inicialmente em língua francesa e começou a ser utilizado no Brasil apenas em 2013, momento em que a equipe do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina (LACCOS/UFSC), em parceria com outros centros educacionais, compôs o dicionário em língua portuguesa, garantindo análises estáveis no âmbito do Brasil (CAMARGO; JUSTO, 2013)

O IRAMUTEQ caracteriza-se como um método informatizado para análise de textos, que busca apreender a estrutura e a organização do discurso, informando as relações entre os mundos lexicais mais frequentemente enunciados pelo sujeito (ALMICO; FARO, 2014). Não é um método de análise de dados, mas uma ferramenta para processá-los, portanto, não conclui essa análise, já que a interpretação é essencial e é de responsabilidade do pesquisador (LAHLOU, 2012). Portanto, o IRAMUTEQ deve ser compreendido como um *software*

qualitativo de análise de dados léxicos que poderá auxiliar e complementar a análise (SANTOS et al., 2017).

Nenhuma das ações realizadas pelo IRAMUTEQ produz resultados, em vez disso, o pesquisador utiliza todos esses materiais, juntamente com o texto original, para construir a análise e problematização dos discursos e ajudar a identificar as inferências mais plausíveis a partir dos dados. Este não é um processo automático, mas uma etapa analítica em que o pesquisador é o elemento central (SMALLMAN, 2016).

O *software* permitiu um olhar criterioso sobre o material coletado, qualificando o processo de categorização e, conseqüentemente, dos resultados do estudo, de modo a potencializar a pesquisa qualitativa. Ressaltamos, entretanto, os recursos do Iramuteq é apenas complementar a análise discursiva propriamente dita, mas não a substitui, ficando a análise a cargo do pesquisador.

As reportagens foram lidas e relidas a fim de se identificar os núcleos de sentido e a codificação dos resultados do *software*, no intuito de verificar se existia correspondência entre os temas identificados com o auxílio do Iramuteq e o conteúdo semântico das reportagens. Observamos que o conteúdo indicado pelo o *software* era correspondente com os contextos das reportagens, e que poderia nos auxiliar na análise. Sendo assim, foram agregados nos capítulos de análise, sendo todas as reportagens organizadas e processadas pelo *software* Iramuteq.

O *corpus* textual (conjunto de textos que se pretende analisar) foi organizado por nós, sendo composto por reportagens que constituem o *corpus* de análise. O *corpus* preparado se configurou com um material monotemático, ou seja, formado através de um conjunto de textos centrado em um tema, que no caso em questão, o tema de todas as reportagens se voltava ao acolhimento institucional da PSR durante a pandemia do COVID-19.

Na preparação do material a ser analisado pelo o *software* os textos foram separados por linhas de comando também chamadas de "linhas com asteriscos" ou metadados, sendo que cada linha de comando representa o início de cada unidade que será analisada, que são chamadas de Unidade de Contexto Inicial (UCI) (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Dessa forma, cada reportagem foi digitada e separada através de linhas de comandos. Essas linhas contém a codificação das variáveis-atributos de cada reportagem, separadas por asteriscos (CAMARGO; JUSTO, 2018). A linha de comando foi composta pelo nome reportagem, reduzido para 'report', no intuito que a linha não ficasse extensa, seguido de um número de ordem das reportagens de 01 a 31, numeração esta colocada de modo aleatório; seguido de duas variáveis, sendo elas: ano (2019, reduzida para 19 e 2020, reduzida para 20) e

portal de notícia, que foi identificado também por numeração, exemplo: portal 1, portal 2 e portal 3. Segue um exemplo da linha de comando: ***** *report_01 *ano_20 *portal_1. Para suporte e organização dos dados, foi elaborada uma planilha no Excel com todas essas e demais informações do nosso *corpus* textual (**APENDICE A**).

Após a organização do *corpus* textual, processamos o *corpus* no *software*. Numa análise padrão (*standart*), após reconhecer as indicações dos textos (pelas linhas com asteriscos) o *software* divide o material em Segmentos de Texto (ST), que são os ambientes das palavras e as principais unidades de análise textual deste tipo de *software*. Cada ST tem o tamanho aproximado de três linhas, dimensionadas pelo *software* em função do tamanho do *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Quanto as análises realizadas pelo o IRAMUTEQ, destaca-se que este viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde a lexicografia básica, que abrange sobretudo a tematização e o cálculo de frequência de palavras; até análises multivariadas, com destaque para a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e a análise de similitude, além da nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2016).

Após o processamento dos dados, optamos por utilizar uma das modalidades de análise que o Iramuteq oferece. A análise escolhida foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nessa modalidade, o *software* agrupa os segmentos dos textos e seus vocabulários e os correlaciona conforme o seu conteúdo em um esquema hierárquico de classes por meio de diversos testes qui-quadrado (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Sistematizando, o primeiro passo que o Iramuteq faz nessa análise é buscar todas as palavras do *corpus* e faz os cortes nos textos a cada 40 palavras transformando esses recortes em segmentos de textos. Esses segmentos de texto são analisados observando a ausência e presença das palavras. Para cada palavra presente ele pontua com a numeração 1, para cada palavra ausente pontua com a numeração 0. E faz isso a cada segmento de texto, agrupando os segmentos de textos que apresentam comportamento semelhante de presença e ausência (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Portanto, essa análise visa obter classes de segmentos de textos que apresentam ao mesmo tempo vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes. Realizando uma hierarquização das classes mais independentes às mais dependentes entre si. As classes indicam os contextos que existe dentro do material analisado. Essa ferramenta permite a recuperação dos segmentos de texto que estavam associados a cada uma das classes, o que permitiu analisar os dados de forma mais qualitativa. A partir dessas

análises o *software* organiza a análise dos dados em um Dendrograma que ilustra as relações entre as classes (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Em nível de interpretação dos dados, a significação das classes depende do marco teórico de cada pesquisa: “em pesquisas no campo da linguística estas classes foram interpretadas como campos lexicais ou contextos semânticos” (CROS, 1993, p. 55); em pesquisas no campo da psicologia social “estas classes podem indicar representações sociais ou campos de imagens sobre um dado objeto, ou somente aspectos de uma mesma representação social” (VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE E CAMARGO, 1999).

O nosso *corpus* textual foi constituído por 31 textos - reportagens - separados em 431 segmentos de texto ou Unidades de Contexto Elementares (UCE). Desse material, revelaram-se 14.640 ocorrências (formas, palavras e vocábulos), sendo 2.766 palavras distintas e 1.956 com uma única ocorrência (hápax); a retenção de segmentos de texto ficou em 310 dos 431 ST (75,93%). Com a análise de todo o conteúdo, foi feita categorização em 5 classes, a saber: Classe 5 com 49 ST (15,81%); a Classe 4 com 55 ST (17,74%), Classe 3 com 53 ST (17,1%), Classe 2 com 82 ST (26,45%) e Classe 1 com 71 ST (22,9%).

A escolha por um *software* para auxiliar a análise se deu pelo entendimento de que os dados produzidos em pesquisas qualitativas são compostos essencialmente pela linguagem e, portanto, relevantes aos estudos sobre pensamentos, crenças, opiniões (CAMARGO; JUSTO, 2013). Essa subjetividade dos dados, associada ao grande volume textual que algumas pesquisas podem apresentar, tornam a fase de análise de dados crucial para o pesquisador qualitativo (COPE, 2014; CORRÊA DE PAULA; VIALI; DURO GUIMARAES, 2019).

Além disso, essa pesquisa está ancorada ao Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), que se estrutura em uma abordagem interdisciplinar e tem como uma das linhas de pesquisa a linha “Experiências humana, social e técnica”, a qual esse trabalho se filia.

Dessa forma, atendendo à natureza do programa, buscamos articular o diálogo das Ciências Humanas e Sociais com as ciências que se encarregam da invenção técnica, a partir da integração de tecnologias que interagem com as necessidades de sujeitos, comunidades, instituições e organizações sociais. Não apenas o uso do *software* promoverá essa integração, mas a própria proposta da pesquisa, uma vez que utiliza como base de dados portais de notícias digitais (UFERSA, 2016).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: DISCURSO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADES

Iniciamos aqui a discussão sobre conceitos-chaves enquanto referencial teórico, mas também que nortearão a coleta, análise e discussão dos dados, aparecendo, portanto, enquanto conceitos que respaldam os caminhos de pesquisa e análise. Partimos da teoria do discurso formulada por Fairclough (2003a) para compreender como se constroem as representações e as identidades da PSR através dos discursos midiáticos.

Essa compreensão nos coloca a (re)pensar um conceito tão caro às ciências sociais, mas que é tão presente nas produções que trabalham com a oralidade, que é o conceito de representação. Nas palavras de Stuart Hall (*apud* WOODWARD, 2000) a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações com seu interior; e através da linguagem e dos sistemas simbólicos, o mundo é representado e adquire sentido.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. Através dos significados produzidos é que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos; já os sistemas simbólicos podem tornar possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2000).

Isso porque a representação estabelece as identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Dessa forma, a produção de significados e a produção das identidades são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação (WOODWARD, 2000).

Reconhecemos, portanto, os riscos em discutir o conceito de identidade, já que, com frequência, este conceito concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. Esclarecemos que o conceito de identidade que aqui defendemos e pretendemos trabalhar, nos afasta da definição essencialista de identidades, que para Woodward (2000) parte da noção de identidade como sendo algo fixo e inalterável, através do pressuposto de que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos que assumem algumas identidades partilham e que não se altera ao longo de todo tempo.

Por não compactuarmos com esse pressuposto, nos aproximamos da definição não essencialista de identidade, que focaliza as diferenças, as características comuns ou partilhadas pelos sujeitos e grupos; presta atenção também às formas pelas quais a definição daquilo que significa “ser” alguma coisa têm mudado ao longo dos séculos. Essa definição

compreende as identidades como sendo não únicas, não centradas e não inerentes aos indivíduos (WOODWARD, 2000), estamos nos referindo a fluidez e multiplicidade das identidades que os sujeitos assumem/ podem assumir na produção de si.

Hall (2000) argumenta em favor do reconhecimento da identidade, mas afasta-se da ideia essencialista de quem pertence ou não pertence a um determinado grupo identitário, tal como a fixa e rígida dicotomia "nós/eles", em que fixidez e imutabilidade do sujeito são sempre evocadas. Ele sugere que, embora seja construído por meio da diferença, o significado não é fixo, e utiliza, para explicar isso, o conceito de *différance* de Jacques Derrida.

Derrida, como um pós-estruturalista, questionou as ideias de Saussure e Lévi-Strauss, criticando a exatidão, a ideia fixa de significação e a rigidez das oposições binárias, sugerindo que:

O significado está presente como um “traço”; (...) é produzido por meio de um processo de diferimento e adiamento, o qual Derrida chama de *différance*. O que parece determinado é, pois, na verdade, fluido e inseguro, sem nenhum ponto de fechamento (WOODWARD, 2000, p. 53).

Segundo esse autor, o significado é sempre diferido ou adiado; ele não é fixo ou completo, de forma que sempre existe algum deslizamento. Essa compreensão se aproxima da definição não essencialista de identidade e do que defendemos nesse trabalho, a quebra da dicotomia rígida e fixa dos “nós/eles” e a fluidez e multiplicidade das identidades que os sujeitos assumem na produção de si, e aqui mais especificamente, das pessoas em situação de rua (WOODWARD, 2000).

Na dicotomia “nós/eles”, as pessoas em situação de rua são classificadas como os diferentes, aqueles que não somos, são os “eles” e estão fora do “nós”. Isso “justifica”, paradoxalmente, o fato de que esses atores sociais são comumente representados como perigosos mesmo sendo vítima de violência; como incômodos, mesmo sendo eles a sofrerem o impensável incômodo da vida nas ruas; como oportunistas, mesmo estando na mais periférica margem do sistema de vantagens desigualmente distribuídas no modo de produção capitalista.

Trata-se de uma das formas de afirmar e delimitar quem “Eu sou” e quem “Eles são” e de classificações, produzidas ordinariamente, e circuladas nos mais variados contextos, que reificam as identidades das pessoas em situação de rua, além de naturalizar esse fenômeno (RESENDE; GOMES, 2018).

Para Thompson (2002), a naturalização é uma estratégia de construção simbólica, ligada à reificação pela qual criações sociais são representadas como acontecimentos naturais. Neste sentido, a condição de privação de direitos reconhecidos para alguns grupos é

naturalizada, não percebida como um problema de injustiça e “estes grupos sociais passam a não ter direito a ter direitos” (NASCIMENTO, 2003, p. 62).

A injustiça social é naturalizada e deixa de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas (RESENDE, 2009). Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência.

A PSR têm sido, historicamente, alvo de repulsa, agressão e até mesmo de eliminação, seja simbólica e/ou física, pela sociedade e instituições sociais. Louco, vagabundo, ladrão, sujo, prostituta, drogada, perigoso, violento, ‘coitadinha’ e etc., são apenas algumas das identidades pressupostas e atribuídas a essa população e que presumem ausência de um pertencimento a coesão social, ao tempo que a elas também são designadas à imagem de um “ninguém”.

Para Woodward (2000, p. 13-15), “a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”. Neste sentido, a discussão sobre representação e identidades dialoga com o fenômeno social da exclusão/inclusão e com a invisibilidade da PSR, que “condena os ‘cidadãos sem cidadania’, preservando a sua existência” (GOES, 2008, p.179).

As pessoas em situação de rua são os invisíveis sociais e quando “vistas” são “estigmatizadas até por aqueles que possuem no discurso a intenção de resgatar a dignidade e o direito à cidadania ou de criarem a possibilidade de reinseri-los na sociedade” (OLIVEIRA, 2008, p.11). Esse processo de invisibilização e estigmatização culmina nas construções identitárias e determina os modos de levar a vida dessa população, e as representações sobre ela.

Corrêa (2008) fala sobre as identidades que são impostas e naturalizadas na sociedade, e que são apropriadas pelos indivíduos. Identidades essas, subversivas, que se cristalizam com tanta intensidade que a “metamorfose da identidade” (CORRÊA, 2008, p. 99) parece sem força, incapaz de transformar, mudar ou parece até reafirmar uma identidade que é imposta sem a possibilidade de reflexão.

Além de impostas, as identidades surgem e ressurgem, enquanto outras entram em declínio. Trata-se de identidades criadas, negociadas, comercializadas, descartadas, apropriadas e reapropriadas, que no contexto das pessoas em situação de rua, perpassam os seus modos de vida, por vezes, como estratégia de sobrevivência nas ruas. Dito isso, concordamos com Santos (2002, p.27) que “a identidade é uma categoria política, pois se

torna a defesa de um grupo ou coletividade, uma defesa de si frente a uma possível ameaça do outro”.

Assim, as identidades que emergem nas relações sociais, além de atribuídas, vão sendo assumidas, tornam-se referências que passam a ser apropriadas por esses indivíduos, “isto não quer dizer que este aceite de bom grado tais tipificações, mas que as têm como conteúdos subjetivos em torno dos quais ele dá sentido às suas vivências e constrói sua identidade” (MATTOS; FERREIRA, 2004), p. 52).

Essa condição pode ser entendida como o que Ciampa (1998) denomina de uma “mesmice de si imposta”, que se traduz na repetição de um personagem, uma representação, que não foi criada por si, mas por outros, que é “responsável por forjar uma identidade apolítica, apontando a questão da falta de uma identidade coletiva” (SILVA; SIMON, 2005, p. 89). Nesse sentido o indivíduo tende a reproduzir uma identidade por força dos processos sociais que o tem como negação da sua humanidade e é veiculada a partir de interesses que fogem do seu controle.

Seria também o que Bock e Gonçalves (2001) denominam de alienação da identidade pessoal e social, que funciona enquanto mecanismo que cerceia a liberdade individual. Essa condição faz com que adentre em um círculo vicioso que Matos e Ferreira (2004, p. 54) denominam de “crise do ator-sem-personagem”. Este esfacelamento da identidade das pessoas em situação de rua, associada à extrema falta de recursos econômicos, materiais e sociais faz-nos entender a vulnerabilidade e o risco psicossocial aos quais a população de rua está exposta.

Associado a isso, o processo de produção social das identidades se torna capaz de diferenciar as posições, lugares e situações de cada grupo nessa sociedade, sejam do ponto de vista cultural ou mesmo social, suscitando, também, múltiplos sentimentos de pertencimento e lugar no mundo. Vivências e sentimentos que refletem um processo de desumanização e de produção de estigmas sociais, “(...) o morador em situação de rua é desfiliado, estigmatizado, sofre um processo de desumanização” (KANO et al., 2008, p.9).

Woodward (2000) descreve a identidade não somente por aquilo que “sou”, como algo autossuficiente, mas, sobretudo pelo que “não sou”, apontando, como referido anteriormente, que a identidade e a diferença estão estreitamente associadas, dependentes uma da outra. Propondo a identidade como relacional e produto da diferença, pois sua existência só é possível quando há o outro para se contrapor, outra identidade para se diferir (WOODWARD, 2000).

Assim, para afirmar uma identidade é necessário que exista outra como diferente. Isso

“justifica” e “massifica” as múltiplas identidades atribuídas a PSR, a partir de diferenciações que excluem do que “EU SOU” e incluem ao que “ELES SÃO”. Eles são os mendigos, os marginais e as tantas outras tipificações preconceituosas e excludentes que são criadas para identificar a PSR.

Dessa forma, eles são o que eu não sou, pois é indispensável que exista alguém que seja o que eu não quero ser, para que eu possa ser o que quero ser. Assim é possível afirmar

(...) que é a diferença que vem em primeiro lugar: Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora como ato ou processo de diferenciação (SILVA, 2000, p. 76).

Portanto, a diferenciação dos grupos se pauta em um jogo de classificações binárias de caráter puramente hierárquico, que busca associar a identidade ao binarismo “nós/eles”, para definir o semelhante e o diferente; “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que está dentro e o que está fora” (SILVA, 2000, p. 82).

Observa-se identidade e diferença como componentes de um processo que classifica e diferencia para excluir, ao tempo que permite a pertença. Trata-se, portanto, de uma produção marcada por relações de poder, que categoriza sujeitos e grupos, para demarcar fronteiras (nós e eles), classificando e normatizando (nós somos os normais, eles não são normais) e que desencadeia e estabelece, também, processos de inclusão/exclusão.

As identidades atribuídas às pessoas em situação de rua tendem a produzir representações pejorativas, estigmatizadas e que se materializam nas relações sociais, sobretudo no cotidiano dessas pessoas, se configurando em conhecimento socialmente compartilhado e suporte para a construção de suas identidades pessoais.

Nesse sentido, concordamos com as posições assumidas por Hall e Derrida, que percebem a identidade como uma questão de "tornar-se", aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum.

Levamos em consideração, em acordo com Woodward (2000), que a construção e manutenção da identidade é tanto simbólica quanto social. Significa dizer que, a identidade, estruturada a partir da construção de símbolos, apresenta-se como um elemento configurador e reconfigurador das práticas sociais.

As construções simbólicas das identidades são os meios pelos quais se dá sentido as

práticas e as relações sociais, e também o meio pelo qual se constroem as diferenças. É por meio dessa “diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais” (SILVA, 2000, p. 10).

A identidade, que é definida pela diferença, não é fixa, mas flutuante, cujos significados se estabelecem discursivamente em processos que estão sempre atravessados por relações de poder, de cuja dinâmica decorre justamente o caráter instável e flutuante dessas e quaisquer outras identidades culturais (WOODWARD, 2000).

“A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2000, p. 18-19). A ênfase na representação e o papel chave da cultura na produção dos significados que permeiam as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a identificação.

O conceito de identificação descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades (WOODWARD, 2000). Nesse sentido, nos interessa compreender como se relacionam e se produzem esses sujeitos enquanto corpos que assumem marcadores identitários (ou não) ou como se reconhecem enquanto portadores de alguma identidade. Concordando com Hall (2000, p. 126-127), pretendemos

pensar quais são os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeitos se identificam (ou não) com as “posições” para as quais são convocados (...) de que forma eles moldam, estilizam, produzem ou “exercem” essas posições (...) por que eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e por que alguns nunca fazem, ou estão em um processo constante, agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se confrontam e pelas quais regulam a si mesmos – fazendo-lhes resistência, negociando-as ou acomodando-as.

Por isso, não priorizamos a fixidez para pensar os processos de identificação, tendo em vista que acreditamos que

as identificações não são, nunca, plenamente e finalmente feitas; elas são incessantemente reconstituídas e, como tal, estão sujeitas à lógica volátil da iterabilidade. Elas são aquilo que é constantemente arregimentado, consolidado, reduzido, contestado e, ocasionalmente, obrigado a capitular (HALL *apud* SILVA, 2000, p. 130).

Através dos processos de identificação, pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros (WOODWARD, 2000). Diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes.

Nesse sentido, as identidades também não são unificadas, centradas e inerentes aos indivíduos. Bauman (2005, p. 19) aponta a instabilidade e a dificuldade do sujeito moderno em assegurar uma identidade unificada e centrada: “As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. A modernidade tardia e os processos de globalização dispersam as identidades. Como argumenta Jonathan Rutherford “a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora (...) a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (1990, p. 19-20).

Nesse contexto, o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas (HALL, 2006).

Não é por acaso que a grande questão é discutir a "crise de identidade", a ideia de o sujeito pós-moderno estar "descentrado", fragmentado e composto por várias identidades. “A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCE, 1990, p. 43).

As formas como representamos a nós mesmos - como mulheres, como homens, como mães, como pais, como pessoas trabalhadoras - têm mudado radicalmente nos últimos anos. Como indivíduos, podemos passar por experiências de fragmentação nas nossas relações pessoais e no nosso trabalho. Essas experiências são vividas no contexto de mudanças sociais e históricas, tais como mudanças no mercado de trabalho e nos padrões de emprego (WOODWARD, 2000).

As identidades e as lealdades políticas também têm sofrido mudanças: lealdades tradicionais, baseadas na classe social, cedem lugar à concepção de escolha de "estilos de vida" e à emergência da "política de identidade". A etnia e a "raça", o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação (WOODWARD, 2000).

As relações familiares também têm mudado, especialmente com o impacto das mudanças na estrutura do emprego. Tem havido mudanças também nas práticas de trabalho e na produção e consumo de bens e serviços. É igualmente notável a emergência de novos padrões de vida doméstica, o que é indicado pelo crescente número de lares chefiados por pais solo ou por mães solo, bem como pelas taxas elevadas de divórcio. As identidades sexuais

também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade (WOODWARD, 2000).

Diferentes contextos fazem com que nos posicionemos a partir de diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma das situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em um certo sentido, somos posicionados e também posicionamos a nós mesmos, de acordo com os "campos sociais" nos quais estamos atuando. De acordo com Hall (2000) somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo.

3.2 A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS DISCURSOS MIDIÁTICOS

Nesta sessão buscamos nos aproximar de uma parte do referencial teórico sobre a População em Situação de Rua, conhecendo essa realidade social a partir de autores/as que discutem a temática e buscando compreender como os discursos midiáticos tendem a representar e interferir nessa problemática, já que nesse contexto, ao tempo que se fortalecem discursos de protagonismo e de direitos humanos, também recrudescem perspectivas preconceituosas, muitas vezes divulgadas na mídia. Na relação entre discurso e sociedade, essas representações podem criar identidades e legitimar formas de ação em relação à situação de rua.

Entendemos que essa discussão não visa acrescentar ainda mais rótulos para uma população já marcada por estigmas de diversas ordens e massificá-las dentro de categorias de identificação, mas se aproximar da realidade partindo da compreensão de que ela é dinâmica e mutável.

Nesse sentido, compreendemos a situação de rua enquanto um problema social, de contornos globais, ao qual as sociedades podem responder de muitas maneiras diferentes. A pobreza extrema intrínseca a essa situação tornou-se foco de interesse de diversas disciplinas e de campos interdisciplinares, enquanto um espaço importante de reflexão no campo do discurso (DE MELO RESENDE; ALVES DOS SANTOS, 2016).

A pobreza, apesar de existir nas diversas sociedades humanas, é considerada um problema que assume complexas dimensões no sistema de produção capitalista, na medida em

que, para a manutenção desse sistema de produção, é indispensável à exploração de uma classe que se encontra em desvantagem econômica e social. Sendo assim, “os pobres não são excluídos do sistema como um todo; não se localizam fora dele, mas na sua margem” (PEREIRA, 2008, p. 34).

No capitalismo, uma classe dotada de privilégios econômicos se sobressai a partir da exploração de outra, privada de recursos para a vida. Sendo a pobreza característica marcante de nosso tempo, a população em situação de rua encontra-se em um dos seus piores níveis, pois além de não possuir recursos suficientes para a manutenção da vida biológica e social, ainda não obtém as vantagens da propriedade privada (RESENDE; RAMALHO, 2017).

Existem relatos que a situação de rua já existia desde civilizações antigas, como, por exemplo, Egito, Grécia, Roma e China, em que essas pessoas assim caracterizadas eram enquadradas como andarilhas, viajantes, exiladas ou doentes mentais.

Rousseau (1989) traz o relato que no período medieval, os servos deviam aos seus reis uma série de impostos e que quando não conseguiam quitar tal dívida, eram sujeitos à rua. Destaca ainda que na Idade Média, os mendigos/moradores de rua eram o caminho para salvação dos ricos, por serem os meios para a prática da caridade.

Para Ceolin, Terra e Carmona (2020), apesar dos registros anteriores, as pessoas em situação de rua só passam a ter maior visibilidade a partir da Revolução Industrial, quando os camponeses e pequenos produtores foram expulsos do seu *habitat* ancestral devido ao novo sistema de produção que estava surgindo: o capitalismo.

Silva (2009) também observa que o surgimento da PSR esteve atrelado ao fato de os camponeses não serem abarcados pela indústria que estava crescendo com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis e também pela dificuldade de adaptação a um ritmo frenético e massacrante de trabalho.

Diante dessas circunstâncias, as pessoas que ficaram de fora desse novo processo de produção, foram relegadas à mendicância e a outros desvios morais, como o roubo e a vadiagem, por exemplo. Diante disso, surge o pauperismo³ como resultado da histórica desigualdade capitalista.

No Brasil, o fenômeno da população em situação de rua esteve vinculado às mudanças no mundo do trabalho, no contexto das transformações societárias promovidas pelo capitalismo contemporâneo. Gatti e Pereira (2011) observam que foi com o sistema de produção capitalista que esse processo atingiu níveis alarmantes, a ponto de ser considerado

³ Estado de pobreza extrema em determinada comunidade.

um problema social de massas e não só um ‘modo de vida’ de alguns. Esse grupo populacional passa a ser majoritariamente composto por não assalariados, ou seja, pessoas que não participam ativamente do processo de produção de riquezas e nem usufruem dos bens produzidos.

Observa-se, portanto, que a população em situação de rua é o reflexo sócio-histórico de uma sociedade excludente e sempre estiveram marcadas por um contexto de desigualdades, pauperização e marginalização (SOUZA, et al, 2021).

As pessoas em situação de rua fazem parte de um grupo que é formado por pessoas que, em diálogo com as discussões de Goffman (2008, p. 155), podem ser definidas como estigmatizadas por serem “engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social”. Em que a sociedade exige que:

Ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele. Em outras palavras, ele é aconselhado a corresponder naturalmente, aceitando com naturalidade a si mesmo e aos outros, uma aceitação de si mesmo que nós não fomos os primeiros a lhe dar. Assim, permite-se que uma aceitação-fantasma forneça a base para uma normalidade-fantasma (GOFFMAN, 2008, p. 133).

Essa compreensão pode ser relacionada à maneira como a sociedade lida com as pessoas que habitam as ruas. Sua existência é de conhecimento de todos (população e governos) e, embora existam políticas públicas para tratar desta questão, são insuficientes e tais sujeitos sociais permanecem nesta condição (BELIN, 2019), são vistos por todos, mas ao mesmo tempo, invisíveis para todos.

Essa tendência à invisibilidade extrapola as fronteiras da convivência em comunidade e impacta também o campo midiático, de forma que quando se trata de cobertura midiática sobre a população em situação de rua, a imprensa brasileira tende a considerar este grupo populacional como parte de um contexto social amplo e que não precisa ser problematizado (BELIN, 2019).

Os discursos construídos ao longo do tempo, compartilhados pela mídia e pela sociedade, invisibilizam aspectos da sua realidade ao mesmo tempo que visibilizam e reforçam os estereótipos socialmente predominantes. Desnecessário/a, incômodo/a e ameaçador/a, são apenas alguns dos estigmas atribuídos a PSR para classificá-las em categorias que estão à margem da sociedade, pois são vistas como o “outro” socialmente desqualificado.

Nesse contexto, pessoas extremamente pobres passam a ser consideradas

economicamente desnecessárias, porque a industrialização reduz a necessidade de trabalhadores/as, sobretudo aqueles/as considerados/as ‘desqualificados/as’; socialmente incômodas, “por causa da degradação urbana provocada pela pobreza”; e politicamente ameaçadoras, uma vez que a exclusão de parcela significativa da sociedade acarreta situações de desordem social (BUARQUE, 2003, p. 32). O expurgo do outro se configura enquanto estratégia de construção simbólica de fragmentação em que indivíduos ou grupos são representados como inimigos que devem ser combatidos, apartados, expurgados da sociedade.

Essas classificações e as outras historicamente criadas para definir, reduzir, referir e/ou representar à PSR, influenciam os modos como as pessoas agem e pensam sobre a situação de rua; “justifica”, muitas vezes, a eliminação simbólica ou mesmo física desses sujeitos, além de interferir na formação das suas identidades, das identificações pessoais e sociais, já que essa construção também está ligada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (FAIRCLOUGH, 2003a). Por isso a preocupação com a questão da representação de sujeitos sociais em contextos de desigualdade e precariedade social é essencial.

Neste sentido, seria possível definir quem são os/as que vivem na rua? Até então inumeráveis e quando não (in)visibilizados pelos estigmas, homogeneizados pelas carências em comuns. Para muitas pessoas são moradores de rua, pedintes, mendigos, maltrapilhos, entre outras identidades que comumente são atribuídas a essa população.

Recentemente (2009) a experiência de rua ganhou outro nome - População em Situação de Rua. Essa nomenclatura visa contemplar a heterogeneidade desse grupo, que não é composto apenas por pessoas que fazem da rua o lugar permanente de moradia e sobrevivência, mas também por aqueles que utilizam a rua como espaço temporário, como os conhecidos andarilhos, trecheiros e pardais - outras formas de nomear e classificar essas pessoas (BRASIL, 2009).

Corroborando com a discussão sobre essa nova nomenclatura, Frangella (2004, p. 51) exprime que na experiência contemporânea a expressão “em situação de rua” ressoa politicamente como menos excludente, pois agrega assim, “(...) o andarilho em deslocamento contínuo, os mendigos, os “loucos da rua” e ainda os desempregados que vivem temporariamente nas ruas e frequentam albergues”.

O Decreto da lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em seu Parágrafo Único do Artigo 1º define essa a população “como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia

convencional regular” (BRASIL, 2009, p.1) e “que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009, p.1).

Partindo dessa compreensão, a PSR não deve ser homogeneizada pelas carências em comuns e pelos olhares da exclusão, pois não são pessoas iguais, apesar de serem tratadas assim. São pessoas que possuem características particulares e trajetórias de vidas específicas, que aos poucos as fizeram utilizar o espaço da rua como lugar de sobrevivência e/ou moradia e que, portanto, diferenciam-se em diversos aspectos.

Diante dessa compreensão e da complexidade que envolve a vida nas ruas, da diversidade de histórias e de estratégias de sobrevivência adotadas, a PSR não deve ser classificada em padrões estereotipados e estigmatizantes, historicamente hegemônicos, que, por vezes, anulam e massificam as suas múltiplas identidades.

Diversos atos de designações são construídos com o objetivo de caracterizar as pessoas que viviam e vivem nas ruas, mas principalmente com o objetivo de uniformizar essas pessoas através de termos pejorativos. Rosa et al (2005) aponta que a primeira notícia veiculada em jornais brasileiros sobre a PSR é datada de 1972 e empregava os termos “mendigos” ou “pedintes”, nomeações ligadas à época na qual se começou a discutir o fenômeno “população de rua”.

Contribuindo com essa discussão, Escorel (1999) faz uma distinção interessante entre o mendigo e o pedinte: o último dispõe de atributos sociais como casa, família e até mesmo trabalho, porém encontra dificuldades para sobreviver e recorre a ajuda de terceiros; já os mendigos são pessoas que perderam certos atributos sociais, por isso sobrevivem na rua, apresentando-se geralmente sujos e maltrapilhos. Tais palavras devem ser evitadas, estando inclusive em desuso na academia, por estarem carregadas de sentidos pejorativos; já no cotidiano, tais nomes ainda são utilizados com bastante fluidez, sobretudo para representar as pessoas em situação de rua.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) fazem ainda uma classificação das pessoas que estão nas ruas baseada na cronificação do processo de estar nas ruas. Para elas, dependendo da relação estabelecida entre a pessoa e a rua, diferentes nomeações são construídas para identificar tal relação. Nesse sentido, a rua pode apresentar pelo menos dois sentidos: o de ser um modo de vida, sendo as ruas um espaço de moradia, composta por uma complexa rede de relações; ou de se constituir como abrigo para pessoas que dormem nas ruas circunstancialmente.

As autoras identificam três diferentes condições em relação à permanência na rua. A primeira é nomeada de “ficar na rua” e se apresenta como uma forma circunstancial de estar nas vias públicas. A segunda é chamada de “estar na rua” e é definida pelo processo de ida para as ruas recentemente como espaço de moradia; e a última condição é definida pelas autoras como “ser da rua” e se relaciona com o tempo longo de permanência das pessoas na rua, sendo aqui já considerada morar nas ruas como modo de vida (VIEIRA; ROSA; BEZERRA, 2004).

De maneira complementar, ao se deparar com o desafio de conceituação dessa população, Rosa et al (2005) identificam situações diferentes em relação à permanência na rua. Para elas, na categoria “ficar na rua”, a pessoa possui ainda um projeto de vida e mantém fortes vínculos familiares; na “estar na rua” implica a diminuição do contato com a família e o estabelecimento de novos vínculos na rua; “ser da rua” traz em si a identidade e identificação com a própria rua, que passa a ser o lugar de referência e espaço de relações - o corpo se modifica, bem como as formas de conviver e ver o mundo.

O tempo vivido na rua se configura como um elemento determinante nesse processo, pois quanto maiores forem os lapsos de tempo que permanecem, circunstancial ou recentemente nas ruas, maiores as probabilidades de tornarem-se permanentes como seres da rua.

No Brasil, a PSR não consta nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que a metodologia dos censos se pauta em coleta de dados exclusivamente domiciliar e essa população, em sua maioria, não possui moradia regular. Essa situação retrata mais um aspecto da invisibilidade e da exclusão social dessas pessoas, além de dificultar a implementação de políticas públicas e de estratégias consoantes com suas necessidades sociais.

Diante dessa dificuldade alguns estudos buscaram estimar a realidade da PSR no Brasil, dentre eles, podemos citar a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (PNPSR), realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2007 e 2008, em que foi feito um levantamento de todas as pessoas em situação de rua, acima de 18 anos, em um universo de 71 municípios com população total superior a 300 mil habitantes. À época foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua (BRASIL, 2008).

Mais recentemente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através de dados oficiais coletados pelos mais de 5.500 municípios da Federação, realizou um estudo estimativo da população em situação de rua no Brasil para o período que vai de setembro de 2012 a março de 2020 (NATALINO, 2020).

Os dados do IPEA apontam que em março de 2020 o número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil era de 221.869, e chama atenção não apenas para o crescimento ao longo dos anos, mas também para a aceleração recente desse crescimento. O estudo não aponta as causas para esse fenômeno, mas sugere que a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza sejam fatores importantes para a explicação do ocorrido (NATALINO, 2020).

Observou-se um aumento expressivo (140%) da população em situação de rua ao longo do período analisado (setembro de 2012 a março de 2020). O estudo evidencia que o fenômeno segue apresentando características eminentemente urbanas. O crescimento é observado em todas as Grandes Regiões e em municípios de todos os portes. Em 2020, por exemplo, 18,5% da população em situação de rua está em municípios pequenos ou de médio porte populacional, indicando a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades. Não obstante, observa-se que é nos grandes municípios que maior parte dessa população se concentra e é neles que se observa uma taxa de crescimento maior (NATALINO, 2020).

Além disso, o estudo mostrou análises preliminares dos dados disponíveis através do Cadastro Único que indicam a possibilidade de já se observar efeitos da pandemia do COVID-19 no aumento das pessoas em situação de rua nos últimos dados disponíveis em março de 2020. O que demonstra que o atual período de calamidade pública exige ainda mais ações e políticas públicas mais efetivas e coerentes com as necessidades sociais dessa população (NATALINO, 2020).

Importante lembrar, entretanto, que há uma tendência por parte desses estudos à subestimação do fenômeno, uma vez que só é possível estimar o tamanho da população em situação de rua que o poder público consegue “visualizar”, ou seja, que estão incluídas nos cadastros e programas sociais.

Por outro lado, concordando com Lopes (2014), os censos/mapeamentos trazem contribuições relevantes no sentido de se ter uma percepção geral da abrangência e características dessa população e dar visibilidade ao problema, tratando-se de estudos importantes, pois auxiliam as discussões sobre a PSR no país.

A pesquisa nacional, publicada em 2008, demonstrou não apenas o quantitativo da PSR, mas também aspectos fundamentais de suas condições de vida. Nesse sentido, utilizaremos os dados da pesquisa nacional, que apesar de se tratar de dados não recentes, tendo em vista a época que o estudo foi realizado (2008), é o único levantamento nacional

oficial sobre essa população que encontramos⁴. Na pesquisa foram entrevistadas pessoas em vias públicas, viadutos, galpões e outras estruturas precárias, além daqueles que se encontravam em albergues.

Na época, identificou-se que 82% das pessoas em situação de rua eram pessoas do sexo masculino, 53% possuíam entre 25 e 44 anos, 67% se declararam pardas ou negras, 76,1% sempre viveram no município em que moravam ou em municípios próximos, 48,4% estavam na rua ou em albergues há bastante tempo (há mais de 2 anos), 30% tinham algum problema de saúde, 70,9% trabalhavam e exerciam alguma atividade remunerada, 58,9% afirmaram ter alguma profissão, 24,8% não possuíam documento de identificação oficial, 88,5% não recebiam qualquer benefício do governo, 17,1% eram analfabetos e 63,5% não concluíram o 1º grau (BRASIL, 2008).

Com efeito, a pesquisa mostrou um cenário de população de maioria masculina, negra, em situação cristalizada de rua, com baixa escolaridade e desamparada de ações governamentais básicas, além de mostrar que uma grande parcela desenvolve atividade produtiva e também contrariar o mito da migração.

A pesquisa mostrou ainda que apenas 16% dessas pessoas dependiam da mendicância para sobreviver, apresentando-se como contraponto aos estereótipos que comumente é atribuído a essa população associando-a à “vadiagem” ou “vagabundagem” (BRASIL, 2008).

A pesquisa mostrou ainda os motivos que os levaram à situação de rua, sendo que 35,5% dos entrevistados relataram estarem nas ruas devido problemas com álcool e/ou drogas, 29,8% pelo o desemprego e 29,1% por desavenças familiares. Quando questionados sobre os vínculos familiares, 51,9% afirmaram que tinham parentes na cidade em que se encontravam, mas 38,9% não mantinham contato com seus familiares (BRASIL, 2008).

Concordamos com Melo (2011) que a PSR passa por um processo de adentrar a rua, ou seja, a vida na rua não se coloca como algo posto desde o nascimento, mas se constitui como um momento, de uma história de vida, que quando contada remete à existência de laços familiares e sociais, que passaram por um processo de ruptura, ocorrido por diversos motivos.(MELO, 2011)

Snow e Anderson (1998) também refletiram sobre essa questão e afirmam que o mundo das pessoas em situação de rua é um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria delas, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além do seu controle.

⁴ Para fortalecer essa afirmativa convido-lhes a lerem essa reportagem que retrata a invisibilidade da PSR, inclusive nas metodologias das pesquisas destinadas a contabilizá-las (SILVA, 2021).

As mudanças no mundo do trabalho, como a competição acirrada, fragilização dos vínculos trabalhistas, exigência de qualificação profissional, inserção em atividades produtivas com grande potencial de substituição e com rendas limítrofes para a subsistência, estigmatização pelas posições de trabalho que ocupam e, principalmente, o desemprego, têm sido determinantes para o aumento de pessoas em situação de rua, configurando-se como determinantes desse processo.

Para Ferreira (2015), essa população é menosprezada e até mesmo marginalizada porque, entre outras características, ela não correspondeu ao sucesso ou ao êxito individual perseguido pela sociedade atual, que é norteadada pela lógica do capital. Nesse cenário, as representações sociais passam a ser determinadas, prioritariamente, a partir da posição social e econômica que o outro ocupa.

Desta forma, observa-se que além das várias determinações imediatas, é na base estrutural capitalista que têm origem as condições que desencadeiam o ápice da desigualdade social, em que o sujeito se encontra totalmente desprovido de direitos (REIS, 2011).

As pessoas em situação de rua vivenciam inúmeras dificuldades. A mais evidente delas é a territorialização precária, onde estão expostas as diversas dimensões do desamparo: desconforto face às intempéries (as chuvas, o frio e o calor); insalubridade (exposição e contato com vetores de doenças); insegurança frente aos “estabelecidos”⁵ que lhes dirigem olhares de desconfiança.

Essa população vivencia os cenários da rua de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana. Em suas vivências, acabam se apropriando de espaços e de recursos específicos da cidade no intuito de garantir as condições mínimas de sobrevivência (FRANGELLA, 2004).

As diferentes necessidades dos indivíduos que vivem nas ruas são realizadas em espaços distintos da cidade, à medida que estes são adaptados e utilizados de acordo com suas próprias características. Nesse sentido, o território desempenha importante papel no cotidiano dessa população, de modo que o atendimento às suas necessidades básicas de sobrevivência é condicionado aos diversos usos que estes fazem desse território (SILVA; SILVA, 2017).

⁵ O conceito “estabelecidos” utilizado, refere-se ao conceito utilizado por Norbert Elias na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders”, em que o autor discorre acerca das relações de poder e normas de socialização na pequena comunidade de Wiston Parva localizada na Inglaterra, que apresentava em seu interior uma clara divisão social. Havia dois grupos: os “estabelecidos” que foram assim denominados os moradores mais antigos da comunidade e os “outsiders” um grupo novo de residentes. Sendo assim, nessa pequena comunidade, Elias observou-se a situação de estabelecidos-outsiders, em que o grupo “estabelecido” atribuía a seus membros características humanas superiores, excluindo todos os membros do outro grupo do contato social não profissional (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Na maioria das vezes, cabe a PSR buscar as estratégias para sua sobrevivência. Neste sentido, sobreviver na rua acaba se tornando uma façanha individual, uma vez que cada indivíduo se responsabiliza em garantir a própria vida. Essa realidade demonstra a ausência do Estado e expõe de forma explícita os aspectos da exclusão social e a inadequação dessas pessoas à realidade econômica.

A solidariedade é outro aspecto fortemente observado quando se trata da garantia de necessidades básicas da PSR. Para Francisco (2016), a ausência do Estado ao longo dos anos, em relação à população em situação de rua, fez com que cada vez mais existissem organizações, instituições religiosas e até mesmo um grupo independente de indivíduos que realizam ações sociais, para que assim atuassem fortemente no intuito de suprir de alguma forma, mesmo que mínima, as suas necessidades básicas.

São muitos os exemplos de pessoas, famílias, ou mesmo trabalhadores de estabelecimentos, prestadores de serviços, que acabam por “adotar” pessoas que vivem nas ruas nas proximidades de suas residências ou locais de trabalho, garantindo-lhes local para dormir, sobras de comida e disponibilidade de água.

Outro exemplo de solidariedade são os inúmeros grupos de voluntários que saem à noite para levar comida (geralmente sopa) e agasalhos para as pessoas que estão dormindo nas ruas. Através de práticas filantrópicas e de benemerência, a sociedade busca “atender” as necessidades da PSR. Tais ações, apesar de importantes, acabam sendo isoladas ou ainda periódicas, além de eximir o Estado da sua responsabilidade com as questões sociais.

Assim, apesar das políticas sociais formuladas para o atendimento das necessidades dessa população, percebe-se que a PSR vivencia dia a dia, os limites da vulnerabilidade e da exclusão social. Nas ruas e com a ausência da família, essas pessoas, quando vistas pela sociedade, só são vistas como sujeitos que sentem fome, frio e que não tem onde dormir, mas jamais como seres humanos que passaram por processos de rupturas e de perdas em várias ou em todas as dimensões da vida.

Nessa situação e não tendo nenhum suporte para recorrer diante de suas dificuldades, os indivíduos descobrem ou desenvolvem formas de resistência e sobrevivência nas ruas, constituindo novas redes de relações e vinculando-se de forma mais significativa ao espaço urbano. Algumas pessoas passam a estar nas ruas em grupos, ainda que temporários, seja em função dos locais que escolhem para dormir, das atividades que exercem ou das instituições que frequentam (SILVA; SILVA, 2017).

Daí surge a possibilidade de integração com uma família substituta, principalmente depois que se esgotam as possibilidades de reinserção junto à família de origem e a pessoa se

vinculam mais fortemente com os diferentes contextos vivenciados na rua.

Essa população passa a ressignificar suas relações sociais, constituindo novos grupos que se caracterizam por identidades definidoras de comportamento e da necessidade da sobrevivência. Assim, é comum encontrarmos os indivíduos em situação de rua acompanhados ou próximos das mesmas pessoas, dormindo nos mesmos lugares, reconstruindo vínculos afetivos que, muitas das vezes, reproduzem o contexto familiar, até com denominações peculiares, tais como: família de rua, irmão da rua, mãe/pai da rua, filho da rua (BRASIL, 2012).

Se para muitos a rua é vista como o lugar da desordem, do “sem limite”; para a PSR a rua acaba por significar o lugar onde se pode, de alguma forma, buscar vínculos, referências e até mesmo construir suas identidades.

Não obstante, a crise global das pessoas em situação de rua é ignorada, subestimada, despercebida ou mal compreendida pela sociedade civil e principalmente pelos os governos, responsáveis por elaborar as políticas públicas para essa população. Apenas recentemente, com a aprovação da Política Nacional para a PSR em 2008, a situação de rua foi considerada uma problemática social que merece atenção.

Muitas práticas, tanto de entidades particulares como de diversas instâncias governamentais, destinadas a “incluir” (grifos nossos) esse sujeito na vida social, acabaram, por fim, gerando outras formas de exclusão, expondo discursos preconceituosos, promovendo passividade, impedindo o sujeito de expressar-se, entravando o espaço criativo da rua, numa tentativa de “higienizar” o espaço público e exercer melhor controle sobre esses sujeitos (OLIVEIRA; FEITOSA, 2015).

Nesse contexto, observa-se um aumento gradual nos estudos e pesquisas sobre essa temática, sobretudo, os que a consideram um problema complexo que inclui estratégias discursivas, na medida em que a representação em textos da população em situação de rua influencia a forma com que a sociedade interpreta e reage a esse grupo populacional.

Observa-se que, se por um lado essa atenção dada a situação de rua fortalece os discursos de protagonismo e de direitos humanos, por outro lado também permanecem as diversas perspectivas preconceituosas, associadas a desvalorização social da pessoa em situação de rua, sobretudo nos discursos que são muitas vezes divulgados pela mídia. Através da relação entre discurso e sociedade, as representações midiáticas sobre a PSR podem forjar identidades e legitimar formas de ação em relação a esta vulnerabilidade social (DE MELO RESENDE; ALVES DOS SANTOS, 2016).

Nas ruas, os olhares voltados para essa população refletem o medo dos que apressam o

passo, evitando uma abordagem; nojo, pela situação de higiene em que algumas pessoas se encontram; piedade, pelas condições de violação da dignidade sofrida; raiva dos que as culpabilizam pela própria condição; e o não olhar, ou seja, o olhar da indiferença. Essa realidade faz com que essas pessoas se sintam cada vez mais oprimidas, desumanizadas e invisibilizadas (BRASIL, 2012, p. 20).

É nesse sentido que Mattos e Ferreira (2004) apresentam suas análises a respeito dos discursos que são construídos acerca da pessoa em situação de rua, que (in)visibilizam essa população através de estigmas como pessoa vagabunda, preguiçosa, bêbada, suja, perigosa, coitada, mendiga.

Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar (...). Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas (sic). Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.47-48).

Para Seara (2016, em palestra), “[t]oda violência física é sempre precedida de violência verbal; há toda uma gramática da violência que leva à opressão e à perda de direitos”. Em relação a população em situação de rua, avaliações como incômoda, perigosa e oportunista são mais recorrentes em notícias.

Essas representações e os discursos da mídia sobre a população em situação de rua podem ainda, se materializar nas relações sociais, através de conteúdos pejorativos e naturalizados, que repetidos em diferentes tipos de textos orais e escritos, podem ser compartilhados como conhecimento socialmente aceitável e que impactam na constituição das identidades pessoais e sociais destas pessoas (DE MELO RESENDE; ALVES DOS SANTOS, 2016).

A repetição dessas representações pejorativas e sua aceitação pela sociedade podem servir de base, ainda, para “justificar” o preconceito nem sempre velado com a PSR. Será que explicaria, ao menos em parte, um contexto que apresenta, com frequência, como as repetidas chacinas, assassinatos brutais de seres humanos por seres humanos que já não se identificam com as pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades? (DE MELO RESENDE; ALVES DOS SANTOS, 2016).

O estudo de Resende e Santos (2016) demonstrou que a forma que esses eventos são representados na mídia, aponta para uma tendência a naturalização, uma vez que se percebe a ausência de problematização dos casos, configurando-se um apagamento significativo que reforça o discurso da indiferença e naturaliza o extermínio de pessoas em situação de rua

como algo tolerado e passível de compreensão, já que dispensa qualquer explicação.

Nesse contexto, a mídia se configura enquanto importante espaço de (re)significação de discursos, que através de conteúdos simbólicos, produzem efeitos na sustentação de relações de poder. Pontos de tangência entre mídia e ideologia têm sido amplamente estudados pela a Análise do Discurso Crítica, por exemplo, a partir de Fairclough (1989), Pardo Abril (2008), Van Dijk (2010), entre muitos/as outros/as.

Os meios de comunicação, como parte do aparelho ideológico do Estado⁶, por vezes retratam problemas sociais de forma simplista, colaborando para a manutenção da estrutura social vigente (PARDO ABRIL, 2008; RESENDE, 2016). A relação entre os discursos da mídia e ideologia, para essas perspectivas teóricas, não é neutra, já que discursos ideológicos podem ser usados como instrumentos para o estabelecimento e a manutenção de hegemonias⁷, assim como podem ser questionados em lutas hegemônicas, já que toda hegemonia, segundo Gramsci (1995), é um equilíbrio instável, aberto a disputas pelo poder.

Em outras palavras, conteúdos simbólicos podem ser classificados como ideológicos quando estão a serviço da manutenção de assimetrias nas relações e práticas sociais (THOMPSON, 2011). E, de acordo com Fairclough (1997), quanto menos forem percebidos como ideológicos, mais eficientes serão. Daí decorre a necessidade de compreender a relação entre ideologia e os discursos midiáticos voltados a situação de rua, no intuito de problematizar tais discursos.

Para Richardson (2007, p. 7),

O jornalismo existe para possibilitar aos/às cidadãos/ãs uma melhor compreensão de suas vidas e de suas posições no mundo. O sucesso ou fracasso do jornalismo – em outras palavras, o grau em que cumpre essa tarefa ou não – pode ser medido em quanto consegue cumprir esse papel de confiança.

O jornalismo é, portanto, uma prática social que pode estar a serviço da manutenção

⁶ Um Aparelho Ideológico de Estado (AIE) é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte” (ALTHUSSER, 1999).

⁷ O conceito de hegemonia surge no seio da tradição marxista como resposta às novas configurações sociais. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e de estar presente no pensamento de Lênin, esse conceito foi desenvolvido de modo mais elaborado por Gramsci. Segundo o autor, a hegemonia é a capacidade de um ou mais grupos sociais de comandar outros. “A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]” (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

do poder. Muitos estudos comprovam que textos jornalísticos têm, sim, sido utilizados de forma ideológica (PARDO ABRIL, 2008; THOMPSON, 1995), com efeitos potenciais de reificação de significados e de manutenção de relações de poder (PARDO ABRIL, 2008). Associado a isso, temos o advento das novas tecnologias de comunicação, sobretudo a internet como uma das principais possibilidades de difundir e ampliar a informação por uma diversidade de meios.

A modernização dos meios de comunicação facilitou a divulgação de uma variedade de objetos midiáticos, e com isso ampliou-se a possibilidade de dispersão de conteúdos simbólicos (DE MELO RESENDE; ALVES DOS SANTOS, 2016). Sendo assim, a propagação de ideias abrange um número maior de pessoas, considerando-se que, embora não seja um recurso universal, uma parcela expressiva da população está conectada à internet e pode recorrer a esse meio para se informar sobre temas os mais diversos (RESENDE; RAMALHO, 2017).

Para Maniglio (2016), os meios de comunicação, como parte do aparato ideológico do Estado, são usualmente responsáveis por mascararem as diferenças existentes, já que raramente representam os problemas sociais de uma forma questionadora. No modelo de jornalismo *on-line* não é diferente, e na atual fase da contemporaneidade esses meios de difusão de notícias adquirem uma força extra, devido à ampliação do acesso à informação, e geram uma maior propagação de discursos que legitimam ou questionam a estrutura social vigente (MANIGLIO, 2016).

Para Thompson (2011), o desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço. E concorda que os meios de comunicação são potenciais agentes de construção e dispersão de formas de pensar e entender o mundo e pode ter influência nos modos como nos identificamos e agimos em relação a eventos e práticas sociais, como no caso em investigação, a situação de rua.

Sendo assim, identificar produções jornalísticas como produtoras de discursos e, portanto, como produtoras de ressignificação de práticas sociais, é indispensável quando se deseja considerá-las sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC), pois entende-se que as práticas sociais recontextualizam-se nos textos e, dessa maneira, é possível investigá-las pelo viés discursivo.

3.3 WEBJORNALISMO, GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS

No jornalismo, a veiculação de informações é condição *sine qua non* para sua permanência na sociedade, principalmente em tempo de Tecnologias de Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's⁸) que aceleram o ritmo do fluxo informacional (MOURA FILHO, 2015).

Ao longo do século XX, mais precisamente entre os anos de 1940 e 1970, se dá o início de uma era de desenvolvimento da última geração de avanços tecnológicos através da descoberta da técnica de imprimir, o jornal, telefone, rádio e televisão, até chegarmos ao que chamamos de Era da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em que se inicia a era do computador, celulares e atrelado a esse momento, a Internet. As TIC's são, portanto, a fusão de três vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas (RAMOS; CARMO, 2012).

As TIC's passaram a se destacar cada vez mais, sobretudo com o desenvolvimento de aparelhos que, além de distribuir a informação de forma cada vez mais rápida a um número crescente de pessoas, realizam cálculos e resolvem problemas complexos e cada vez mais avançados. Diante dessa evolução cada vez mais tecnológica e com o uso de equipamentos digitais, surge um novo conceito: Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC's).

Esse termo representa melhor a realidade de uso das ferramentas tecnológicas no século atual, “porque tecnologias de informação e comunicação existem desde tempos imemoriais, mas suas formas digitais são um fenômeno que se consolidou na última década do século XX” (AFONSO, 2002, p. 169).

As TDIC's se integram em uma gama de bases tecnológicas que possibilitam a partir de equipamentos, programas e mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos (SOARES et al. 2015).

Com a evolução tecnológica e com as TDIC's, a linguagem jornalística também tem sofrido diversas adaptações ao longo do tempo, sobretudo com o surgimento de novos formatos de mídia. O jornal impresso e a revista, o rádio, a televisão e, a mais recente

⁸ Existem diferentes terminologias utilizadas para se referir às tecnologias que vão surgindo a cada evolução tecnológica. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é o termo mais encontrado em publicações acadêmicas. As TICs consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação mas, atualmente, com o uso de equipamentos digitais, tem-se adotado o termo: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) (SCHUCK; CAZAROTTO; SANTANA, 2020).

ferramenta de se comunicar, a internet, fazem com que jornalistas disponham de diferentes mídias e linguagens para transmitir a informação e conquistar públicos diversos (BIANCHINI FERREIRA; LOPES; PEDRINI, 2014).

No espaço digital, várias nomenclaturas são utilizadas para se referir ao jornalismo produzido na internet, as mais conhecidas são: jornalismo digital, webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo *on-line*. E há uma discussão na academia entorno desses termos.

Mielniczuk (2003, p. 4) faz a seguinte classificação desses conceitos:

Jornalismo eletrônico - utiliza de equipamentos e recursos eletrônicos. Jornalismo digital ou Jornalismo multimídia - emprega tecnologia digital, todo e qualquer procedimento que implica no tratamento de dados em forma de bits. Ciberjornalismo - envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço. Jornalismo *online* - é desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real e Webjornalismo - diz respeito à utilização de uma parte específica da internet, que é a *web*.

Para Murad (1999) o conceito de jornalismo encontra-se relacionado ao suporte técnico e ao meio que permite a difusão das notícias, o que permite a reprodução de conceitos como jornalismo impresso, telejornalismo e radiojornalismo. Portanto, no presente trabalho optou-se por utilizar o conceito de webjornalismo.

Afirmar que "a rádio diz, a televisão mostra e o jornal explica" não é mais do que constatar que cada meio tem as suas próprias narrativas e linguagens. Assim, a internet, a utilização de texto, som e imagem em movimento, terá também uma linguagem própria, baseada nas potencialidades do hipertexto e construída em torno de alguns dos conteúdos produzidos pelos meios existentes (CANAVILHAS, 2006).

Diferentemente de jornalismo eletrônico, que engloba um âmbito muito maior, o webjornalismo remete a uma parte específica da Internet que “disponibiliza interfaces gráficas de uma forma bastante amigável. A Internet envolve recursos e processos que são mais amplos do que a *web*, embora esta seja, para o público leigo, sinônimo de Internet” (MIELNICZUK, 2004, p. 4).

Com a internet houve aumento da quantidade de informação disponível para o debate público. Potencialmente a rede permite difusão rápida da informação, atualizações contínuas e acesso de qualquer lugar para qualquer site ou blog disponível (MASSUCHIN; TAVARES, 2015). Importante pontuar, que o fato do webjornalismo se destacar pela rápida disseminação da informação, exige cuidado para que o maior diferencial dos demais suportes, que é a velocidade, não se torne um fator negativo.

Para Ziller (2006) a agilidade pode ser uma característica positiva, pois prospera, inclusive, por seu caráter facilitador na pragmática cotidiana. Entretanto, é apenas um dos muitos valores dessa pragmática e corre o risco de perder toda sua potencialidade se for explorada como valor único.

No Brasil, o primeiro jornal impresso a ter sua publicação completa na *web* foi o carioca Jornal do Brasil, em 1995, mesmo ano em que a internet se tornou comercial no país. O jornal foi fundado em 1891 e parou sua distribuição impressa em 2010, se tornando totalmente digital:

Como era de se esperar, todos os grandes jornais do país migraram para a rede, inicialmente utilizando o sistema transpositivo das edições impressas para a versão online até que, pouco a pouco, começaram a perceber as peculiaridades do novo meio e a necessidade de adoção de processos diferenciados (BARBOSA, 2008, p. 5).

Para Mielniczuk (2001), a história do jornalismo na *web* é possível ser classificada por três grandes momentos: quando os sites jornalísticos reproduziam matérias dos jornais impressos (uso da mera transposição); depois quando o uso da tecnologia foi utilizada para aprofundar um conteúdo por meio de hipertextos e *links* com reportagens relacionadas ao um mesmo fato; e, por fim, um terceiro momento, quando começaram a surgir editoriais destinadas exclusivamente para a internet nas redações de grandes empresas de comunicação, surgindo assim o verdadeiro webjornalismo (BIANCHINI FERREIRA; LOPES; PEDRINI, 2014).

Junto a isso, observa-se os novos paradigmas da comunicação digital, que são apresentados por Orihuela, (2003), como sendo: 1. O usuário é central no processo comunicação (e não uma audiência passiva); 2. Os meios de comunicação digitais vendem conteúdos (e não suportes); 3. A linguagem deste meio é multimidiática (e não monomidiática); 4. Os conteúdos são atualizáveis em tempo real (e não diariamente, ou semanalmente); 5. Há espaço para uma abundância de dados (não há o constrangimento das limitações físicas); 6. O meio não é mediado (desaparece a figura do gatekeeping e some a agendasetting); 7. A comunicação dá-se de muitos para um e de muitos para muitos (e não de um para muitos); 8. O meio digital dá ao usuário a capacidade de mudar o aspecto do conteúdo, produzir conteúdos e se comunicar com outros usuários (interatividade); 9. A gramática da comunicação é o hipertexto (e não o texto linear); e, por último, 10. A missão dos meios digitais é dar informação sobre a informação, dado o caos de informação que se apresenta em redes digitais.

Diante desses paradigmas o webjornalismo se encontra em constante evolução, e não existe ainda padrões ou formatos estabelecidos que possam determinar todas as suas características com precisão. No entanto, a partir das experimentações que vêm sendo realizadas, desde a década de 1990, é possível elencar uma série de características, em maior ou menor escala, exploradas pelos jornais *on-line*.

Ao estudar as características do jornalismo desenvolvido para a *Web*, Bardoel e Deuze (2000) apontam quatro elementos: Interatividade, Customização de conteúdo, Hipertextualidade e Multimídia. Já Palácios (2002, p. 02), com a mesma preocupação, estabeleceu seis características:

Multimídia/Convergência, Interatividade, Hipertextualidade, Personalização e Memória. Cabe ainda acrescentar a Instantaneidade do Acesso, possibilitando a atualização contínua do material informativo como mais uma característica do Webjornalismo.

A Multimídia/Convergência, no repertório do webjornalismo, trata-se dos formatos das mídias tradicionais (imagem, som, texto) na descrição da notícia jornalística. A convergência acontece por meio do processo de digitalização da informação e disponibilização em múltiplos suportes (PALÁCIOS, 2002).

Quanto a Interatividade, Bardoel e Deuze (2000) avaliam que a notícia na internet tem a aptidão de fazer com que o leitor sinta, de forma direta, parte do processo jornalístico. Machado (1997) ressalta que a interatividade ocorre também no âmbito da própria notícia, ou seja, a navegação pelo hipertexto também pode ser classificada como uma situação interativa.

Já a Hipertextualidade possibilita ao leitor ter acesso aos textos através de *links*. Canavilhas (2006) e Bardoel e Deuze (2001) chamam a atenção para a possibilidade de, a partir do texto noticioso, apontar-se (fazer *links*) para “várias pirâmides invertidas da notícia”, bem como para outros textos complementares (fotos, sons, vídeos, animações, etc), outros sites relacionados ao assunto, material de arquivo dos jornais, textos jornalísticos (ou não) que possam gerar polémica em torno do assunto noticiado, publicidade, etc.

E a Customização do Conteúdo/Personalização configura o produto jornalístico, personaliza, de acordo com o interesse do internauta. Há sites noticiosos que permitem a pré-seleção dos assuntos, bem como a sua hierarquização e escolha de formato de apresentação visual (diagramação). Sobre a Memória, Palácios (1999) argumenta que a acumulação de informações é mais viável técnica e economicamente na *web* do que em outras mídias.

A Instantaneidade/Atualização Contínua se dá pela rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e

pelas tecnologias telemáticas, permitindo uma extrema agilidade de atualização do material nos jornais da *web* (PALÁCIOS, 2001).

Essas características refletem as potencialidades oferecidas pelas TDIC's ao jornalismo desenvolvido para e na *web*. No entanto, tais possibilidades, por razões técnicas, de conveniência, adequação à natureza do produto oferecido ou ainda por questões de aceitação do mercado consumidor, não se traduzem, necessariamente, em aspectos efetivamente explorados pelos sites jornalísticos. Ou seja, tais potenciais são utilizados, em maior ou menor escala, e de forma diferente, nos sites jornalísticos da *Web* (PALÁCIOS, 2004).

Tais características fazem do webjornalismo um meio de propagação de notícia mais interativo e de maior dinamicidade em relação às outras mídias, sem falar que pode oferecer um material mais completo e detalhista, disponibilizando *links* para acesso aos conteúdos similares ou diversos ao que está sendo acessado.

De acordo com Moura (2002), a diferença do conteúdo da grande rede para a dos demais veículos de comunicação é a capacidade de ser aprofundado. Essa ferramenta faz com que o webjornalismo tenha essa facilidade de se reinventar a cada matéria factual (BIANCHINI FERREIRA; LOPES; PEDRINI, 2014).

Com a popularização da internet e o surgimento do webjornalismo, observa-se o advento dos sites e portais de notícias, que são páginas na internet que servem como ponto de acesso direto a um conjunto de serviços e informações (MORE et al., 2010). Nesse novo cenário, a atualização das notícias pode ocorrer a qualquer momento, já que não é preciso esperar o jornal do dia seguinte ou o noticiário da noite e, a qualquer hora é possível acessar um site ou um portal e ler as matérias atualizadas.

Barbosa (2003) explica que este formato na internet surgiu no final da década de noventa, nos Estados Unidos. E com o objetivo de aumentar o número de usuários começaram a adquirir configurações inovadoras e com maior interatividade, como são nos dias atuais. Passaram a incluir categorias de acordo com seu conteúdo – esporte, saúde, religião, mundo, etc.

Silva (2011) aponta para a tendência de os portais de internet mostrarem uma variedade de conteúdos de diversos meios e assuntos, para que o usuário não precise sair do site para buscar diferentes reportagens. Esses tipos de portais vão de temas locais até mundiais, criando um produto jornalístico completo (SILVA, 2011).

Esses recursos facilitam a usabilidade de quem está acessando o portal, já que a rapidez e livre escolha é o perfil da pessoa que procura informação e entretenimento na

internet. Segundo Marinho (2011), a instantaneidade e diversidade de conteúdos aliados ao poder estrutural de um veículo de comunicação faz com que o usuário fique mais tempo do que ele precisa.

Os portais têm como intenção tornarem-se pontos de partidas para os internautas. Com isso, o portal tornou-se instrumento essencial para o jornalismo digital, pela sua personalização do conteúdo, interatividade e dinamismo do noticiário; com milhões de usuários simultâneos, às vezes, até mais que a própria televisão em seu horário de maior audiência (BARBOSA, 2003).

Mesmo na era da *web* e de tanta precisão dos meios de comunicação, observa-se que o jornalismo tradicional ainda não perdeu suas características, sobretudo quando se referem às classes de manifestações jornalísticas.

Para Costa (2008) percebe-se uma dificuldade em apreender um conceito do que seria, por exemplo, gênero jornalístico nesses novos formatos de comunicação e ressalta ainda que essa dificuldade reside na fragmentação da atividade jornalística, advinda, basicamente, da diversidade de mídias (TV, rádio, jornal, revista, internet) e que gera o questionamento da centralidade do suporte e da mídia na noção do gênero.

Nesse sentido, a classificação das manifestações jornalísticas vem sendo objeto de instigante debate entre teóricos ao longo do tempo, com confrontos de ideias e de posicionamentos, que para Melo e Assis (2016) se explicam em razão dos múltiplos lugares de observação em que se situam os estudiosos do campo comunicacional e das áreas conexas (MELO; ASSIS, 2016).

A diversidade de pressupostos e de diagnósticos resulta numa gama de classificações que buscam compreender como a imprensa se articula, ao passo em que também arrisca dar nomes e atribuir *status* às muitas classes textuais que jornalistas e colaboradores regularmente produzem, formulando, inclusive, classificações e categorizações (MELO; ASSIS, 2016).

Para Moura Filho (2015), as categorizações são contextuais e mutáveis em conformidade com épocas e circunstâncias, processos sociais, políticos, culturais e tecnológicos. Diante do surgimento e da expansão das TDIC's, por exemplo, nenhuma forma de classificação permaneceu imune. Sobretudo com o acesso, agora, bem mais fácil aos artefatos tecnológicos produzidos para a informatização, em particular, na esfera da edição eletrônica e da transmissão de textos e imagens (MOURA FILHO, 2015).

Para Seixas (2009) as novas mídias inovam os formatos, chegando a “embaralhar” os gêneros jornalísticos, motivo que explica a necessidade de olhares constantes rumo à temática e à sua categorização. Afinal, os novos formatos podem, inclusive, conceber novos gêneros. E

reafirma a relevância de conhecer os gêneros jornalísticos como recurso para adquirir conhecimento mais aprofundado em relação à prática jornalística.

Segundo Bakhtin (1986, p.60) gêneros são "tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura".

O autor elaborou ainda uma classificação que contempla duas categorias de gêneros: “primários, ou seja, os gêneros da comunicação oral (conversas de salão, conversas familiares, diálogos filosóficos, diálogos sociopolíticos etc.); e secundários, pertencentes ao universo da comunicação escrita (literários, científicos, jornalísticos etc.)” (MELO; ASSIS, 2016, p.43). Nessa classificação os gêneros jornalísticos integram a categoria dos secundários.

Para Moura Filho (2015), a classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil, recorre a três autores-chave, José Marques de Melo (2003, 2009, 2013), Luiz Beltrão (1980) e Manuel Chaparro (1998).

José Marques de Melo é considerado por este e outros autores, como um marco na discussão dos gêneros jornalísticos, e sua classificação de gêneros é normalmente aceita e compartilhada (MOURA FILHO, 2015; SEIXAS, 2009). A “classificação de Marques de Melo é citada em 100% dos mais importantes trabalhos realizados no país” (SEIXAS, 2009, p.70).

Esse autor defende a existência de cinco gêneros autônomos, são eles: gênero informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário (MARQUES DE MELO, 2009). Nessa classificação a distribuição dos gêneros e formatos é assim sugerida respectivamente:

Gênero informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista; **Gênero opinativo:** editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica; **Gênero interpretativo:** análise, perfil, enquête, cronologia e dossiê; **Gênero diversional:** história de interesse humano e história colorida; e **Gênero utilitário:** indicador, cotação, roteiro e serviço (MARQUES DE MELO, 2009, p.35).

Importante pontuar que essa classificação pauta especificamente a realidade da imprensa nacional, já que outros referenciais utilizam-se de bibliografias internacionais, que Marques de Melo considera destoar da realidade do Brasil (MELO; ASSIS, 2016).

Melo e Assis (2016, p. 51) acrescenta que “cada um desses itens possui características próprias, que o tornam único, ainda que equiparado a outro formato do mesmo gênero”.

Os mesmos autores, em nota, afirmam que “a definição de cada um desses formatos, apresentada por José Marques de Melo, até então, apenas em materiais originais, foi

registrada por Lailton Alves da Costa (2010), em quadros didaticamente organizados” (MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Quanto as características dos gêneros e formatos no contexto do Webjornalismo, Melo e Assis (2016) em um estudo que analisou portais de notícias como UOL e G1, chegaram a conclusão que, mesmo com todos os recursos oferecidos à *Web*, ainda é marcante as características do jornalismo impresso na internet, e observam, principalmente, a predominância do jornalismo informativo, em destaque a notícia.

Observa-se, portanto, que o jornalismo online, sobretudo no formato de portais de notícias, tem se estabelecido como um meio bem-sucedido de propagação de informações, principalmente pelo fato dos usuários conseguirem ter acesso a notícia com mais rapidez e segurança nas informações. Dessa forma, os portais de notícias serão utilizados como fontes de dados dessa pesquisa, assim como já tem sido utilizado em diversas pesquisas aqui no Brasil.

4. REPRESENTAÇÃO DA PSR: IDENTIDADES FIXAS OU CAMBIANTES?

Nesse capítulo iremos abordar, como os diferentes discursos, dos diversos atores sociais, são explorados pela mídia de modo a representar a população em situação de rua e como as identidades vão sendo construídas no e pelo olhar do outro, através desses discursos.

Para problematizar os discursos acerca de representação e identidade, nos apoiamos em autores como Silva, Hall e Woodward (2008) que, ancorados em Estudos Culturais sobre identidade, consideram as formas de representação como elementos importantes para a construção das identidades sociais. Os estudos sobre essa perspectiva se justificam, portanto, através do entendimento de que a identidade está vinculada às condições sociais e materiais, e serve para incluir ou excluir grupos dentro de uma sociedade (SILVA; HALL; WOODWARD, 2008).

A partir das variadas formas de nomeação, adjetivação, diferenciação e representação, os diferentes grupos sociais constroem e demarcam suas diferenças identitárias, de como “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Os autores nos quais aqui nos apoiamos, partem da perspectiva pós-estruturalista para discutir o conceito de representação, concebendo-a como um sistema de significação que incorpora as características atribuídas à linguagem como “indeterminação, ambiguidade e instabilidade” (SILVA, 2008, p. 91). Ainda segundo esse autor, enquanto sistema de significação, a representação é também uma forma de atribuição de sentido e “como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, (2008, p. 91).

Diante dessa compreensão, “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos” (WOODWARD, 2008, p. 17), e por meio desses significados damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos e o que podemos nos tornar. Ainda de acordo com a autora, todas “as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2008, p. 18).

Nesse sentido, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2008, p. 17), e é assim que observamos a intrínseca relação entre representação e identidade. Para Woodward a representação estabelece identidades individuais e coletivas, sendo que “os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem

possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2008, p. 17).

Observamos que é através dos sistemas de representação que reivindicamos nossas posições na sociedade, nossas identidades e nossos lugares no mundo. É daqui também que decorre a importância dos estudos envolvendo representações e construções identitárias, já que há “uma estreita relação entre as questões de representação, marcação da diferença e construção de identidade” (FREITAS, 2006, p. 240).

Portanto, faz-se necessário, discutirmos acerca da relação entre identidade e diferença. Para Woodward (2008), a identidade é relacional, ou seja, para existir depende de algo que está fora de si mesma, se distingue por aquilo que ela não é, sendo assim, marcada pela diferença, e estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio e formas de exclusão social” (WOODWARD, 2008, p. 39). E complementa: “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2008, p. 39-40).

Segundo Silva (2008, p. 91), a “identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido”, sendo que é por meio da representação também “que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2008, p. 91). E, assim, problematizar a identidade e a diferença significa “questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação” (SILVA, 2008, p. 91).

Para atender essa problemática, iremos considerar inicialmente, os léxicos utilizados para se referir e avaliar essa população. Optamos por iniciar a análise através desses léxicos após leitura prévia do material de estudo, em que observamos a diversidade de termos e expressões utilizados para referenciar a PSR e que comumente são utilizados para representá-la, disseminando-se como conhecimento socialmente partilhado, com impactos na construção de suas identidades.

4.1 MODOS DE REFERENCIAR A PSR

Segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1999), a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Nesse sentido, pontuamos que os modos de referências citados para nomear a PSR funcionam como ato de diferenciação, onde ao afirmar que alguém é "isto" afirma ao mesmo tempo que "eu não sou isto", em um movimento constante em que a diferença é estabelecida. Partindo desse suporte teórico, iniciaremos a exploração dos nossos dados de análise. Construímos o Quadro 3, a seguir, através de léxicos que foram identificados nas reportagens, nos diversos discursos dos atores sociais convocados para falar da PSR, acompanhados pela quantificação desses léxicos, no intuito de observarmos a recorrência desses nos textos/discursos.

Quadro 3: Modos de referenciar a PSR

Modos de referência a PSR	Quantidade de vezes referenciados
Pessoa/as	96
Pessoa/as em Situação de Rua	66
População em Situação de Rua	59
Situação de Rua	22
Famílias	22
População de Rua	19
Usuários/as	16
Morador/a/es de Rua	16
Ela/Ele/Elas/Eles	14
Abrigado/a/os/as	12
População	11
Moradores	07
Pessoas sem teto	03
Nailton	03
Adultos	03
Público-alvo	02
Público	02
Populares	02
Pessoas em Vulnerabilidade	02
Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	02
Paciente	02
Mulheres	02
Idosos/as	02
Famílias em Situação de Rua	02
Famílias Abridadas	02
Ativistas	02
Vítima	01
Sem teto	01
População Vulnerabilizada	01
População em Situação de Vulnerabilidade	01
Pessoas de Rua	01
Moradores em Situação de Vulnerabilidade	01

Moradores em Situação de Rua	01
Moradores do Abrigo	01
Mendigo	01
Marcelo Leonardo	01
Jovens	01
Indivíduos	01
Homem	01
Desabrigados	01
Dependentes Químicos em Situação de Rua	01
Crianças	01
Categoria	01
Cadeirante João Maria Eduardo	01
Adolescentes	01
Adeilson	01
Acolhidos/as	01

Fonte: Autora (2020)

Nessa análise, observamos que a expressão “em situação de rua” foi um dos principais modos de referência à PSR, tendo em vista que além da expressão “em situação de rua” que teve 22 referências no texto, ela aparece em outras expressões como “População em Situação de Rua”, com 59 referências; “Pessoa/as em Situação de Rua”, com 66 referências; “Famílias em Situação de Rua” com 02 referências; “Moradores em Situação de Rua” e “Dependentes Químicos em Situação de Rua”, ambos com frequência 01 no corpus textual.

A alta frequência dos modos de referência “População em Situação de Rua” e “Pessoa/as em Situação de Rua” já era esperada, já que se configuraram como elementos de busca na coleta de dados. No entanto, se tornam elementos analíticos relevantes, já que na leitura das reportagens, observamos que tais expressões soam como uma expressão politizada, já que aparece em sua maioria em siglas oficiais, como a sigla do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (MNPR/RN) e principalmente nos discursos dos representantes desse movimento.

Na reportagem intitulada “**Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal**”, o representante do MNPR/RN problematiza sobre essa expressão: “Há cerca de oito anos, o Movimento Nacional População em Situação de Rua conseguiu mudar a nomenclatura de Moradores de Rua para Pessoas em Situação de Rua, por entender que se houver políticas públicas as pessoas sairão dessa condição” (SÁ, 2020).

A expressão “População em Situação de Rua” é adotada pelos movimentos sociais e também por documentos oficiais referentes às políticas públicas, portarias e leis, pois é considerada hoje como a expressão mais próxima da realidade dessa população, e visa

caracterizar o princípio da transitoriedade deste processo de absoluta exclusão social, mesmo que no fundo, muitos saibam, que sair da rua não é simples. Essa expressão também busca tirar a culpabilização e o estigma presente nos diversos termos, historicamente criados, para nomear essa população.

As expressões “população em situação de rua” e “pessoa em situação de rua” enfatizam “a situacionalidade da experiência nas ruas”, “definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 17), “sem essencializar essa condição e dando visibilidade às múltiplas formas de entrar, ficar, estar, usar, reivindicar e, também, sair da rua” (PEREIRA, 2019, p. 83).

Observa-se a frequência com que os termos “Moradores”, com 07 ocorrências, “Morador/a/es de Rua” com 16 ocorrências e “Moradores em Situação de Rua” com 01 ocorrência, aparecem no corpus textual, como sinônimos da expressão “Morador de Rua”. Importante trazer a essa discussão as expressões “População de Rua” com 19 ocorrências e “Pessoas de Rua” com 01 ocorrência.

A expressão “morador de rua” reflete a ausência de moradia convencional, nos termos que se entende moradia, e devido a isso essa população passa a utilizar a rua como alternativa de moradia. A ausência de moradia convencional é justamente o que caracteriza e marginaliza essa população, expondo a contradição e naturalização da situação de rua. De acordo com Pimenta (2019) a expressão “pessoa em situação de rua” busca superar as limitações de termos como “morador de rua”, que os coloca em uma situação fixa, em uma condição específica, caracterizada por um conjunto de carências.

Nessas expressões, observa-se dois pontos importantes, que o elemento “de rua” traz: o vínculo forte dessa categoria com a rua e que a mesma expressão busca evidenciar um traço da identidade dessa população. São expressões que funcionam como elementos de identificação nos diversos discursos.

Essa expressão pode significar o que Derrida chamou de signo. “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, um conceito ligado a um objeto concreto ou um conceito abstrato” (DERRIDA, 1967 *apud* SILVA, 2008 p. 78). O signo não coincide com a coisa ou o conceito, “mas a natureza da linguagem é tal que não podemos deixar de ter a ilusão de ver o signo como uma presença, isto é, de ver no signo a presença do referente (a “coisa”) ou do conceito” (DERRIDA, 1967 *apud* SILVA, 2008 p. 78).

Derrida acrescenta a isso, a ideia de traço: “o signo carrega também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença”. A expressão “de rua” soa como um signo,

que contém em si mesma, portanto, o traço do outro, da diferença. É como afirma Silva (2008, p.80): “um determinado signo só é o que é porque ele não é um outro, nem aquele outro etc., ou seja, sua existência é marcada unicamente pela diferença que sobrevive em cada signo como traço, como fantasma e assombração, se podemos assim dizer”.

O léxico “morador” traz a representação do humano, ao passo que “de rua” o aproxima da representação da objetivação, que segundo Van Leeuwen (1997), a objetivação é vista quando atores sociais são representados por referência a um local ou a algo associado à sua pessoa ou a sua atividade. Nesse sentido, retomamos a citação de Vieira, Bezerra e Rosa (2004) onde para elas, a depender da relação estabelecida entre a pessoa e a rua, diferentes nomeações são construídas para identificar tal relação, como exemplo as nomeações “ficar na rua”, “estar na rua” “ser da rua”, sendo que cada nomeação vai de encontro com o vínculo temporal e relacional que as pessoas mantêm com as ruas.

Para Furini (2010) o tempo vivido na rua é um elemento agravante nesse processo, pois quanto maiores forem os lapsos de tempo que permanecem, circunstancial ou recentemente nas ruas, maiores as probabilidades de tornarem-se permanentes como seres da rua, pois a rua passa a ser o lugar de referência e de relações, que compõem as suas identidades.

A expressão “Pessoa/as” foi a que teve mais ocorrência, aparecendo 96 vezes nos discursos. Acreditamos que “pessoa/as”, enquanto substantivo, entra em um padrão normal do discurso, tendo em vista que se está falando exatamente de pessoas, por isso a necessidade de sempre referenciar a elas para dar sentido ao discurso. Além disso, “Pessoa” traz uma representação individual na fala, assim como “Indivíduo” que teve 01 ocorrência. Se observarmos, por exemplo, “População” que teve 11 ocorrências e “Público” com 02 ocorrências, percebemos que a representação individual se sobressai a representação de coletivo. Os pronomes pessoais “Ela/Ele/Elas/Eles” aparecem 14 vezes nos discursos como modos de referência para a PSR.

Poderíamos só dizer que aqui esses pronomes são utilizados como forma de retomar a presença da pessoa de quem se fala no discurso, exercendo, portanto, uma das suas funções gramaticais. Mas como já discutimos, a afirmação da identidade se dá sempre pela marcação da diferença, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (SILVA, 2008). Os pronomes “Ela/Ele/Elas/Eles” não são, aqui, apenas simples categorias gramaticais, mas, são também evidentes indicadores de diferenças, fortemente marcados por relações de poder, que atribuem barreiras sociais entre as pessoas. Aqui, mais

especificamente, estabelece os limites entre elas/eles que estão em situação de rua e todas as demais pessoas.

Classificar o mundo social entre o que “eu sou” e o “que o outro é” é um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos. Para Silva, “a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza essas classificações” e complementa: “a mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas” (SILVA, 2008, p. 82).

Para Derrida (1967) as oposições binárias não expressam uma simples divisão de mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: nós/eles, masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder.

Resultados relevantes também aparecem quando observamos os modos de referências: “pessoas sem teto”, com 03 referências; “sem teto”, com 01 referência; e “mendigo”, com 01 referência. Ao longo do tempo, diversos atos de designação foram construídos com o objetivo de caracterizar as pessoas que viviam e vivem nas ruas, mas principalmente com o objetivo de uniformizar essas pessoas através de termos exclusivamente pejorativos, como “mendigos” ou “pedintes”.

No Dicionário Etimológico, a palavra “mendigo” vem do latim *mendicus*, em que *mend* significa defeito físico: referência a pessoas com deficiência ou mutiladas de guerra ou de acidentes de trabalho, que não podiam trabalhar e dependiam de caridade. Esse termo vem sendo utilizado desde o período pré-moderno com essa conotação.

Já a expressão “Sem teto” eterniza a situação de carência que essa população vivencia. Tais palavras estão em desuso na academia por estarem carregadas de sentidos pejorativos, e, portanto, se vincularem a esse campo semântico, apesar de que no cotidiano, tais nomes ainda sejam utilizados com bastante fluidez.

A expressão “Dependentes Químicos em Situação de Rua” traz como elemento identificador a referência às drogas. Essa referência é feita na reportagem “**Governo fará cadastro de entidades para acolher população de rua**”, quando se lê “será feita parceria com comunidades terapêuticas para acolhimento de dependentes químicos em situação de rua, com a cobertura da Secretaria Nacional Antidrogas” (AGORA RN, 2020).

Nessa assertiva há uma interligação entre duas problemáticas: o uso de drogas e a situação de rua. Comumente, as notícias tendem a tratar essas problemáticas sempre como sinônimos, como se toda pessoa em situação de rua fizesse uso e abuso de drogas. Na reportagem em questão, no entanto, foi possível observar que houve distinção entre as pessoas em situação de drogadição, das pessoas em situação de rua, diferenciadas inclusive pela expressão com as quais foram referenciadas.

Na reportagem intitulada **“Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal”**, observa-se novamente a associação entre a PSR e o uso de drogas, como podemos observar no trecho a seguir: “São várias questões que nos levam a ficar em situação de rua (...) drogas lícitas e ilícitas” (SÁ, 2020). Nessa reportagem o MNPS/RN é questionado sobre os motivos que levam a PSR viver nas ruas e cita entre outros motivos, o uso de drogas como uma das causas do viver na rua.

É frequente a associação em notícias da PSR e o uso de drogas, inclusive associando o uso de drogas ao processo de adentrar as ruas. Sob essa perspectiva, as drogas podem apresentar-se tanto como determinantes do ir para rua, como ser consequência desse processo, bem como do continuar na rua.

Ainda na mesma reportagem, quando questionado sobre as razões da violência às pessoas em situação de rua e por que esses casos são abordados de maneira sutil pela mídia brasileira, o representante do movimento traz a seguinte fala:

Daí alguns veículos da mídia brasileira abordam mortes, agressões, violências e violações dos direitos humanos e sociais para e com a população em situação de rua no viés da utilização de drogas, e com isso escondem as desigualdades sociais históricas que acompanham a população em situação de rua (SÁ, 2020).

A fala em questão demonstra a homogeneização do discurso da mídia ao abordar a violência sofrida pela PSR, justificando-a sob o argumento de que são usuários de drogas. A naturalização da violência contra a PSR sob o viés da utilização de drogas, trata-se de uma construção social, que demarca os valores, como se fossem generalizantes e aceitos como verdade, e tem efeitos reais na construção das identidades da PSR, já que consideramos que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2008, p. 91).

A identidade, tal como a diferença, são uma relação social, e são resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, que está sujeita a vetores de força, a relações de poder, “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem

harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2008, p. 81).

Os discursos dos diversos atores sociais, através da mídia, exercem aqui a função de construir e demarcar diferenças identitárias. Uma vez que essas diferenças são demarcadas, operam uma separação entre um grupo privilegiado em oposição a outro grupo que é posicionado e que, portanto, não goza do direito de poder dizer, fazer e ser neste mundo (HALL, 2008).

Nestas situações, a mídia, ao reduzir as circunstâncias da violência à estigmatização do uso de drogas, se apoia no viés da moralidade para atuar como elemento constitutivo da formação de opinião pública. É esse o conteúdo que concede visibilidade a certas realidades enquanto invisibiliza outras.

Woodward (2008, p. 14) nos alerta para os perigos de se marcar simbolicamente um grupo como inimigo ou tabu, pois “isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”. Portanto, cabe a nós o questionamento do papel da mídia na perpetuação de práticas de discriminação em relação a PSR e, de como esses discursos, que muitas vezes aparecem como naturalizados, promovem a aceitação de certas atitudes de um grupo em relação a outro.

Observamos, através do quadro 03, a presença de referências pelo nome próprio das pessoas em situação de rua, apesar de menos constante. Observamos que aparecem em todas as reportagens analisadas os nomes de 04 pessoas, são elas: Marcelo Leonardo, Nailton, Adeilson e Cadeirante João Maria Eduardo. A referência pelo nome dessas pessoas nas reportagens nos permite observar a individualização da situação de rua, já que a referência pelo nome próprio ocorreu quando foi dada voz a essa pessoa na reportagem, permitindo que a mesma fale sobre a sua situação, sobre a sua experiência, permitindo a abertura de espaço para a singularidade dessa experiência, já que, na maioria das vezes, o que predomina é a generalização da pessoa e de suas vivências.

Importante pontuar, no entanto, que ao referir-se a pessoa de João Maria Eduardo, o termo cadeirante antecedeu o seu nome. Essa forma de expressão se configura como uma representação da objetivação da pessoa, uma vez que é dado ênfase ao instrumento que a pessoa usa para locomoção e que, portanto, marca sua condição de portador de deficiência, como se a pessoa se resumisse a essa condição. Ao mesmo tempo, nomeá-lo cadeirante João Maria Eduardo permite ampliar a dimensão dos variados grupos de pessoas que estão em situação rua, o que borra as tentativas de algumas narrativas em homogeneizar a PSR.

As referências que associam a PSR às situações de risco e de vulnerabilidade, também nos chama atenção. As expressões “Pessoas em Situação de Vulnerabilidade” e “Pessoas em Vulnerabilidade” aparecem nos textos com 02 ocorrências cada uma, “Moradores em Situação de Vulnerabilidade”, “População Vulnerabilizada” e “População em Situação de Vulnerabilidade” com 01 ocorrência cada. As expressões conferem uma representação mais explanatória da situação de rua, já que estar na rua “é estar vulnerável às variações climáticas, aos desconfortos da falta de abrigo e privacidade, mas também ao insulto moral e à discriminação, à rejeição velada ou explícita” (PIMENTA, 2019, p. 101).

Se, por um lado, tais expressões expõem a vulnerabilidade social dessa população, o que demanda atenção pública, por outro, a representação dessa problemática, apenas cita a existência de pessoas em situação de vulnerabilidade nas ruas, mas não problematiza essa situação, de modo que essa representação omite toda a sua complexidade. Assim, observamos a naturalização da vulnerabilidade da situação de rua, que deixa de ser percebida como um problema e “pode ter como efeito que deixe de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política” (RESENDE, 2015, p. 114).

As reportagens omitem, por exemplo, a responsabilidade do poder público sobre os aspectos dessa vulnerabilidade. Nos termos de Van Leeuwen (2008), ocorre aqui a supressão do ator social “Estado”. As reportagens afirmam que essa população está em situação de vulnerabilidade, mas o Estado não é mencionado como corresponsável por essa situação, sendo essa responsabilidade transferida, na maioria das vezes, a própria PSR, como resultado de escolhas próprias e individuais que as colocaram nessa situação e não como sendo uma situação que tem origem em diversas determinações sociais.

Portanto, os modos que a PSR é representada influencia a produção discursiva acerca da vulnerabilidade social, silenciando qualquer possibilidade de apreensão dos processos que levam a essa condição. A problemática da situação de rua não é apenas estrutural, mas também discursiva e reproduzida pelos discursos sociais.

Então as representações que ora concebem a população o status de “vulnerável”, sob a perspectiva do abandono, da passividade e da impotência, também são as mesmas que ora os concebe como responsáveis pela sua própria condição social, enquanto “sujeitos desviantes, vagabundos inadaptáveis ao trabalho e, portanto, ameaçadores da ordem pública por seu potencial criminoso” (LEMÕES, 2013, p. 41).

As expressões “Homem”, “Adultos”, “Crianças”, “Mulher/es” “Adolescentes” e “Idosos” foram utilizadas em um contexto para expressar o perfil de um grupo de pessoas em

situação de rua que estavam abrigadas na ocupação Pedro Melo⁹. “Mulher/es” e “Idosas” foi também utilizado para falar de um dos abrigos temporários que só acolhiam especificamente esses dois públicos. A reportagem intitulada **“Vanílson Torres: Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**, não explora o motivo dessa escolha, mas acredita-se ser pelo fato de que “mulheres” e “idosos” são representados historicamente como vulneráveis, tendo, portanto, preferência no acolhimento em relação aos demais grupos. Já “Jovens” foi utilizado para relatar a abertura de um abrigo que acolheria além de pessoas adultas e famílias, os jovens em situação de rua.

Já expressões como “Acolhidos/as”, “Abrigado/a/os/as”, “Famílias Abrigadas” e “Moradores do Abrigo” eram esperadas, tendo em vista que as reportagens aqui analisadas, tratam do Acolhimento Institucional da PSR, portanto, foram utilizadas para referenciar as pessoas que já tiveram passagem ou que estavam nos abrigos institucionais.

A expressão “Público-alvo” aparece somente para fazer menção ao perfil das pessoas que seriam abrigadas. A expressão “Usuários/as” é comumente utilizada para referenciar pessoas que fazem uso de um serviço. Nas reportagens, de modo geral, essa expressão também faz referência às pessoas que utilizam os abrigos institucionais. Já a expressão “Desabrigados” foi utilizada para se referir as pessoas que foram expulsas do Viaduto do Baldo que funciona como uma ocupação¹⁰.

A expressão “Famílias” aparece 22 vezes nos discursos das reportagens, aparecendo ainda em outras expressões como “Famílias Abrigadas” e “Famílias em Situação de Rua”. Essas expressões demonstram que na rua não estão somente pessoas destituídas de suas famílias, mas que há também famílias inteiras vivenciando essa situação.

Aparecem ainda com menos frequência, nas reportagens analisadas, a expressão “Vítima”, apenas 01 vez, que ao contrário do que é normalmente veiculado em reportagens, não se refere a vítima de violência, aqui a expressão foi utilizada para fazer referência a primeira morte de uma pessoa em situação de rua pelo COVID-19. A expressão “Paciente” também aparece para fazer menção a essa mesma pessoa. E

⁹ A Ocupação Pedro Melo nasceu no dia 23 de dezembro de 2018, quando famílias sem teto organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) ocuparam o imóvel no centro histórico de Natal que estava abandonado há 8 anos, localizada no bairro da Ribeira – centro da cidade de Natal – e abriga atualmente 21 famílias. O MLB constrói as ocupações urbanas no Rio Grande do Norte para reivindicar o direito de acesso à moradia, por meio de programas assistenciais (ARAUJO, 2021).

¹⁰ A ocupação Maria Lúcia Santos Pereira, em homenagem a uma das lideranças do grupo morta em 2018, fica localizada no Viaduto do Baldo, no bairro Cidade Alta em Natal, sendo organizada pelo Movimento PopRua e composta por diversas famílias em situação de rua (DUARTE, 2020a).

posteriormente para falar sobre outras pessoas que também foram infectadas pelo coronavírus e estavam em tratamento.

A expressão “Ativistas” foi utilizada pela voz autoral para referenciar as pessoas que estão abrigadas na ocupação Pedro Melo, tendo em vista que essas pessoas estão organizadas através de movimentos sociais. Em apenas um momento a PSR foi mencionada pela expressão “Categoria”, associando diretamente a identificação dessa população com a classe à qual essa faz parte.

Observamos, portanto, como os diferentes léxicos explorados nos discursos abordados pela mídia, buscam adjetivar, classificar, diferenciar e representar a população em situação de rua, refletindo no modo que as diversas identidades vão sendo construídas, estabelecidas e demarcadas. O próximo subtópico apresenta uma discussão acerca da problemática evidenciada nessa relação de conflito entre o “eu” e o “outro”, marcada pela negação do “outro” em autoafirmação ao “eu”, através de léxicos que buscam avaliar a PSR.

4.2 MODOS DE AVALIAÇÃO DA PSR

Nesse subtópico, abordaremos os modos de avaliação da PSR, através de léxicos qualificadores, utilizados nos discursos, de modo a articular esses léxicos com as vozes dos atores sociais. Buscamos mapear nos discursos as instâncias de avaliação explícita, mas sabemos que a avaliação também se dá de maneira menos direta, então buscamos identificar as nuances avaliativas implícitas nos discursos, assim os Modos de Avaliação que aqui apresentamos foram identificadas através dos discursos diretos e indiretos dos atores sociais. O Quadro 4 nos mostra a quais qualificadores essa população foi associada.

Quadro 4: Modos de avaliação a PSR

Modos de avaliação a PSR	Quantidade de vezes referenciados
Vulnerável/is	06
Seres de Contágio (COVID-19)	02
Invisibilizadas	02
Grupo de risco	02
Invasores	01
Estigmatizados	01
Entulho	01
Disseminadores do vírus (COVID-19)	01
Depredadores	01
Criminalização	01

Fonte: Autora (2020)

O Quadro 4 nos mostra as vozes que avaliaram essa população através dos qualificadores mostrados no Quadro 2 (Portais Nacionais e Notícias/ Reportagens sobre a PSR). O modo de avaliação “Vulnerável/is” foi o mais recorrente e foi utilizada por diferentes vozes, como vozes de ministro, prefeito, secretário e pela voz autoral da redação do portal. Essa expressão também apareceu nos modos de referência direcionados a PSR. Através dos contextos dos discursos, diferenciamos quando essa expressão foi utilizada como forma de referência (já discutido anteriormente) e quando foi utilizada como forma de avaliação (que discutiremos nesse subtópico).

As expressões “Seres de Contágio” e “Disseminadores do vírus (COVID-19)” são expressões que retratam os modos que essa população tem sido visibilizada nesse contexto da pandemia do COVID-19.

A expressão “Seres de Contágio” apareceu em dois contextos diferentes. Na reportagem intitulada “**Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por Covid-19 no RN**”, a expressão retrata a preocupação do MNPR/RN com a forma que essa população pode estar sendo avaliada pela sociedade, conforme nos mostra o trecho a seguir: “Nossa preocupação é que a população possa estar vendo as pessoas em situação de rua como **seres de contágio**, pois nas ruas as pessoas em situação de vulnerabilidade por ausência de políticas públicas não têm onde fazer sua higiene pessoal”. E continua: “(...) já temos relatos de violência em algumas cidades como São Paulo, onde as pessoas que pedem dinheiro em sinais estão sofrendo agressões de motoristas, que atiram moedas com medo, disse” (DUARTE, 2020a).

Já na reportagem intitulada “**Comissão fiscaliza acolhimento à população de rua de Natal durante pandemia**” a expressão “Seres de Contágio” aparece juntamente a expressão “Disseminadores do vírus (COVID-19)” em tom de afirmação dessa realidade: “(...) trata-se de pessoas com mais chances de **contrair e de disseminar o vírus**, por isso, precisa chegar às que ainda estão nas ruas o banho solidário, a conscientização, a imunização” (AGORA RN, 2020). Essa afirmação foi trazida pela voz de uma vereadora, que relatava a vulnerabilidade dessa população durante a pandemia e a necessidade de ações por parte do poder público.

A expressão “Entulho” foi trazida na reportagem intitulada “**Defensoria Pública averigua desalojamento de pessoas em situação de rua no Baldo**” pela voz autoral da redação da reportagem, conforme podemos observar no trecho a seguir: “A retirada das

pessoas ocorreu na segunda feira, 20, e teria como objetivo recolher **entulhos** existentes na região do viaduto que podem fazer transbordar o canal do Baldo em época de chuva” (AGORA RN, 2020). A reportagem retrata a retirada compulsória das pessoas em situação de rua na área do Viaduto do Baldo, através de uma ação por parte da Prefeitura de Natal. O contexto da expressão pode apresentar dois sentidos. O primeiro que associa a PSR a produção de entulho (lixo) e o segundo que associa o termo a própria população já que essa população foi retirada do Viaduto do Baldo no intuito que os entulhos fossem removidos.

No imaginário social, as pessoas em situação de rua são associadas e caracterizadas pela pobreza, ao uso dos espaços públicos para realizar todas as atividades e necessidades humanas, reduzindo-as a percepções estigmatizantes, como por exemplo, à falta de higiene. Esse tipo de representação cria, assim, uma enorme distância social, marcada pelas fronteiras corporais “da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta” (FRANGELLA, 2005, p. 209), que separa a pessoas em situação de rua do “outro social”.

A PSR também foi avaliada como “Grupo de risco” em dois momentos. Na reportagem **“Prefeitura de Natal vai abrigar moradores de rua em escolas”**, a discussão se volta ao anúncio de que o poder público se reuniu com representantes da igreja para divulgar a abertura de abrigos provisórios para a PSR. A voz autoral faz referência ao discurso dos representantes da igreja no seguinte trecho: “A Igreja tem manifestado preocupação com a situação dos moradores de rua que, por terem a imunidade mais baixa, já estão no **grupo de risco**” (AGORA RN, 2020).

Já na reportagem **“Movimento POPRUA¹¹ realiza campanha de arrecadação em Natal e diz que ações do Poder Público são insuficientes”**, a voz autoral faz referência ao discurso do MNPR: “O Movimento (...) tem buscado articular junto a órgãos públicos soluções para garantir a proteção dessas pessoas, que muitas vezes estão em **grupos de risco**” (TUENIA, 2020). A reportagem traz a voz do MNPR para divulgar uma campanha de solidariedade que busca incentivar ações de contribuição para essa população enfrentar a pandemia da Covid-19.

As expressões “Criminalização”, “Invasores” e “Depredadores” evidenciam um caráter pejorativo aos modos de avaliação a PSR. O que nos chama atenção é que os três modos de avaliação partiram de uma só voz, em reportagens diferentes. As reportagens trazem a voz de representantes da sociedade, que contraditoriamente, deveria está garantindo

¹¹ O Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) é um equipamento público vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade da Assistência Social, onde são ofertados serviços para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2020).

os direitos e a dignidade das pessoas em situação de rua. As reportagens evidenciam essa voz através da instituição “Prefeitura”. A seguir podemos conferir as reportagens e os trechos que tais avaliações foram retiradas.

A reportagem **“Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal”**, trata da ameaça de despejo, por parte da prefeitura de Natal, de mais de 60 famílias do Viaduto do Baldo. Na reportagem, a voz autoral evidencia o seguinte trecho: “Na contramão de sugerir soluções ou alternativas para o problema, a prefeitura **criminaliza** os sem teto ou pessoas em situação de rua” (LOPES, 2020a).

Na reportagem **“Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal”**, a pauta também é o despejo da PSR do Viaduto do Baldo, e observamos a voz do MNPR, em tom de crítica e denúncia sobre o posicionamento da prefeitura: “É uma arbitrariedade a prefeitura continuar recorrendo das decisões judiciais solicitando a reintegração de posse e jogar essas famílias nas ruas. Uma ação antidemocrática e que **criminaliza** os movimentos sociais” (ALMEIDA, 2020). Observa-se que o movimento reforça que a expressão “criminalização” se faz presente no discurso da prefeitura, ao se reportar ao movimento.

Na reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**”, a expressão também aparece, em outro contexto. O MNPR também reconhece e denuncia essa expressão nos discursos da mídia e como esse tipo de avaliação, sobretudo na pandemia, pode culminar na violência contra a PSR, conforme podemos observar no fragmento da reportagem: “Ele alerta ainda sobre o perigo eminente de um genocídio dessa parcela da população que está mais exposta aos riscos do novo coronavírus e critica a forma como a cobertura midiática colabora para reforçar a **criminalização** da pobreza” (SÁ, 2020).

A expressão “Invasores” aparece na reportagem **“População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo”**, que traz a voz do MNPR e também problematiza a ação de despejo da PSR do Viaduto do Baldo. A reportagem apresenta o seguinte trecho:

A prefeitura de Natal deu sete dias para que as 30 famílias abrigadas na área externa do Viaduto do Baldo deixem o local por livre e espontânea vontade. Após esse prazo, segundo comunicado emitido pela SEMSUR, os moradores serão despejados. No aviso, a prefeitura se refere às famílias como **invasores** (DUARTE, 2020a).

A reportagem **“Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal”**, também trata de uma ação de despejo por parte da prefeitura de Natal, só que dessa vez, o foco seria a ocupação Pedro Melo. Essa ocupação utiliza o antigo albergue administrado pela Prefeitura de Natal, abandonado há mais de 8 anos, no bairro da Ribeira. A reportagem traz a voz do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas do Rio Grande do Norte (MLB), através do seguinte trecho: “A prefeitura afirmou que nós que **depredamos** o prédio, mas não aconteceu isso. A quantidade de lixo que tiramos no dia era enorme e mantemos a limpeza na ocupação diariamente” (ALMEIDA, 2020).

A expressão “Invisibilizadas” aparece em dois momentos e em ambos observamos que é a voz do MNPR que retrata essa realidade social da PSR. Na reportagem **“Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos”**, observamos os seguintes fragmentos: **“Invisibilizadas** pelo cotidiano efervescente das grandes cidades, essas pessoas estão mais expostas aos riscos do novo coronavírus, e veem na pandemia o perigo iminente de um genocídio” (SÁ, 2020). Também na reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**, que traz o seguinte trecho: **“Invisibilizadas** pelo cotidiano efervescente das cidades, as pessoas que estão nas ruas tiveram um caminho para chegar lá. Todos têm histórias” (SÁ, 2020).

A reportagem **“Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos”**, mostra as reivindicações dos movimentos, no início da pandemia do COVID-19, diante da situação de extrema vulnerabilidade que a PSR vinha enfrentando. A principal pauta é a solicitação, por parte dos movimentos, ao poder público, de medidas efetivas para a abertura de espaços públicos para o acolhimento dos que vivem em situação de rua e também para os refugiados.

A reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**, trata de uma entrevista com o MNPR, em que a pauta inicial é o reconhecimento da falta de políticas públicas voltadas para a efetivação de direitos sociais da PSR, sobretudo, durante a pandemia.

O reconhecimento da estigmatização da população em situação de rua aparece explicitamente em duas reportagens. Na reportagem **“População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia”**, através da voz autoral, observamos o seguinte discurso: “A população em situação de rua no Brasil em tempos normais já é bastante vulnerabilizada, seja pelos **estigmas** sociais ou pela falta de políticas públicas” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020); e reforçado na reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas**

públicas as pessoas sairão da situação de rua” pelo o MNPR: “Mas ainda há **estigmas** e preconceitos por parte de alguns setores da imprensa (...)” (SÁ, 2020).

As duas reportagens retratam dois pontos de vista sobre a estigmatização da PSR. Na reportagem “**População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia**”, a voz autoral reconhece que a vulnerabilidade dessa população é resultado dos estigmas sociais, bem como da carência de políticas pública e complementa que com “a chegada do COVID-19, o drama social ainda fica pior”. Na reportagem “**Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**”, o movimento é questionado sobre a forma que eles visualizam o papel da imprensa na abordagem de matérias sobre pessoas em situação de rua. A voz do MNPR reconhece a importância do papel da imprensa, mas que por desconhecer as questões da PSR, a imprensa continua reproduzindo a sua estigmatização.

Observa-se que os modos de avaliação que utilizam termos pejorativos e que demonstram como essas pessoas são tratadas no dia a dia nas ruas, foram os mais presentes nos discursos. Em contrapartida, não percebemos nenhuma avaliação que sugira um caráter positivo a PSR. Tais avaliações evidenciam o caráter negativo na representação da população em situação de rua e se sustentam em discursos de incômodo e de risco, produzindo marcação simbólica, “que é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (WOODWARD, 2008, p. 14).

Esses tipos de avaliações pejorativas em relação à população em situação de rua, constituem as representações sociais dessa população e se materializam nas relações sociais. Tais avaliações interferem na constituição da identidade destas pessoas, uma vez que “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Dessa forma, a representação da PSR através de expressões negativas nesses veículos midiáticos, repetidas em diferentes tipos de textos/discursos e contextos, têm impacto direto sobre as identidades dessas pessoas, se tornando conhecimento socialmente compartilhado e utilizado como suporte para a construção de suas identidades pessoais, além de seus efeitos potenciais nos modos como a sociedade age e reage em relação a essa problemática social.

Concordando com Resende e Santos (2020), nos questionamos: Será que a repetição dessas avaliações pejorativas e sua aceitação pela sociedade, explicaria as constantes violações de direitos e a violência que apresenta, cada vez com maior frequência, com repetidas chacinas, assassinatos brutais de pessoas em situação de rua, por pessoas que não se identificam com elas? Uma vez que “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais: neste exemplo isso é visível nos conflitos entre os grupos em guerra

e na turbulência e na desgraça social e econômica que a guerra traz” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Esses conflitos para afirmação de algumas identidades e negação de outras ocorre, pois, a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Então se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque esse grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais em relação ao outro grupo (WOODWARD, 2008). Tais avaliações não são neutras, trata-se de conteúdos simbólicos de cunho ideológico, na medida em que visa favorecer a cristalização de relações de exploração e dominação.

Além disso, os léxicos avaliativos aqui discutidos, podem ser considerados dentro dos sistemas classificatórios. Para Durkheim é através dos sistemas classificatórios que se organiza e se ordena as coisas e que o significado é produzido (DURKHEIM, 1954/1912, *apud* WOODWARD, 2008). Nesses sistemas se aplica um princípio de diferença a uma população, de forma a dividi-la em ao menos dois grupos opostos nós/eles; eu/outro: “os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais” e a “marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (WOODWARD, 2008, p. 41).

Nesse sentido, as expressões avaliativas encontradas nas reportagens, é o que busca diferir a PSR dos demais grupos sociais, estabelecendo distinções e evidenciando o que ela tem de diferente e que separa uma identidade da outra. Então são “eles” os entulhos, os criminosos, os invasores e os depredadores, portanto, diferente do que “eu” sou. A “classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social” (WOODWARD, 2008, p. 46), então esse tipo de avaliação busca excluir a PSR da sociedade “convencional”, através da produção de identidades vinculadas ao perigo e a marginalidade. Essa tentativa de excluir ou de incluir a PSR dentro do “outro” anormal, busca a reafirmação dessas identidades consideradas “normais”. Trata-se da questão “da negação lógica do “outro” em favorecimento da autenticidade do meu “eu”, de maneira que assume um caráter identitário, em atenção a um discurso preconceituoso e excludente na atualidade” (LIMA e SILVA, 2017, p. 34).

Esses modos de avaliação e classificação da PSR mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, fornecendo novas formas de se dar sentido às desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

Importante também trazer à tona que a PSR é avaliada por outros; nas reportagens que compõem o nosso corpus, a PSR não fala por ela mesma, o que demonstra que essas pessoas

não têm direito de voz, nem mesmo quando a sua vida é o tema das reportagens. O discurso da PSR é historicamente e sistematicamente omitido, a voz é silenciada. Esse movimento é intencional e acaba por contribuir para a cristalização de certas condições sociais no intuito de não arranhar o verniz do que é moralmente e socialmente aceito.

Hall (2008) argumenta que o sujeito fala a partir de uma posição histórica e cultural específica. Assim, a construção identitária estigmatizante alinha-se ao que Foucault (2010, p. 67) denominou de regimes de verdade, como aquilo “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade”, através de uma organização daquilo que se diz, partindo de um conjunto de regras que definem o dizer como um enunciado da verdade, ou seja, estabelecem os elementos que devem ser articulados para que um enunciado seja tomado como verdadeiro (BERNARDES, et al. 2016).

Os regimes de verdade se tornam formas de produção de verdades através das relações de poder que os atualizam. Na relação entre verdade e poder, têm-se como resultado a produção de subjetividades, que “refere-se às modalidades de relação que os sujeitos estabelecem consigo, com o outro e com o mundo que habitam. São formas de condução da própria conduta no que diz respeito ao modo como nós reconhecemos, como nós percebemos, como vivemos” (BERNARDES, et al. 2016, p. 3), portanto, os discursos dos outros, afinados a este regime de verdade, coisificam identidades e influenciam o entendimento social, favorecendo a perpetuação das categorias socialmente aceitas a partir dos critérios de normalidade da atual conjuntura.

O grupo social é homogeneizado, seja pelas carências em comuns, seja pelos olhares que ora refletem medo, pena, solidariedade, ora refletem desprezo e indiferença, que os reduzem e sedimentam a exclusão, a humilhação, violência e a imobilidade social.

Na contramão desses estereótipos, em 2009, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, resultado de muita luta dos movimentos sociais. Essa política traz em seu Parágrafo Único do Artigo 1º, a definição dessa população como:

(...) grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.16).

Diante da complexidade que envolve a vida nas ruas, da diversidade de histórias e de estratégias de sobrevivência adotadas, a PSR não deve ser caracterizada em um padrão estereotipado que, por vezes, anula e massifica as suas múltiplas identidades (PAIVA, 2016).

Importante pontuar que as expressões que avaliam a PSR como “invisibilizadas” “estigmatizadas” partem, em sua maioria, da voz dos movimentos sociais. Essas expressões refletem o dia a dia de um grupo populacional relegado a invisibilidade, pessoas excluídas dos direitos sociais básicos como o acesso a alimentação, a moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, segurança e outros, e também dos direitos humanos (PAIVA, 2016).

No Brasil, a População em Situação de Rua não consta nas pesquisas do IBGE, uma vez que a coleta de dados para os censos é fundamentalmente de base domiciliar. Isso só reforça que a PSR é um dos exemplos mais extremos da invisibilidade social, já que os órgãos não olham para essa população como um público para qual se deva dar alguma prioridade. Tal ausência, inclusive, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para esta população.

Por fim, encerramos esse capítulo, reafirmando que o conceito de identidade que buscamos no nosso trabalho, nos aproxima da definição não essencialista de identidade, que focaliza as diferenças, as características comuns ou partilhadas pelos sujeitos e grupos; presta atenção também às formas pelas quais a definição daquilo que significa “ser” alguém têm mudado ao longo dos séculos. Essa definição compreende as identidades como sendo não únicas, não centradas e não inerentes aos indivíduos (WOODWARD, 2000), portanto, a fluidez e multiplicidade que compõem as identidades.

No entanto, a forma que a PSR é representada nas reportagens aqui analisadas, nos afasta dessa definição e nos aproxima da definição essencialista de identidades, que para Woodward (2000) parte da noção de identidade como sendo algo fixo e inalterável, através do pressuposto de que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos que assumem determinada identidade partilham e que não se alteram com o tempo.

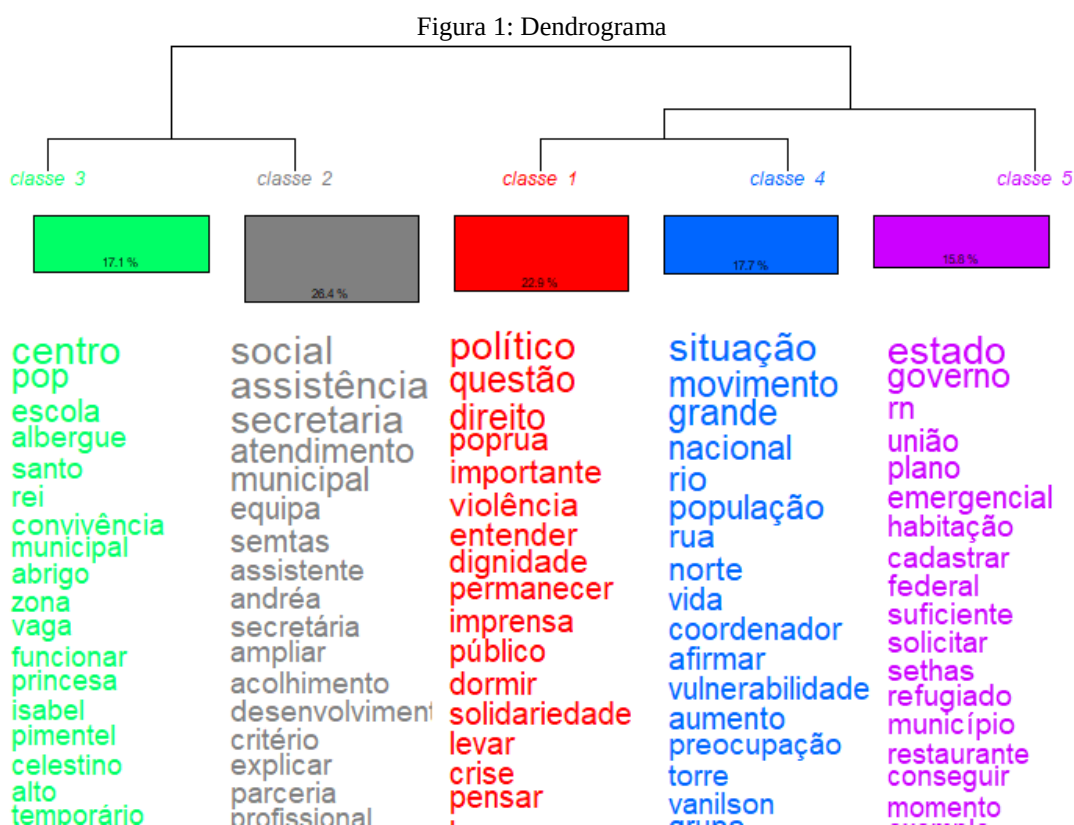
As representações da PSR em diferentes textos e discursos, se pautam em representações que se arrastam ao longo do tempo. Portanto, como as identidades da população em situação de rua podem ser consideradas cambiantes, se não se alteram? Se permanecem os discursos balizado em concepções estigmatizantes, reducionistas, homogeneizantes? Discursos esses que se predominam a visão essencialista, generalizada e imutável da PSR. Importante observar que não se trata de discursos neutros, até porque o discurso não é neutro. Trata-se de posicionamentos, que asseguram o “poder e a autoridade para falar em nome de um grupo e assim representá-lo como um bloco único, homogêneo e

hegemônico de cidadãos, em oposição a outro grupo excluído e marginalizado” (ROCHA, 2019, p. 859). Os discursos aqui apresentados reforçam essa afirmação de Rocha e demonstram mais uma vez a tentativa de apropriação do lugar de fala da PSR, sem se ocuparem do seu lugar social, se configurando em mais uma forma de marcação de diferença e demonstração de relações embricadas com o poder.

O próximo capítulo busca problematizar esses discursos partindo não mais dos léxicos, de forma isolada, mas dos contextos sociais em que eles foram explanados. Assim, trataremos dos modos de representação não só da população em situação de rua, mas da própria situação de rua, por entendermos que não é propositivo separar essas pessoas do seu contexto social.

5. REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Buscamos nessa pesquisa mapear, relacionar e analisar os discursos, dos diversos atores sociais que tiveram espaço de voz nas reportagens. Para isso, contamos com apoio computacional, através do *software* Iramuteq e de uma das suas modalidades de análise - Classificação Hierárquica Descendente (CHD) - que nos apontou questões relevantes e um panorama do conteúdo das reportagens para análise. A Figura 01 exibe a forma gráfica da CHD, através de Dendrograma, onde as cinco classes supracitadas se apresentam divididas em três ramificações do corpus total que foi analisado.



Fonte: Autora (2020)

Esse Dendrograma apresenta as classes do nosso material de análise. É possível visualizar uma primeira partição formando a Classe 5, em seguida uma segunda partição formada pelas Classes 4 e 1 e uma última partição formada pelas Classes 2 e 3. A partição revela o distanciamento e proximidade entre as classes de acordo como conteúdo semântico de cada classe.

A leitura Dendrograma deve acontecer de cima para baixo, o que possibilita o entendimento da hierarquia, observando a ordem em que o corpus foi repartido (CAMARGO; JUSTO, 2018). A discussão das classes também deve acontecer da mais independente para as classes dependentes entre si.

Observa-se que a Classe 05 se configura enquanto a classe mais independente, em relação às demais classes, ou seja, seu conteúdo semântico não mantém relação com as demais classes. Já as Classes 04 e 01 estão interdependentes, assim como as Classes 02 e 03, o que demonstra que o conteúdo semântico das classes se complementa entre si e apresentam o mesmo nível de importância na categorização da análise lexical.

As classes que resultaram dessa análise foram nomeadas com o intuito de indicar o conteúdo semântico presente e serão discutidas em categorias de acordo com a relação que se mantem entre elas. Desse modo, a Classe 05 foi denominada de “ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: UM OLHAR PARA A PSR?”, tendo em vista que nessa classe observamos a presença de palavras que fazem relação aos órgãos governamentais.

As Classes 4 e 1 foram denominadas de “A VOZ DOS MOVIMENTOS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19”, tendo em vista a presença da voz dos movimentos sociais, e que não obstante são as classes que apresentam palavras mais politizadas, de luta e de resistência.

O conteúdo das Classes 2 e 3 levou a definição do título “ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A PSR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: AS FACES DO ISOLAMENTO SOCIAL”. Essas classes tratam mais especificamente do tema de todas as reportagens que é o acolhimento institucional.

Para a apresentação e análise dos discursos presentes nas reportagens, tornou-se necessário ainda mapearmos, inicialmente, as vozes dos discursos, ou seja, os atores sociais que falam sobre a problemática social da situação de rua nas reportagens do nosso *corpus*. O Quadro 5 a seguir, apresenta o mapeamento e a quantidade de ocorrência com que essas vozes foram identificadas nas reportagens. Esse mapeamento teve o intuito de identificarmos sobre quais vozes as reportagens foram construídas.

Importante pontuar que as vozes e os diversos atores sociais foram identificados manualmente de acordo com suas aparições nos textos, o que significou a necessidade de leituras minuciosas e cuidadosas de todas as reportagens coletadas nos portais.

O exercício analítico desse capítulo envolve ainda a conversação com categorias analíticas que se ancoram na análise do discurso crítica, a saber: interdiscursividade, intertextualidade e representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997). Buscamos aqui identificar os momentos em que as vozes dos atores sociais representam as pessoas e a situação de rua, relacionando com a teoria de representação de atores sociais; a identificação de como diferentes discursos são articulados a partir da interdiscursividade; e às articulações das diversas vozes de maneiras específicas nos textos partindo da intertextualidade.

Quadro 5: Vozes convocadas para falar da situação de rua

Vozes convocadas para falar da situação de rua	Quantidade de ocorrência das vozes
Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR-RN)	14
Secretário/a/os/as	06
Vereador/a/es/as	03
Prefeito	03
Pessoa em Situação de Rua	03
Assistente social	03
Ministros	02
Membro do Fórum Direito à Cidade	02
Promotor de justiça	01
Membro do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR-RN)	01
Gerente da Proteção Social Especial	01
Defensoria Pública	01
Coordenador do MLB RN	01
Coordenador do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)	01
Conselho Regional de Serviço Social do RN (CRESS/RN)	01
Assessor/a/es/as	01

Fonte: Autora (2020)

Observa-se, pelo quadro, a presença de 05 tipos de representantes públicos estatais, sendo eles: prefeitos, vereadores, secretários, assessores e ministros, os quais são os atores sociais mais acionados para falar da situação de rua e aparecem com 15 ocorrências de vozes nas articulações intertextuais nesse *corpus*. Em seguida, aparecem os ativistas e os representantes dos movimentos sociais caracterizados por 04 atores sociais (Coordenador do MNPR-RN, Membro do MNPR-RN, Membro do Fórum Direito à Cidade e Coordenador do MLB RN), com 18 ocorrências. As vozes de atores próximos à temática da assistência social são representadas por 03 atores sociais que são: assistente social e os coordenadores do

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Regional de Serviço Social do RN (CRESS/RN), com 04 ocorrências de voz; e os responsáveis pela garantia dos direitos sociais da PSR representados pela defensoria pública, promotor de justiça e gerente da Proteção Social Especial aparecem com 03 ocorrências; por fim, a PSR é representada por si mesma, através de 03 ocorrências de vozes no *corpus* textual.

Aparecem ainda nas reportagens as vozes autorais da redação das reportagens que são os responsáveis por organizar as vozes e redigir todo o texto que aqui analisamos. Pelo fato dessa voz aparecer em todos os textos e em vários momentos das reportagens, não as trouxemos enumeradas no quadro, mas pontuamos que essas vozes aparecem imbricadas aos diversos discursos que analisamos. Entendemos ainda, que seria necessário um estudo voltado apenas a analisar a voz autoral, tendo em vista que se trata de atores sociais extremamente relevantes quando se busca analisar as representações em veículos midiáticos. Mas, partindo dos objetivos do nosso estudo, buscamos analisar os discursos externos aos discursos dos redatores.

Essa forma de observar os dados se enquadra na categoria analítica da intertextualidade, empregada por Fairclough (2003a), que compreende como intertextualidade a presença material de outros textos dentro de um texto, ou seja, através das citações. Aqui, os discursos dos diversos atores nas reportagens aparecem citados pelos redatores dos portais.

Assim, é importante compreendermos que em um discurso relatado, escrito ou pensado, é possível não só citar o que já havia sido dito, ou escrito em outros textos, mas também resumí-lo. Encontramos a transformação do ‘discurso direto’ para um ‘discurso indireto’ (FAIRCLOUGH, 2003a), através do qual o redator relata o discurso de outras pessoas. A intertextualidade compreende, portanto, as relações entre um texto com outros textos ‘externos’ a ele, fora dele, embora, de alguma forma, presentes nele.

A intertextualidade pertence a uma gama de possibilidades e diz respeito ainda, as articulações das diversas vozes nos textos. Nesse sentido, na próxima seção, buscamos analisar a forma como essas vozes dialogam e, tomando por base ainda a interdiscursividade, como esses discursos constituem as ideias que emolduram os significados das reportagens, já que interdiscursividade se refere à articulação dos diferentes discursos para a representação de aspectos do mundo, ou seja, aos diferentes modos pelos quais um determinado aspecto do mundo pode ser representado. Portanto, volta-se para “os discursos articulados ou não nos textos, bem como [para] as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p, 142).

5.1 ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: UM OLHAR PARA A PSR?

Os léxicos presentes nessa classe fazem referência explícita ao Estado enquanto responsável pelas ações voltadas a PSR durante a pandemia e aponta para a complexidade do enfrentamento do problema, que, por ser complexo, exige políticas públicas específicas, articulando os diferentes setores do governo. Para discutirmos a Classe 05 do CHD, utilizaremos aqui, cada léxico presente na classe relacionando com um dos trechos em que eles aparecem nas reportagens, buscando entender os contextos semânticos.

As palavras “estado” e “governo”, enquanto órgãos, aparecem em fonte maior, o que significa que são palavras com maior ênfase dentro do contexto textual. O primeiro léxico “Governo” é referenciado nas reportagens para tratar do Governo do Estado ou ao Governo Federal, mas a referência mais recorrente é ao governo do estado do RN. Conforme podemos ver no fragmento¹² da reportagem abaixo:

“e aí não é somente o município de natal que tem a responsabilidade, o **Governo** do Estado e o **Governo** Federal também devem assumir suas responsabilidades, pois o MNPR no RN luta por políticas públicas para a População em Situação de Rua Norte Riograndense” (SÁ, 2020a).

“infelizmente não temos um censo para sabermos com exatidão desde 2018 estamos numa discussão com o **Governo** do Rio Grande do Norte que se afunilou a partir de 2019 e sairia agora no segundo semestre de 2020 o censo estadual para a população em situação de Rua no RN” (SÁ, 2020a).

O léxico “Estado” é comumente utilizado como referência ao Governo estadual ou governo do RN, como podemos observar a seguir: “(...) o governo do estado do RN e municípios deveriam dialogar com esses proprietários sobre o uso desses imóveis” (SÁ, 2020a).

O léxico “RN” já era esperado, pois foi utilizado como critério de busca das reportagens que estão situadas nos portais do RN. Já o léxico “Município” faz referência aos órgãos públicos que são as prefeituras, sendo recorrente a referência à prefeitura de Natal, como se pode ver nos trechos a seguir:

“na sexta feira 20 a defensoria pública do estado do Rio Grande do Norte DPE RN e a defensoria pública da união em natal DPU RN emitiram uma recomendação para

¹² Os fragmentos das reportagens abaixo se encontram dispostos metodologicamente em forma de citação direta, de modo a destacar os fragmentos das falas, sobretudo os léxicos que compõem a classe 05 da CHD. Portanto, não atende as regras de citação direta especificamente, mas a organização metodológica dos dados.

que a **prefeitura de natal** reforçasse a assistência à população de rua da cidade (PORTAL DO RN, 2020).

“e o governo do estado deverá atuar no sentido de suplementar e coordenar esse trabalho que é de responsabilidade dos **municípios**” (SÁ, 2020a).

Os léxicos “União” e “Federal” se referem ao governo federal, é o órgão governamental menos citado nas reportagens, talvez porque a execução das políticas acontece, ou pelo menos devem acontecer, a nível estadual e municipal.

“(...) com a chegada da covid_19 o drama social ainda fica pior após mais de uma semana em que diversos decretos e portarias foram publicados pela **união** estados e municípios o município de Natal foi provocado por alguns parlamentares” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Os léxicos “plano” e “emergencial” aparecem nas reportagens, na maioria das vezes, enquanto expressão única do termo “Plano emergencial” e se refere a cobrança por um plano que atendessem as demandas da PSR durante a emergência da Pandemia.

“(...) infelizmente não houve por parte da prefeitura de natal um **plano** emergencial para a população de rua não tivemos locais para higienização nas ruas não tivemos pontos de água potável e nem a implantação do banheiro solidário aprovado na câmara municipal de natal em março de 2020” (SÁ, 2021).

O léxico “Habitação” se refere a uma das carências da PSR que é a inexistência de moradia convencional e é uma das principais demandas nas agendas dos movimentos sociais.

“(...) em natal há diversos prédios fechados sem nenhuma utilização social enquanto pessoas vivem em situação de rua e outras populações vivem em **habitações** inadequadas e precárias” (SÁ, 2020).

Os léxicos “Cadastrar” e “Conseguir” estão presentes nas narrativas que abordam algum ‘benefício’ voltado a PSR, fazendo relação aos léxicos “restaurante” e “emergencial”.

“(...) para atender essa demanda foi criado um novo espaço no prédio com toda estrutura de informática computadores para os moradores de ruas terem acesso aos seus documentos e se **cadastrarem** no aplicativo do auxílio emergencial da caixa econômica do governo federal” (AGORA RN, 2020a).

“(...) ainda vale lembrar que o MNPR antes da pandemia dialogou com a secretaria estadual de trabalho e assistência social do RN e conseguiu a gratuidade para a população em situação de rua nos restaurantes populares do RN segundo a SETHAS só em natal foram **cadastradas** cerca de 650 pessoas em situação de rua para acessar os restaurantes populares” (SÁ, 2020b).

“(...) nós estamos correndo atrás das pessoas para fazer o **cadastro** para os **restaurantes** até então conseguimos **cadastrar** 200 pessoas só em Natal” (TUENIA, 2020).

A relação entre “cadastro”, “conseguir” e “restaurante” aconteceu através da solicitação dos movimentos sociais: a PSR passou a contar com a gratuidade das refeições em restaurante populares, mas antes deveria realizar um cadastro através da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS).

Já a relação entre “cadastro”, “conseguir” e “emergencial” faz referência ao cadastro da PSR para obtenção do auxílio emergencial aprovado pelo Governo Federal. Isso porque, embora o governo federal tenha aprovado o auxílio emergencial a ser pago para pessoas de baixa renda ou que realizem atividades informais, as pessoas em situação de rua enfrentam dificuldades adicionais, expressadas na dificuldade de acesso a esse auxílio, como a ausência de qualquer documento e a dificuldade para realizar o cadastro solicitado (NATALINO E PINHEIRO, 2020; ISONI, 2020).

Já o léxico “SETHAS” como já dito, faz referência a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. É uma das secretarias com mais voz e espaço nas reportagens.

“(...) segundo a titular da **SETHAS** as prefeituras dos municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró e Caicó devem apresentar os dados sobre a situação dessas populações as ações que já estão sendo realizadas e um plano emergencial com ações protetivas” (SÁ, 2020b).

O léxico “Refugiado” aparece na classe, tendo em vista que alguns governos municipais e estaduais têm articulado alternativas para a oferta de apoio e abrigamento às populações desabrigadas, incluindo imigrantes e refugiados, readaptando espaços públicos para a oferta de acolhimento.

“(...) medidas efetivas de abertura de espaços públicos que estão fechados para o acolhimento dos que vivem em situação de rua e para os **refugiados** esta é a reivindicação do MNPR” (SÁ, 2020b).

O léxico “Momento” faz relação com o contexto atual que vivemos que é o da pandemia do Covid-19, que é apontado como um momento crítico e de vulnerabilidade, sobretudo, para as populações já vulnerabilizadas como a PSR.

“(...) diante disso as defensorias públicas da união e do estado do RN emitiram uma recomendação conjunta elaborada no dia 18 de março de 2020 para que o município

de natal adote diversas medidas com vistas a proteger a população em situação de rua nesse **momento** crítico” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

“(...) nesse sentido o MNPR/RN defende que sejam alugados hotéis e pousadas com condições sanitárias suficientes para abrigar a população em situação de rua nesse **momento** de pandemia se pondera que neste documento não há referência ao número de abrigados, mas nas redes sociais do município afirmam que vão atender apenas a 143 pessoas” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

O léxico “suficiente” faz relação não com a oferta suficiente das ações e dos serviços voltados a PSR, mas no seu sentido oposto, da insuficiência.

“(...) em natal RN, por exemplo, a população em situação de rua tem poucas opções, pois não há quantidade **suficiente** de albergues e abrigos diurnos e espaços em que essas pessoas possam tomar um banho se alimentar e descansar” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Por fim, o léxico “Solicitar” faz referência a solicitação de ações e de apoio voltadas para a PSR, seja por parte dos movimentos, seja por parte dos órgãos governamentais.

“(...) a prefeitura de natal **solicitou** apoio logístico e material das forças armadas, nesta quarta-feira 25, a solicitação é para ampliar espaços destinados à população que vive em situação de rua” (AGORA RN, 2020b).

“(...), no entanto o movimento **solicitou** à defesa civil que fosse feito um laudo de avaliação no local em decorrência da pandemia a perícia não foi feita até o momento” (ALMEIDA, 2020).

Observa-se, portanto, que os órgãos governamentais são referenciados nas reportagens ora os colocando como responsáveis pelas ações ou por alguma ação e atividade que foi ou estava sendo realizada pelo os mesmos; ora em tom de crítica por esses não estarem ocupando os seus papéis na resolução de questões pertinentes a PSR.

O órgão público mais citado e mais presente nas reportagens foi a esfera municipal, através das prefeituras e suas respectivas secretarias municipais. Entendemos que isso ocorra pelo fato destas estarem mais próximas da execução das políticas públicas, sobretudo em situações de vulnerabilidade temporária, em que as prefeituras e a rede socioassistencial instalada se tornam importantes mediadores no atendimento de demandas contingenciais como as que se observam agora no cenário de combate à COVID-19.

Observou-se ainda, que os movimentos sociais são os que mais citam os órgãos governamentais na perspectiva de se fazer mais efetiva as ações voltadas a PSR, seja através de cobranças, seja através de sugestões, que permitiram a identificação do público em situação de vulnerabilidade, a estruturação de locais de atendimento e acolhimento e a organização da oferta de serviços e benefícios.

Além disso, como mostrado no Quadro 5, os movimentos sociais aparecem representados por alguns atores que retratam, em parte, a problemática social da situação de rua. Nesse sentido, a próxima seção tratará, especificamente, dos discursos dos movimentos sociais, buscando compreender como se dá a representação da PSR, partindo da lexicalização desses atores específicos.

5.2 A VOZ DOS MOVIMENTOS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Diante da compreensão do poder dialógico e de transformação das práticas sociais, através dos discursos, essa seção busca discutir as representações discursivas realizados pelo Movimento Nacional da População de Rua no âmbito de sua atuação e mobilização política, construídas nas reportagens que tratam da estratégia de acolhimento institucional voltado a PSR durante a pandemia do covid-19.

A necessidade dessa discussão resulta dos dados encontrados na pesquisa, em que observamos que, apesar do restrito espaço que se é dado nas reportagens às pessoas em situação de rua, em algumas reportagens aparece o movimento social representando a PSR na busca por direitos.

Para Resende (2020) as pressões que atuam na definição de uma agenda pública se exercem em ambientes discursivos, seja na mídia, na política ou nos movimentos sociais. Essa agenda é construída e reconstruída, assim como os embates discursivos que promovem a avaliação de suas possibilidades. Assim, os modos como se orientam e se organizam os discursos dos movimentos sociais, em torno da situação de rua, são questões discursivas que devem ser adequadamente abordadas.

Os discursos expressados em textos possibilitam a transformação da estrutura social vigente e nos oferecem subsídios para a compreensão das práticas sociais pesquisadas, “como a relação entre o discurso e os demais momentos das práticas é de articulação e interiorização, por meio dos textos (produzidos em eventos discursivos situados) podemos compreender o funcionamento social dessas práticas” (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 22-23).

Dessa maneira, buscamos analisar aqui, mais uma vez, as representações sociais, mas agora partindo dos discursos de atores sociais que, em tese, concretizam os discursos construídos e veiculados nos textos, a saber, os movimentos sociais que buscam viabilizar o trabalho social de enfrentamento à situação de rua, por meio da identificação de si mesmas e

da recontextualização discursiva de relações e eventos sociais que conformam suas ações (SANTOS, 2017).

O IRAMUTEQ nos mostrou que as Classes 04 e 01 da CHD foram compostas por léxicos que representam e que estão presentes nos discursos do MNPR. Portanto, essas classes orientaram a análise dessa seção. Seguindo a orientação do *software*, iniciaremos a discussão da CHD da esquerda para a direita, portanto pela Classe 04 e depois pela Classe 01.

Observa-se que a Classe 04 foi composta inicialmente pelos seguintes léxicos: “situação”, “movimento”, “grande”, “nacional”, “rio”, “população”, “rua” e “norte”. Esses são léxicos presentes na nomenclatura do “Movimento Nacional da População de Rua” e na nomenclatura desse movimento no Rio Grande do Norte (RN). O léxico “situação”, nessa classe, também aparece atrelado a outro contexto semântico que se dá enquanto uma circunstância do viver na rua.

Os fragmentos a seguir, ratificam a aplicação dos léxicos nos contextos das reportagens.

“(...) o **movimento nacional** da **população** em **situação** de **rua** no Rio **Grande** do **Norte** tem organizado desde início de março a campanha solidariedade não entra em quarentena para incentivar ações de contribuição para essa população enfrentar a pandemia da covid_19” (TUENIA, 2020a).

“a igreja tem manifestado preocupação com a **situação** dos moradores de rua que por terem a imunidade mais baixa já estão no grupo de risco” (AGORA RN, 2020).

O MNPR nasceu em 2007, com o intuito de combater o cenário de forte desigualdade e exclusão, através da legitimação da voz da situação de rua nas demandas das políticas sociais brasileiras. O MNPR pode ser assim, entendido como representante de uma nova configuração de movimentos sociais, que lutam por questões de direitos no plano da superação de desigualdades históricas e negligenciadas, atuando de forma protagonista na superação dos problemas sociais.

Segundo Santos (2012), os primeiros passos para a constituição do movimento ocorreram em 2001, quando os moradores de rua de São Paulo participaram em Brasília da “I Marcha Nacional da População de Rua”, no dia 7 de junho. Além disso, diversos episódios de violência e de barbáries contra pessoas em situação de rua foram determinantes para fortalecer o movimento, entre eles o assassinato do Índio Galdino no ano de 1997, “cometido de maneira brutal por jovens de classe média na cidade de Brasília, com a justificativa de que o mataram porque pensaram que se tratava de um mendigo” (SANTOS, 2012, p. 27).

Outro acontecimento decisivo e que incentivou a organização do movimento foi a “Chacina da Praça da Sé”, em 2004, que foi um episódio violento contra um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam no centro da cidade de São Paulo e que culminou no assassinato de 07 pessoas, sendo que ninguém foi indiciado ou preso pelo crime. Para Moreira (2012) o movimento nasceu de sofrimentos e da violação dos direitos das pessoas em situação de rua, e tem um “bum” (grifos do autor) nesse episódio da Praça da Sé. Desde então, o movimento cresceu e hoje atua em 18 estados brasileiros¹³.

O nome histórico do movimento social, de acordo com suas próprias lideranças e os diversos registros de luta, é “Movimento Nacional da População de Rua”. Mas, após a aprovação da política nacional voltada a essa população, tem se utilizado a expressão População em Situação de Rua para se referir a esse grupo populacional, portanto, alguns movimentos incluíram o termo “em Situação” ao nome do Movimento, sendo também chamado de “Movimento Nacional da População em Situação de Rua”.

O Movimento da População em Situação de Rua no RN tem sede no município de Natal e foi fundado em 2012, através da articulação entre o Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH) da Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN) e a coordenação nacional do MNPR, em um evento determinante para a mobilização de representantes em terras potiguares. Na reportagem intitulada **“População em situação de rua em Natal protesta contra ameaça de despejo após pandemia e pede alojamento 24 horas”**, o coordenador do MNPR/RN fala sobre o nascimento do movimento no RN: “O MNPR é um movimento que surge em 2012, em defesa da luta por políticas públicas para a população em situação de rua, além de buscar uma sociedade sem desigualdade”. O MNPR é formado por pessoas que vivem ou viveram nas ruas e por parceiros que apoiam a causa.

Nessa classe também aparece os léxicos “coordenador”, “Vanilson” e “Torres” que se referem ao representante do MNPSR do RN – Vanilson Torres, que é a voz mais recorrente nas reportagens. Outros léxicos presentes na classe 04 são “vida”, “afirmar”, “vulnerabilidade”, “aumento” e “preocupação”. A leitura minuciosa das reportagens reforça que esses são léxicos que estão fortemente presentes nos discursos do movimento.

Complementando a Classe 04, na Classe 01 da CHD também se observa os léxicos: “político”, “questão”, “direito”, “poprua”, “violência”, “entender” “dignidade”, “permanecer”, “imprensa”, “público”, “dormir”, “solidariedade”, “levar”, “crise” e “pensar”.

¹³ O Movimento está presente em 19 estados brasileiros, com coordenações nacionais na Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal (CORES, 2020).

Isso justifica o fato de, na CHD as Classes 01 e 04, aparecerem como dependentes, por apresentarem discursos semelhantes.

Observa-se que os discursos do movimento, assumem contornos bastante particulares, através de léxicos que não foram observados nos discursos dos demais atores convocados para falar da situação de rua. Analisar esses percursos discursivos do MNPR nos possibilita o entendimento mais amplo do movimento social e de sua ação.

Seguindo a análise, observamos que após os léxicos que dão conta da nomenclatura do movimento, os léxicos “coordenador”, “Vanilson” e “Torres”, apareceram sequencialmente na classe. Como já dito, anteriormente, Vanilson Torres é o coordenador do MNPSR no RN e uma das principais representações da PSR. Ele também esteve em situação de vulnerabilidade nas ruas, que é um dos requisitos para liderar o movimento.

Na reportagem intitulada **“Vanilson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”** é realizada uma entrevista com Vanilson sobre questões inerentes a população em situação de rua e ao movimento. Ele fala sobre os motivos do viver nas ruas: “Invisibilizadas pelo cotidiano efervescente das cidades, as pessoas que estão nas ruas tiveram um caminho para chegar lá. Todos têm histórias”, diz Vanilson Torres, que nessa reportagem fala sobre os seus motivos do adentrar as ruas:

“Somos em oito irmãos e irmãs. Vim para as ruas de Natal aos 12 anos de idade. Minha mãe faleceu em 27 de novembro de 1985, com 44 anos. Morávamos no Conjunto Amarante. Após três meses da morte de minha mãe, meu pai, que era analfabeto, se junta com uma viúva e após três meses, eu e mais três de meus irmãos e uma irmã junto com meu pai fomos morar em São Gonçalo do Amarante, na casa dela. Ela tinha quatro filhos e filhas, e aí começou um tormento ainda maior, pois além da morte de nossa mãe, que era nossa bússola, começamos a ser oprimidos por nossa madrasta, no pior sentido que possa existir. Não podíamos comer antes dos filhos dela, não podíamos sentar no sofá, nem assistir TV, e ela começou a inventar muitas histórias para o meu pai, e ele vinha me bater constantemente. Passei um ano sofrendo essas violências, então num dia de domingo resolvi ir embora para as ruas de Natal” (SÁ, 2020a).

A história de Vanilson, não coincidentemente, se assemelha com as histórias de vida das diversas pessoas que também passaram a utilizar os espaços da rua como lugar de moradia e sobrevivência. Vanilson narra ainda sobre os desafios que precisou enfrentar ao chegar nas ruas:

“Chegando nas ruas percebi que ouvir e falar só o necessário era o melhor remédio, já que eu ainda era um novato nas ruas. Passei por momentos muito difíceis e desafiadores, como também aprendi muito nas ruas. Costumo afirmar que a rua é uma escola e uma madrasta” (SÁ, 2020a).

E relembra do momento em que saiu das ruas e que fora acolhido por uma família:

“Um dos momentos que nunca irei me esquecer foi quando eu estava em situação de rua no ano de 1992, no Bairro de Dix-Sept Rosado, quando uma pessoa me apresentou na rua da Campina à família Pereira de Souza, tendo por matriarca a minha segunda mãe por nome de Ione Pereira de Souza, onde sem nem me conhecerem me acolheram e morei lá durante cerca de 10 anos. Vale lembrar que a família é bastante humilde em posses, mas com um coração grande e rico de amor ao próximo” (SÁ, 2020a).

Além de Vanilson, outros atores sociais engajados na luta pelos direitos das pessoas em situação de rua aparecem nas reportagens, assim como outros movimentos e órgãos sociais, como exemplo outros membros do MNPSR/RN, a Defensoria Pública, a coordenação do Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis, o CRESS/RN e Membros do Fórum Direito à Cidade.

Esses atores e órgãos sociais utilizaram diversas vezes os espaços das reportagens para representar e reivindicar os direitos da PSR, sobretudo, para cobrar a atuação do estado perante os efeitos da pandemia do covid-19 sobre essa população. Isso porque, em meio às recomendações da OMS e decretos estaduais que limitavam (2020/ 2021) a circulação de pessoas nos espaços onde a vida social acontece, se encontra uma população em situação de extrema vulnerabilidade das ruas.

Com a chegada do COVID-19, o drama social ainda fica pior. Após mais de uma semana em que diversos decretos e portarias foram publicadas pela União, Estados e Municípios, o município de Natal foi provocado por alguns parlamentares, pelos representantes, apoiadores e apoiadoras do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN (MNPR/RN) e outras entidades locais a tomar medidas efetivas para proteger essa população, que até o momento vinha contando apenas com doações provenientes de campanhas de sensibilização da sociedade civil nas redes sociais para receber alimentos, produtos de higiene, remédios, entre outros itens básicos (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Como principais reivindicações do MNPSR/RN, logo no início da pandemia, estão a cobrança de “medidas efetivas de abertura de espaços públicos que estão fechados para o acolhimento dos que vivem em situação de rua e para os refugiados” (TUENIA, 2020a) e que “a promessa de um plano emergencial do Estado e da prefeitura municipal de Natal seja efetivada no sentido de garantir a proteção à população em situação de rua” (TUENIA, 2020a). De acordo com Vanilson Torres, coordenador do movimento no RN, “a população de rua se encontra desassistida há anos, mas a situação se agrava com o risco da doença aumentando a cada dia” (TUENIA, 2020a).

As reportagens mostram que, desde o início da pandemia, a relação entre os movimentos sociais e o Estado foram de constantes conflitos devido a maneira como o Estado, e sobretudo a prefeitura de Natal, têm lidado com a problemática da situação de rua durante a pandemia.

A maioria das reportagens se concentram na problemática dos abrigos que foram utilizados para acolhimento da PSR. A proposta de criação desses abrigos “foi de iniciativa da Prefeitura após pressão do Movimento de População em Situação de Rua em Natal, com o objetivo oferecer maior proteção à população de rua durante a pandemia” (TUENIA, 2020b). No entanto, as reportagens apontaram que os movimentos não concordaram com a forma que esses abrigos foram abertos e com o seu funcionamento.

Um dos principais pontos de discussão foi a insuficiência na quantidade dos abrigos e do número de vagas, conforme podemos observar no fragmento a seguir: “(...) o número de vagas é desproporcional e insuficiente à demanda da população de rua. Teoricamente, apenas 143 pessoas poderiam ser abrigadas nas escolas que a prefeitura organizou, além dos serviços do Centro Pop e do Albergue Municipal” (TUENIA, 2020a).

Apesar de não haver um censo que mostre o número de pessoas em situação de rua em Natal e no Estado do RN, de acordo com Vanilson, em 2019 “cerca de 1.200 pessoas preencheram o cadastro para utilizar o Centro Pop, este que oferece serviços diurnos como banho, alimentação e oficinas socioeducativas” (TUENIA, 2020a).

Nesse sentido, e conhecendo as necessidades da PSR, o MNPR/RN apresentou para os agentes do Estado do RN e do município de Natal um Plano Emergencial, contendo

“(...) informações sobre quantidade de pessoas, locais onde podem ser encontradas nos municípios de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró e sugestão de escolas públicas para servirem de abrigos temporários, sendo pelo menos uma escola em cada região administrativa de Natal e uma escola em cada um dos outros municípios apontados, distribuindo as pessoas em salas a partir dos critérios parentesco e afinidade, com o limite máximo de 5 pessoas por sala. Além disso, com a disponibilização de alimentação três vezes ao dia de modo seguro até que seja possível organizar um modelo de autogestão pelos abrigados após um período inicial de adaptação” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

No entanto, o movimento alega que essa proposta de plano ficou apenas no papel, e que foi elaborado um plano emergencial que não correspondia com a realidade dos modos de andar e viver a vida da PSR e que, portanto, não contribuía efetivamente para que essa população pudesse enfrentar os principais efeitos da pandemia.

Além da constatação da insuficiência do número de vagas e de abrigo, o MNPSR/RN apontou outras demandas que não foram observadas, como exemplo: “não

tivemos locais para higienização nas ruas, não tivemos pontos de água potável e nem a implantação do banheiro solidário aprovado na Câmara Municipal de Natal em março de 2020” (SÁ, 2021); e complementa: “(...) se não fosse a sociedade civil organizada, a população de rua não seria afetada somente pela covid-19, mas também pela fome e sede, afirma Vanilson” (SÁ, 2021).

As necessidades da PSR são inúmeras, dentre elas Vanilson apontou: a “ausência de habitação, de água potável, de alimentação balanceada e nutritiva, sensação de insegurança, violência, principalmente a violência institucional, ausências de locais para nossa higienização pessoal, o preconceito e discriminação que sofremos nas ruas, dentre outras situações” (SÁ, 2020a). Com a chegada da pandemia do COVID-19, essas pessoas viram e sentiram na pele as suas necessidades aumentarem de proporção, já que houve diminuição nas ações que ajudam essa população nas ruas, em razão do isolamento social.

Diante disso, o MNPR no RN e em outros Estados teve que lançar campanhas de arrecadação de alimentação e materiais de higiene pessoal, como álcool em gel, água potável, máscaras, dentre outros. No RN, a campanha se chama “A solidariedade não pode entrar em quarentena”.

“O Movimento Nacional da População em Situação de Rua no RN, MNPR RN, tem organizado, desde início de março, a campanha Solidariedade Não Entra Em Quarentena, para incentivar ações de contribuição para essa população enfrentar a pandemia da Covid-19. A campanha tem como objetivo conter a fome e sede dessa população, contribuindo com sua segurança alimentar, sabendo que estar bem alimentado faz parte da prevenção ao Coronavírus” (TUENIA, 2020a).

Além das campanhas de solidariedade, o movimento liderou a luta pelo o acesso gratuito da população vulnerabilizada aos restaurantes populares, tendo êxito uma vez que “no plano estadual, foi publicado no dia 27 de março que as pessoas em situação de rua, refugiados e migrantes terão isenção da taxa cobrada nos restaurantes populares do Estado” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020). Sendo essa “uma conquista comemorada pelo movimento, por considerá-la imprescindível para a população em situação de rua, inclusive, devendo ser mantida após a pandemia do Coronavírus” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Observou nas reportagens uma percepção crítica por parte dos movimentos na sua relação com o Estado, em que esse último não caminha juntamente aos movimentos quando se trata de assuntos pertinentes à população de rua. Podemos exemplificar essa afirmação através dos fragmentos a seguir:

“Também não houve convocação prévia de órgãos públicos relacionados a atenção a pessoa em situação de rua para debater a melhor forma de executar a ação” (AGORA RN, 2020c).

“No entanto, os agentes do município de Natal iniciaram o deslocamento da população em situação de rua para os locais indicados sem antes fazer nenhum diálogo com seus representantes” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020)

“A prefeitura não consegue fazer um diálogo franco conosco sobre a ocupação Pedro Melo. É uma arbitrariedade a prefeitura continuar recorrendo das decisões judiciais solicitando a reintegração de posse e jogar essas famílias nas ruas. Uma ação antidemocrática e que criminaliza os movimentos sociais, afirmou” (ALMEIDA, 2020).

“(...) inclusive sem passar essa discussão pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Natal onde o MNPR tem assento” (SÁ, 2020a).

Outra problemática recorrente nas reportagens e alvo de discussão e críticas por parte dos movimentos sociais foi o despejo, em plena pandemia, da PSR dos locais utilizados para abrigo provisório. Várias tentativas de despejos e atos concretos foram realizados, principalmente contra as pessoas e famílias que estavam abrigadas em duas ocupações em Natal, uma no Viaduto do Baldo e a outra na ocupação Pedro Melo.

O Viaduto do Baldo é o lugar onde 30 famílias montaram abrigos na área externa da estrutura de concreto e cimento, e é um retrato da situação de vulnerabilidade que muitas famílias enfrentam no que tange a falta de moradia e meios de subsistência. Demonstra ainda que é necessária urgência no avanço da política de abrigamento e de habitação em Natal e em todo o RN.

A reportagem **“População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo”** explana essa situação, através da denúncia feita coordenador do Movimento de Luta nos Bairros (MLB/RN), Marcos Antônio:

“O MLB vem a público mais uma vez, denunciar a postura da prefeitura da cidade do natal, que vem implementando sua política de despejos em tempos de covid-19. A exemplo da ocupação Pedro Melo, no último dia 20.08.2020, quinta-feira, trinta famílias receberam a visita da SEMSUR, que trazia consigo uma notificação aonde diz que as famílias terão um prazo de sete dias para deixar o local, sem apresentar nenhuma alternativa de para onde irar tantas pessoas, justamente quando os números voltam a preocupar a secretaria de saúde. Chega, não podemos vê essa situação e ficar calado. O MLB presta toda solidariedade e apoio ao POPRUA e as famílias que se encontram vivendo hoje em situação de rua” (DUARTE, 2020a).

A ocupação Pedro Melo abriga em média 21 famílias que ocupam o antigo albergue administrado pela Prefeitura de Natal, abandonado há mais de 8 anos no bairro da Ribeira. A ocupação possuía, em 2020, “21 famílias abrigadas, totalizando 43 pessoas em situação de

rua, sendo 9 crianças, 4 adolescentes, 2 idosos e 28 adultos. Entre eles, 10 são mulheres chefes de família, ou seja, responsáveis pelo sustento de sua família” (ALMEIDA, 2020). A ocupação é organizada pelo Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que defende a permanência das famílias no local e tenta sensibilizar a sociedade para evitar a desapropriação do prédio.

Observa-se que as pessoas em situação de rua, vivem o medo do despejo, diariamente, mesmo em meio à pandemia. Nesse sentido o “coordenador do MLB Alex Feitosa classificou a atitude da prefeitura como antidemocrática e afirmou que merece repúdio. Para ele, se trata de uma ação desumana e que implica resultados negativos em vidas humanas” (ALMEIDA, 2020).

Essas ocupações expõem a problemática da falta de residências que diversas pessoas enfrentam diariamente e é nesse sentido que os movimentos sociais vêm há anos solicitando um plano de habitação para esse segmento social. Para a conselheira do Conselho Regional de Serviço Social do RN (CRESS/RN), Jéssica Moraes, “é preciso que sejam pensadas estratégias e ações concretas para as famílias que lá estão”; e complementa: “a situação do Baldo mostra que as políticas que temos hoje não dão conta da realidade. A Prefeitura não pode agir achando que transferir as pessoas de local resolve a questão, porque é algo mais estrutural” (LOPES, 2020a).

Em termos da representação de atores sociais, observamos uma contradição, pois as reportagens parecem tratar ou construir grupos antagônicos: o primeiro representado por atores sociais para os quais se reconhece a legítima demanda pelo espaço público e que, portanto, são pensadas instituições públicas como espaço de acolhimento; e o segundo composto por atores sociais para os quais se nega o direito à cidade, e que, portanto, passam a ser desabrigados e expulsos dos espaços públicos.

Essa segunda representação, baseada no expurgo de pessoas em situação de rua dos lugares utilizados como abrigo, representa essa população como categoria a ser apartada e expurgada da sociedade e possibilita a naturalização da situação de rua, que deixa de ser percebida como um problema social. Esse modo de representação discursiva, sobretudo, na mídia, são efeitos de práticas e relações sociais e influencia os modos como a sociedade age e pensa sobre uma dada situação, bem como nos modos como pessoas em situação de rua são identificadas (RESENDE, 2015).

Para Thompson (2011), o expurgo do outro é uma estratégia de construção simbólica de fragmentação em que indivíduos ou, no caso do texto analisado, grupos são representados como inimigos que devem ser combatidos, apartados, expurgados, já que como sabemos, a

construção de identidades e de identificações também está ligada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (FAIRCLOUGH, 2003b).

Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social é naturalizada e deixa de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas (RESENDE, 2015). Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência. Por isso, a preocupação com a questão da representação de atores sociais em contextos de desigualdade e precariedade social é essencial.

Além disso, o discurso de expurgo utilizado pelo Estado contra a PSR pode ser utilizado para incitar a violência que já é comumente cometida contra essa população, serve de base para o preconceito, e talvez possa explicar, ao menos em parte, a ausência de políticas eficazes na superação da situação de rua e a aceitação social de políticas violentas (RESENDE, 2020).

Nesse sentido, observou-se nas reportagens que o processo de retirada dessas pessoas dos centros urbanos utilizados como abrigos, encampado pelo Estado, se articularam com as forças da segurança pública, colocando a presença dessas pessoas como indesejável, vendo-as como potencialmente criminosas e consequentemente como um risco à civilidade (DE LUCCA, 2016). Esse tipo de ação justifica, em partes, os diversos atos de violência policial ou de outros “agentes urbanísticos” contra a PSR (FRANGELLA, 2004).

Vê-se, assim, o que Foucault fala sobre a governamentalidade racional do Estado, que é o “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que permitem exercer uma forma específica de poder que tem como alvo a população, como forma de saber a economia política e por instrumentos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Outro ponto que o movimento problematiza nas reportagens são as estratégias de abrigamento que as prefeituras têm utilizado, no intuito de manter as pessoas em situação de rua em isolamento social durante a pandemia, mas que não tem tido êxito, pois não compreende as especificidades da PSR.

Na reportagem **“Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por Covid-19 no RN”**, o MNPR faz a seguinte problematização: “(...) pra (sic) vocês que estão lendo essa reportagem, está sendo fácil viver em isolamento social pra você?” E complementa: “Não, né? Agora imaginemos para quem está em situação

de rua, e que não vê o poder público com um olhar específico para a POPRUA, de repente nos levar para um modelo de isolamento?” (DUARTE, 2020b).

Nesse sentido, o movimento aponta a falta de estratégias de sensibilização para que as pessoas em situação de rua possam aceitar o abrigo, pois já “(...) não é fácil viver em isolamento social, ainda mais para pessoas que estão em situação de rua e não recebem tantas informações sobre a Covid-19 como a maioria da população” (DUARTE, 2020b), além das regras estabelecidas, que apesar de necessárias, não compreendem as especificidades dessa população:

“Vale lembrar que nos Abrigos Temporários de Natal hoje há somente cerca de 65 a 70 pessoas. Isso porque, após o início da quarentena, se decidiu que as pessoas que saíssem não poderiam mais entrar e até quem nunca havia passado pelos abrigos também não poderiam acessar por causa do possível perigo de contágio. Sabemos que essas medidas são importantes, desde que houvessem outros abrigos temporários e outros modelos de abrigo, pois sabemos que centenas de pessoas ainda estão nas ruas de Natal lutando contra o Coronavírus e por sobrevivência” (DUARTE, 2020b).

De fato, se para as pessoas que nunca estiveram em situação de rua não está sendo fácil viver em isolamento social, imagine para essa população que historicamente enfrenta os mais diversos tipos de exclusão e de isolamento social, compreender a necessidade de distanciamento social, algo já tão comum a eles, através de abrigo e devido a uma pandemia, quando a sociedade como um todo tem tantas informações do que se trata (anos 2020/ 2021). Como foi colocado pelo o MNPSR/RN: “Muitas das pessoas nas ruas não têm sequer informação, alguns sabem o que está acontecendo e outras até perguntam porque estão todos de máscara” (TUENIA, 2020a).

Nas reportagens, observamos que as pessoas em situação de rua são novamente culpabilizadas pelos os seus infortúnios. Na reportagem **“Vanilson Torres: Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”** o coordenador do movimento apontou que a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal afirmou em uma emissora de TV que não seriam abertos outros modelos de abrigo para a PSR pois não havia demanda, uma vez que estavam sobrando vagas nos abrigos porque a população não queria permanecer nos abrigos já instalados. Essa entrevista revoltou os movimentos sociais já que “essa opinião de que as pessoas em situação de rua não querem ficar nos abrigos temporários de Natal, coloca a POPRUA como a única responsável por não permanecer, quando sabemos que são vários fatores que possibilitam a permanência ou não” (SÁ, 2020a).

A estratégia de culpabilização das pessoas em situação de rua demonstra a relação entre discurso e desmobilização da sociedade civil no que tange os direitos dessa população. Para Dejours (2003) e Resende e Ramalho (2013), no campo dos discursos sobre a pobreza extrema, especialmente os discursos veiculados pelos meios de comunicação, as representações que culpabilizam as pessoas extremamente pobres, exclusivamente, por sua situação, são fortalecidas, o que pode ter como efeito a naturalização e que deixe de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política. É o que Nascimento (2003, p. 62) alerta e denuncia: “estes grupos sociais passam a não ter direito a ter direitos”.

Outra questão que nos chamou atenção nas reportagens e que inclusive apareceu em um dos léxicos da Classe 04 da CHD, foi a discussão que o MNPR/RN faz acerca do conceito de dignidade. Na reportagem **“Vanilson Torres: Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**, o coordenador Vanilson Torres é questionado sobre o que seria dignidade para a PSR. Para ele esse conceito, apesar de importante, é difícil de expressar:

“Se pensarmos que somente cerca de 3 por cento da POPRUA está engajada em algum movimento social, percebemos que o conceito de dignidade é muito relativo, pois temos nas ruas pessoas que pensam que ter dignidade é ter a garantia de uma dormida, banho, lavagem de roupas e alimentação. Isso inclusive reforçada nos serviços sócio assistenciais para a população em situação de rua. Quando a POPRUA vai reclamar de algo sobre a alimentação, dentre outras questões, o que ouvem por parte de alguns profissionais é, vocês ainda estão reclamando do quê? Já estamos dando a vocês banho, alimentação, dormida” (SÁ, 2020).

O conceito de dignidade se torna relativo, sobretudo se pensarmos o lugar social em que as pessoas se encontram. Quando não existe o mínimo, será que o básico oferecido não poderia se tornar uma forma de tentar se dignificar? Além disso, não dá para se ter consciência desse conceito, quando muitos de nós nem sequer tivemos acesso à informação e formação política. Os movimentos sociais representam a possibilidade de que o conceito de dignidade possa ser reconhecido, ampliado e defendido por todos, sobretudo para a PSR, como afirma Vanilson: “(...) por outro lado, temos o MNPR que em suas fileiras tem pessoas que viveram ou ainda estão em situação de rua lutando por Direitos Humanos e Sociais para e com a população em situação de rua” (SÁ, 2020).

A preocupação com o conceito de dignidade para a PSR também aparece quando se pensa no pós pandemia e com a preocupação de que os esforços, voltados a esse público tão vulnerável, se dissipe com o desejável fim da pandemia. Nesse sentido, o MNPR reflete:

“para onde irão essas pessoas depois que a pandemia passar? Para a rua novamente?” (TUENIA, 2020). E complementa:

“A população em situação de rua não precisa apenas de cobertor e comida, mas de conhecer seus direitos e tê-los garantidos, é preciso conscientização, informação e educação para todos nós e é num momento como esse que as pessoas percebem que não temos o mínimo, quando uma doença pode atingir a qualquer um, seja rico ou pobre, mas temos dificuldades há anos, desabafa” (TUENIA, 2020a).

É imprescindível que as ações que permitiram promover algum nível de proteção a essa população, mesmo com os limites apontados, possam ser mantidas e melhoradas, principalmente a ampliação de vagas para abrigamento, distribuição de alimentação e oferta de equipamentos públicos de higiene, mas, que isso ocorra não como forma de manutenção da vida nas ruas, e sim, como forma de alívio às carências mais urgentes.

Além disso, é necessário que ocorra a implementação de medidas mais definitivas para a PSR, que permita a saída definitiva das ruas, e que essas medidas possam entrar na agenda de atenção prioritária dos governos, principalmente a implementação de políticas de habitação e de condições de vida, garantindo a essa população, não apenas a moradia, mas acesso a serviços públicos, educação e possibilidades efetivas de superação da situação de rua (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2020).

Por fim, cabe aqui também refletir sobre os efeitos que a pandemia também pode causar em termos do aumento do contingente da PSR. Para o Coordenador do MNPR: “Um dos efeitos da pandemia de COVID-19 pode ser visto nas ruas, o aumento da quantidade de pessoas em vulnerabilidade social; é claro o crescimento do número de pessoas que vivem nas calçadas, principalmente no Centro de Natal. O aumento é visível, afirma” (SÁ, 2021).

Sobre as narrativas dos movimentos, sobretudo, do MNPR/RN, observa-se à defesa de um discurso descentralizado, no qual o coordenador, apesar de assumir a representação das falas, não ocupa o lugar de figura central, o que permite observar a forte presença do discurso da coletividade, que é concretizado pelo uso dos grupos adjetival e pronominal condensados nos discursos. A construção de uma lógica identitária de resistência se baseia no entendimento de todo o coletivo formado “por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas (...)” (CASTELLS, 2008, p. 24) e, que, assim, estão em posição de igualdade em um projeto único.

Além disso, esse discurso, em vários momentos, desenha discursivamente uma atividade de identificação, integração e engajamento com as pessoas em situação de rua, focalizando os significados de representação e identificação (FAIRCLOUGH, 2003;

FAIRCLOUGH, 2011) em relação à trajetória de formação e mobilização social, que são contribuintes para a consolidação do movimento e tornam o discurso uma construção concreta de um movimento articulado e compromissado com as reais necessidades da PSR.

Como é possível observar, a construção do discurso político do MNPR está atrelado a diversos contextos de mobilização e de pautas. O movimento se estabelece como um movimento social que busca projeção nos embates sociais e também obter um corpo político mais sólido para demandar a mudança de realidade imaginada para essa população (SANTOS, 2015).

Os discursos oscilam ainda entre um discurso de ruptura e de busca por autonomia diante de relações complexas com Estado, sobretudo, com o governo estadual e a prefeitura, que são os órgãos mais próximos das políticas públicas. Assim, o nível discursivo da atuação social do MNPSR, segundo as análises, aponta que a natureza intrincada dessas relações impacta a mobilização social e o avanço nas conquistas para a população em situação de rua.

As representações da população em situação de rua e do próprio movimento aparece aqui de forma distinta ao que observamos em outros discursos, inclusive dessa pesquisa e que é convencional na mídia. Aqui, o grupo é representado como ativo, organizado e passível de integração com outros grupos sociais. E a situação de rua é representada como objeto de luta e engajamento, muito diferente de outras formas de representação, que associam e reduzem essa problemática as mais diversas formas de estigmatização, como as situações de desconforto e de insegurança.

Há um esforço de desnaturalizar o grupo populacional e representar a sua complexidade, associada aos diferentes fatores sociais e relações causais, o que conclama a necessidade de luta e engajamento. Possibilitar a compreensão da natureza complexa do problema é um caminho para sua desnaturalização, o que pode ter como efeito a emergência de outros discursos sobre a população em situação de rua e os modos de enfrentamento a essa situação (RESENDE e SANTOS, 2012).

A problemática social é representada não como sendo as pessoas em situação de rua o problema, mas a situação de rua em si, pois o contrário disso possibilita a omissão do poder público e de sua responsabilidade sobre a violência da privação de direitos para a PSR. Assim é que a ausência do Estado entre esses atores sociais representa uma ausência significativa (VAN LEEUWEN, 2008).

De acordo com nossa observação e no que tange ao espaço que aparece a própria voz dos Movimentos, percebemos que os discursos apresentam questões estratégicas no embate por mudança social, por exemplo em relação às dificuldades vivenciadas pela PSR, sobretudo

diante desse contexto de pandemia. Como também explicitam as estratégias utilizadas para a superação das violações históricas operadas pela camada hegemônica do mundo social.

Enfim, acreditamos que essa reflexão acerca do recorte discursivo da mobilização social é necessária para que se possa observar o modo como grupos sociais historicamente discriminados se organizam e buscam romper com suas condições de vulnerabilidade. O aspecto linguístico-discursivo é relevante no que concerne a investigação acerca do movimento social e nos permite entender os contornos discursivos de suas identidades, suas ações e projeto de luta.

5.3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A PSR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: AS FACES DO ISOLAMENTO SOCIAL

A eclosão e intensificação dos efeitos da pandemia da COVID-19 no Brasil, desde março de 2020, acentuou a necessidade de iniciativas governamentais, sobretudo para assistir aos grupos mais vulneráveis. Dentre esses grupos, destaca-se à população em situação de rua, que, não obstante, consegue congrega toda a sorte de dramas e demandas, não raro subestimados e naturalizados nas grandes cidades (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2021).

A necessidade emergencial de subsistência, de isolamento social e de higiene para aqueles que não têm sequer moradia, associada a limitação repentina e severa dos já precários meios de sobrevivência como as doações e os pequenos serviços, aprofundaram o abismo social que esse grupo vivencia (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2021).

O avanço da pandemia ocorre mediante um cenário, em que o aumento da PSR representa um desafio adicional para as políticas públicas. Apesar da inexistência de um censo oficial voltado a essa população, um estudo realizado por Natalino (2020), através de dados do Cadastro Único e do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), estimou a existência de cerca de 221 mil pessoas em situação de rua no Brasil, justamente na eclosão da pandemia, estando elas concentradas em municípios de grande porte e em metrópoles, especialmente no Sudeste (56%) e Nordeste (17,2%).

Além disso, foi observado o crescimento expressivo dessa população entre setembro de 2012 e março de 2020 (140%), o que deixa patente que o quadro de vulnerabilidade já vinha se agravando nos últimos anos.

A rede de atenção à PSR, quando operacionalizada pelo o Estado, está basicamente articulada em torno de iniciativas governamentais no âmbito dos sistemas de saúde e da assistência social, em geral executadas pelos municípios. No entanto, historicamente, as políticas e os serviços públicos voltadas a essa população demonstram uma insuficiência de

respostas, sobretudo, quando observamos o subfinanciamento e o modo que essa questão social é tratada no Brasil (ANDRADE, et al, 2021).

Desse modo, se o acesso da PSR aos serviços de saúde e à assistência social já enfrentava limitações históricas, no contexto da atual crise esses obstáculos são agravados, a exemplo da redução da oferta de serviços públicos ou a migração da sociedade para o trabalho remoto. Diante desse cenário, muitos gestores públicos, além da sociedade civil organizada, têm procurado assistir essa população através de ações específicas, foi o que observamos no nosso material de análise (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2021).

As Classes 02 e 03 da CHD fazem parte dessa categoria analítica “ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A PSR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: AS FACES DO ISOLAMENTO SOCIAL”. Nela observamos léxicos que remetem a discussão acerca da principal estratégia voltada a PSR diante desse contexto de pandemia, que é o acolhimento institucional. Nesse sentido, o estudo de Andrade et al (2021) mostrou o aumento de centros de acolhimento e abrigos, com aberturas de espaços específicos para acolher a PSR durante a pandemia.

Silva, Natalino e Pinheiro, (2021) também pontuaram que entre as treze capitais inicialmente analisadas, as ações mais reportadas foram abrigamento. No entanto, apesar de medidas como criação de centros emergenciais de serviço e atividades específicas de orientação tenham sido menos frequentes, não raro este tipo de oferta está vinculado, em maior ou menor escala, a outros serviços, como abrigamento.

Observamos que na Classe 02, estão presentes os seguintes léxicos: “social”, “assistência”, “secretaria”, “atendimento”, “municipal”, “equipa”, “semtas”, “assistente”, “Andrea”, “secretária”, “ampliar”, “acolhimento”, “desenvolvimento”, “critério”, “explicar”, “parceria”, “profissional”. Essa classe remete, principalmente, às vozes dos atores sociais, convocados para falar do tema.

Os léxicos “social”, “assistência”, “secretaria”, “municipal”, “equipa”, “semtas”, “assistente”, “Andrea” e “secretária”, representam o governo e os órgãos administrativos e governamentais no contexto das reportagens. Não obstante, esses agentes sociais aparecem nessa classe com mais recorrência, pois refletem as vozes a que mais se atribuem espaço de fala dentro das reportagens, como também já foi demonstrado no Quadro 5 que trouxemos anteriormente.

Nesse sentido, sabemos que o governo deve e tem lugar de fala garantido no que concerne ao tratamento de políticas públicas, mas problematizamos novamente aqui o fato da imprensa buscá-lo enquanto a única voz ou a voz dominante, principalmente quando se fala

de questões sociais específicas ao um grupo populacional específico como a PSR. Resende e Mendonça (2019) também observaram essa constância em seu estudo.

Fairclough (2003) toma as notícias veiculadas pela mídia como exemplo de materialização do que ele chamou de “gêneros de governança”, que são aqueles associados a redes de práticas especializadas na regulação ou no controle de práticas sociais. Nesse sentido, os meios de comunicação integrariam o “aparato de governança” e controlariam os eventos noticiados, através de “propriedades específicas de recontextualização” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32-33). Trata-se, portanto, de uma prática de regulação, porque os modos como os fatos são noticiados podem influenciar as maneiras como as pessoas reagem aos eventos (FAIRCLOUGH, 2003).

Complementando essa discussão, para Maniglio (2016), os meios de comunicação, enquanto parte do aparato ideológico do Estado, são usualmente responsáveis por mascararem as diferenças existentes, já que raramente representam os problemas sociais de uma forma questionadora.

No modelo do jornalismo online, diante da ampliação do acesso à informação, a difusão de notícias adquire uma força extra e gera uma maior propagação de discursos que legitimam ou questionam a estrutura social vigente. Portanto, é imprescindível que as produções jornalísticas sejam vistas como locais de discursos e de ressignificação de práticas sociais.

Para Melo (2012, p. 68), “[o]s textos são perpassados por relações de poder e ideologia”, e por isso voltar-se a eles com o objetivo de investigar e compreender práticas sociais pode ser um caminho epistemologicamente fértil, pois neles podemos constatar as lutas hegemônicas existentes na sociedade, assim como investigar ideologias e modos de pensar e agir de determinados grupos diante do mundo e de outros grupos sociais (RESENDE e RAMALHO, 2017).

Para essa investigação, nos apoiaremos em alguns léxicos da classe 02, que remetem ao conteúdo das falas, sobretudo, aos instrumentos e ao funcionamento das instituições de acolhimento que foram abertas pelo poder público durante a pandemia.

Já na classe 03 observamos que os léxicos representam os locais que foram definidos pelas prefeituras para serem utilizados como instituições de acolhimento para a PSR na pandemia, conforme podemos observar nos fragmentos das reportagens a seguir:

“segundo a SEMTAS as pessoas já diagnosticadas com a covid-19 estão isoladas no **centro** de convivência em Santos Reis, é importante que haja um

acompanhamento e monitoramento da saúde para essas pessoas tanto no **abrigo** 24h, no **centro POP** e no **centro** de convivência Santos Reis” (LOPES, 2021).

“Nesse sentido uma das conquistas foi o acesso gratuito da população vulnerabilizada aos restaurantes populares bem como o uso de duas **escolas** públicas municipais e um **centro** de convivência como **abrigo** provisório para as pessoas em situação de rua” (TUENIA, 2020a).

Essas narrativas foram uma constante nas reportagens, ora como uma forma de divulgar as ações que estavam sendo realizadas pelo poder público, ora como resposta às cobranças feitas, principalmente, pelos movimentos sociais.

Importante pontuar que alguns dos órgãos citados como estratégias de acolhimento já existiam antes da pandemia na agenda dos serviços de assistência social. Dentre eles, podemos citar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), de média complexidade, o Serviço de Acolhimento Institucional (para adultos e famílias) e o Serviço de Acolhimento em Repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas), ambos, de alta complexidade. No entanto, são serviços que nunca estiveram totalmente disponíveis à PSR devido as restritas taxas de implementação e abrangência.

Algo que nos chamou atenção nos dados, foi o fato dos movimentos sociais possuírem, mesmo que em menor grau, espaço de voz em algumas reportagens. Obviamente, essas reportagens também tinham interesses específicos, mas importa aqui que elas permitiram que a PSR fosse, em parte, representada pelo seu próprio movimento social. Importa aqui problematizar as narrativas dos movimentos no que trata especificamente da temática do acolhimento institucional.

Os movimentos sociais apresentaram como principal pauta, nesse contexto, a ampliação/manutenção do diálogo social com as representações do movimento social, para que fossem criadas medidas emergenciais de acolhimento, higiene e alimentação para as pessoas em situação de rua.

O MNPSR, por exemplo, utilizou os espaços das reportagens como oportunidade para realizar cobranças, denúncias sobre a falta de ações do poder público antes e durante a pandemia, e críticas ao modo que algumas notícias haviam sendo circuladas por alguns veículos midiáticos, conforme nos mostra os fragmentos das reportagens abaixo:

“no período da pandemia foram abertos três abrigos temporários sendo apenas um para triagem funcionando em escolas municipais, mas em contrapartida o Centro Pop e o albergue municipal foram fechados” (LOPES, 2020b).

“200 pessoas passaram pela triagem do centro especializado em assistência social de Natal, o centro pop, e apesar de Natal ser dividida em quatro regiões e ter moradores

de rua em todas elas há apenas um centro pop localizado na zona leste” (LOPES, 2020b).

“após várias reuniões do MNPR, DPE, DPU, CMAS, CIAMPRUA e o Conselho Municipal de Saúde de Natal, a Secretaria Municipal de Assistência Social, reabriu o centro POP no abrigo Cidade Alta, antigo Albergue Municipal de Natal” (SÁ, 2020a).

“acontece que as vagas nesses lugares que prestam assistência diminuíram e os abrigos que terão funcionamento 24h não conseguem dar suporte à nem metade da população de rua que existe em Natal, denuncia Vanilson Torres” (SÁ, 2020a).

“foram listados territórios com concentração de pessoas em situação de rua sem estimar a quantidade em cada local e em seguida a indicação de quatro abrigos temporários incluindo o Albergue Municipal, duas escolas e um centro de convivência” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Observa-se, através das narrativas, que apesar de necessárias, as medidas de acolhimento, por parte do poder público, não foram homogêneas no que tange a sua distribuição, oferta, qualidade, planejamento, especificidade ou mesmo em sua temporalidade, aspecto fundamental para reduzir os impactos de uma pandemia. A falta de coordenação de ações revela como gestores responsáveis pelo pacto federativo ainda não se apropriaram da temática da PSR para o devido balanceamento das corresponsabilidades. Assim, a difusão de boas práticas se faz pouco célere (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2021).

As reportagens de modo geral denunciam ainda, dentre tantas coisas, o número reduzido de instituições e de vagas de acolhimento, que culminaram na superlotação de algumas instituições e que pode ter contribuído para o aumento da disseminação do vírus dentro dos próprios espaços de acolhimento, inclusive com a denúncia de que em um centro de acolhida tiveram vários casos positivos de COVID-19, até mesmo entre os funcionários; a falta de espaços para isolamento tanto de casos sintomáticos quanto daqueles sob risco de infecção; não planejamento dos locais em que seriam instalados os centros de acolhimento, deixando áreas que tinham muitas pessoas em situação de rua desassistidas.

Para Silva, Natalino e Pinheiro (2021) o acolhimento institucional dessa população, sobretudo na pandemia, deve envolver, entre outras coisas, a oferta de ambientes com mínimo de conforto e espaçamento adequado entre os leitos para evitar contaminações. Na maioria das grandes cidades, parte da recusa em deixar a rua nesse momento está, para além da incapacidade da rede de acolhimento instalada de dar conta da demanda crescente, na oferta de acolhimento institucional em condições aquém das desejáveis, gerando insegurança por parte da PSR.

Os requisitos e as regras estabelecidas e impostas pelas instituições de acolhimento para que as pessoas pudessem ser acolhidas também estiveram na pauta de algumas

reportagens: “As escolas municipais que servem de Abrigos Temporários de Natal para a população em situação de rua não operam no sistema portas abertas”; e complementa: “não é somente as pessoas em situação de rua chegarem nas escolas municipais e serem recebidas, é necessário trazer a verdade dos fatos para o conhecimento da sociedade natalense, dizem os ativistas” (DUARTE, 2020a). Essa questão também foi reforçada em outra reportagem, quando se fala do funcionamento dos abrigos em Mossoró (RN):

“Sheyla detalha que nesse novo protocolo são observados aspectos, como, se o usuário recebe algum tipo de benefício, se tem alguma comorbidade, se é portador de alguma deficiência. Esses são os critérios que estamos usando nesse momento da triagem para receber as pessoas em situação de rua aqui no abrigo provisório, ressaltou. A assistente social reforça que as pessoas em situação de rua que procurarem o abrigo temporário, antes, passam por esta triagem, depois são encaminhadas para mais uma avaliação e se aprovadas dentro dos critérios exigidos, serão inseridas no programa de apoio oferecido pelo Abrigo Municipal” (AMORIM, 2021).

Observa-se, nesse quesito, que a medida de acolhimento, da forma que está sendo colocada, se apresenta como risco potencial de violação dos direitos humanos e não respeita o critério da igualdade, tendo em vista que nem todos podem ter acesso, se assim desejarem, devido as regras impostas. Trata-se, portanto, de uma forma de “incluir”, excluindo, uma população que historicamente enfrenta graus variados de exclusão social. Neste sentido, concordamos com Sawaia (1999) quando afirma que esse processo de inserção social dos excluídos se configura como “inclusão perversa”, posto que não lhes garante a condição de cidadania e dignidade, mas cria a ilusão desta conquista (MONTEIRO, COIMBRA, & MENDONÇA, 2006).

Além disso, os modos de vida da PSR são atrelados a questão da liberdade de movimento e esse é um valor fortemente presente entre essa população, portanto, qualquer iniciativa de acolhimento, para se fazer efetiva, deve considerá-la. Nesse sentido, historicamente, as instituições de acolhimento apresentam baixas taxas de acolhimento a PSR. A PNPSR mostrou que as pessoas preferem a rua aos albergues, e citam como principais motivos a falta de liberdade (44,3%), horário de entrada, saída e demais rotinas (27,1%) e proibição do uso de álcool e drogas (21,4%) (BRASIL, 2009). Regras essas que, nesse contexto de pandemia, tendem a estar ainda mais fortalecidas, diante da necessidade iminente de distanciamento social.

Partindo de um olhar voltado às questões de saúde, algo que chama atenção, foi a ausência de medidas específicas de saúde e a falta de articulação com o referido setor, nas reportagens. Também estiveram pouco presentes, nas notícias veiculadas, medidas voltadas às

peessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, como também com transtornos mentais.

Já a articulação com as instituições religiosas e filantrópicas se fazem novamente presente no intuito de colocar sobre a responsabilidade desses, as demandas da PSR, agora diante da pandemia, conforme podemos observar nos fragmentos a seguir:

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, disse que o governo federal vai cadastrar entidades filantrópicas e instituições religiosas que possam acolher pessoas em situações de rua, como medida de prevenção à disseminação do Coronavírus e proteção dos vulneráveis. A ação ocorrerá por meio do Pátria Voluntária, o programa de incentivo ao voluntariado do governo federal, encabeçado pela primeira dama Michelle Bolsonaro (AGENDA BRASIL, 2020).

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), em parceria com a ONG Bom Samaritano e a Sociedade Espírita da Cultura e Assistência (SECA), disponibilizou mais um espaço de isolamento social para jovens, adultos e famílias em situação de rua (AGORA RN, 2020).

Fazendo uso da teoria da Representação de atores sociais, sobre o enquadre analítico proposto por Van Leeuwen (2008), observamos que a PSR é comumente representada como dependentes de ações de instituições, especificamente a igreja e o centro social a ela vinculado.

Esse modo de representação da PSR não está presente apenas nas reportagens aqui analisadas; ao contrário, as reportagens materializam discursos socialmente disponíveis, como modos relativamente estáveis de representação, que são no texto materializados e postos em funcionamento, com efeitos sociais potenciais, já que todo texto é efeito de práticas e eventos específicos, mas também tem efeitos sobre a sociedade (RESENDE, 2012).

Diante das demandas, expressas em vulnerabilidades e carências da PSR, observa-se que as instituições religiosas e filantrópicas também têm assumido a questão social da situação de rua. Para Francisco (2016), a ausência do Estado ao longo dos anos em relação à população em situação de rua, fez com que cada vez mais existissem organizações, instituições religiosas e até mesmo um grupo independente de indivíduos que realizam ações sociais, para que assim atuassem fortemente no intuito de suprir de alguma forma, mesmo que mínima, as suas necessidades básicas.

Para Villalobos (2001) o Estado se utiliza do trabalho de instituições não estatais, para se eximir das questões sociais. Tal prática não é recente, uma vez que o aumento da presença das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil, por exemplo, ocorreu após 1986, dentro de um contexto de redemocratização e adoção da política neoliberal, em que o Estado começava a retirar-se da questão social transferindo os serviços às ONGs. Assim, essas

instituições, de assessoras dos movimentos sociais nos anos de 1980, se transformaram em parceiras e, por vezes, até substitutas do Estado (anos de 1990) na prestação de serviços assistenciais e emergenciais.

A isenção do Estado frente às questões sociais difundiu-se no novo contexto de recessão, surgido a partir da crise do capital e do capitalismo, agravada em horizonte mundial depois dos anos 1970. Nesse contexto, como forma de garantir a possibilidade de aumento dos lucros o Estado passou, de um lado, a restringir sua atuação social, e de outro, a expandir o financiamento ao capital (WELLEN, 2011).

Assim, sob a ótica do neoliberalismo, para assegurar a plena liberdade econômica e fazer com que as transações comerciais voltassem a fluir normalmente, foram estabelecidas três diretrizes, que tinham como meta suprema a estabilidade monetária, são elas: disciplina orçamentária; contenção dos gastos sociais; e uma política de teor malthusiana de geração de desemprego, ampliando o exército industrial de reserva e, com isso, pondo em risco a existência dos sindicatos. É deste contexto que surgem as teorias sobre a escassez do Estado e da impossibilidade deste se responsabilizar por custos sociais (WELLEN, 2011).

Não obstante, as velhas práticas continuam se repetindo. A política de assistência social, que ocupa papel central no arcabouço de proteção social da PSR, tem lidado nos últimos anos com sucessivas reduções no financiamento federal. No caso da proteção social especial, houve redução de R\$ 637 milhões (em 2019) para R\$ 518 milhões no orçamento em 2020, sendo que o uso de mais de 60% desse valor depende da aprovação de legislação específica no Congresso Nacional, não tendo, portanto, a garantia de liberação (SILVA, NATALINO e PINHEIRO, 2021).

O mercado ou o capital, também se torna um setor ausente dos problemas sociais, não sendo considerado responsável pela sua resolução, uma vez que é situado como se não tivesse nada a ver com isso (WELLEN, 2011). No final, têm-se a visão de um Estado incapaz e de um mercado que não tem nada com isso. Sob a ótica desses dois setores separados pelas suas características conjunturais específicas, um apenas político e outro somente econômico, resta o principal: cuidar do social, que passa a ser tarefa do novo setor, o público-estatal.

O Estado tem apelado às parcerias com o setor privado (entidades sociais e religiosas, organizações não governamentais, associações voluntárias e fundações empresariais, entre outras) num processo de construção de um sistema misto de Proteção Social que se caracteriza pela interseção do público com o privado (YAZBEK, 2010).

Através dos convênios e parcerias, a responsabilidade governamental é transferida para tais instituições, sob o discurso da participação civil nos problemas sociais. Entretanto, o

governo não compartilha experiências, nem muito menos responsabilidades (PEREZ, 2005). O que se observa da análise das experiências é que a participação do Estado tem ficado muito aquém das expectativas, quase só no discurso, tornando-se na verdade um exercício ideológico de incorporar as iniciativas populares aos discursos e programas, resignando-as e, desta forma, buscando promover a cooptação, a manipulação e o controle das forças sociais envolvidas (CACCIA BAVA, 2003).

Sendo assim, quanto mais esses direitos fundamentais são negados pelo Estado a essa parcela da sociedade, mais existirão indivíduos vivendo nas ruas, tendo em vista que é uma condição marcada por diversas vulnerabilidades, sendo impossível que seja revertida se não houver a intervenção do Estado.

Nesse sentido, observamos nas reportagens, que o poder público, além de não se responsabilizar totalmente pela questão social da situação de rua, ainda se colocou contra essa população, contraditoriamente, em um contexto que essa população mais carecia de apoio estatal, através de atos violentos de expulsão e retirada dessas pessoas das ocupações que estavam sendo utilizadas como espaços de moradia, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

“A prefeitura de Natal deu sete dias para que as 30 famílias abrigadas na área externa do viaduto do Baldo deixem o local por livre e espontânea vontade. Após esse prazo, segundo comunicado emitido pela SEMSUR, os moradores serão despejados. No aviso, a prefeitura se refere às famílias como invasores” (DUARTE, 2020a).

“A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, em ação conjunta com a Defensoria Pública da União, está averiguando o desalojamento de pessoas em situação de rua na área do viaduto do Baldo. A situação aconteceu após ação da Prefeitura de Natal, através da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo e da Guarda Municipal. Cerca de trinta pessoas foram desalojadas durante o processo” (AGORA RN, 2020c).

As reportagens denunciam que durante a pandemia, as pessoas em situação de rua foram desalojadas sem nenhum aviso prévio ou opção de moradia temporária, dos lugares utilizados como abrigo, e de maneira violenta, que não foram permitidas ao menos pegar seus objetos pessoais. Também não houve convocação prévia de órgãos públicos relacionados a atenção a essa população, como os movimentos sociais, para que fosse debatido a melhor forma de executar a ação.

Nesse sentido, Van Dijk (2005, p. 42) destaca que “as minorias são representadas em um papel passivo (as coisas se decidem, se fazem, para ou contra elas), a não ser que sejam

agentes de ações negativas, como delinquência, entrada ilegal, violência ou consumo de drogas”. Nesta última situação, sua responsabilidade será sempre enfatizada.

Concordamos com Vieira e Resende (2016, p. 22-23) quando sustentam que “os textos que analisamos nos oferecem ‘pistas’ para a compreensão das práticas sociais investigadas”, já que a relação entre o discurso e os demais momentos das práticas é de articulação e interiorização.

A análise da articulação dos diferentes discursos, aqui lexicalizados pelos diferentes atores sociais (representantes do governo, dos movimentos e da assistência social) nos ajuda a compreender como as representações particulares estão associadas a interesses e posicionamentos particulares e como se relacionam a diferentes ações e práticas sociais.

Segundo Fairclough (2003), através da interdiscursividade é possível observar como a articulação específica de discursos se associam às lutas hegemônicas e com as tentativas de reproduzir e legitimar representações particulares do mundo. As diferentes maneiras que as pessoas em situação de rua, a problemática da situação de rua e do acolhimento institucional são lexicalizadas, pode nos indicar quais discursos movem as distintas formas de representação no intuito de trazer mudanças para a problemática instalada ou para perpetuar práticas sociais de representações estigmatizantes, reducionistas e de objetificação dos eventos e dos atores sociais.

Isso possibilita ainda a compreensão do modo como os discursos estão relacionados com os processos de representação da realidade, de construção das relações sociais, de reconstrução, sustentação e legitimação de sentidos ideológicos (RECHETNICOU e LIMA, 2016). A representação da PSR quando vinda da voz intertextualmente posicionada do governo, mesmo quando busca apresentar ações e projetos em prol da PSR, retoma o discurso do incômodo, da ameaça aos grupos, fazendo referência a ações higienistas, de retirada e desocupação dos cenários urbanos (na maioria das vezes de forma violenta, simbólica e materialmente).

Nesse sentido, a presença desses discursos, partindo de atores socialmente legitimados, conduz a um olhar diferente desse grupo, reproduzindo e reforçando as práticas de representação que associa a PSR a um “coletivo formado por vagabundos, desordeiros, viciados e incapazes” (VALENCIO et al., 2008, p. 46). Além disso, os modos de representação de atores sociais em situação de rua e da problemática do acolhimento institucional pelo governo, parte sempre de uma representação genérica, através de medidas abrangentes, que não evidenciam as individualidades e as singularidades dos sujeitos.

Essa população é ainda representada como um problema, e não a situação de rua em si, e que, por se tratar de um “problema complexo”, o Estado não consegue responder as suas demandas, as colocando como carecedoras de ações de instituições, especificamente, por parte da igreja e de grupos filantrópicos, e, portanto, no que Van Leeuwen (1997) denominou de apassivação, quando atores sociais são representados como pacientes que se submetem a uma dada ação ou a recebem, e já nessa condição, são colocados na condição de sujeição, quando se tornam alvo da ação e objetos intercambiáveis na representação.

Assim, podemos pontuar que em modos de representação da população em situação de rua, as mesmas reportagens que, em princípio, dão voz ao “outro lado” através do espaço conseguido pelos movimentos sociais e que apresentam modos de representação diferentes daqueles já vistos em outros estudos, são as mesmas reportagens que reforçam o discurso do incômodo e da indiferença, retirando esses sujeitos da sua condição de direitos e os colocando como ameaçadores dos direitos alheios, estes últimos legitimados.

Portanto, as conexões interdiscursivas e intertextuais presentes nas reportagens, demonstram os diferentes modos pelos quais os eventos e os atores sociais (aqui a PSR) podem ser representados, através dos diferentes discursos, em diferentes textos, ora operando a busca por direitos e resolução de demandas relativas à situação de rua, ora promovendo a naturalização, o expurgo de pessoas nessas condições, a interiorização de discursos hegemônicos, “os quais operam um apagamento de direitos sociais básicos e que tomam por base modos de representação legitimados, em que se reconhecem e se tomam por pressupostas certas relações entre extrema pobreza e delinquência, violência e risco” (REZENDE, 2015, p. 123).

6. A VEZ E A VOZ DA PSR: LUGAR DE FALA E AUTOREPRESENTATIVIDADE

Neste capítulo, apresentamos análises das reportagens **“Abrigo recebe primeiros moradores de rua”** e **“População em situação de rua cresce em Natal e aumenta pressão sobre vagas no único abrigo da capital”** que contém as falas de Marcelo Leonardo, Nailton da Silva e Bruno. Assim, chegamos ao cerne deste estudo: o que essas vozes têm a nos falar?

A primeira reportagem **“Abrigo recebe primeiros moradores de rua”** apresenta a narrativa de uma pessoa em situação de rua, identificada como Marcelo Leonardo. A sua narrativa evidencia uma realidade que é comum a muitas pessoas que, assim como ele, passaram a utilizar os espaços das ruas como espaço de moradia e de sobrevivência, conforme podemos observar no fragmento da sua fala: “Não tinha condições de pagar aluguel e acabei indo para rua (...) (Marcelo Leonardo)”. Essa narrativa evidencia o que Escorel (1999) fala sobre as “histórias de perdas” que marcam as vidas e os percursos da PSR. Essas histórias comumente remetem às trajetórias de vulnerabilidade e fragilização dos laços com a família, o mundo do trabalho e com as redes de integração primária, tendo como efeito a desvinculação com essas dimensões e, conseqüentemente a exclusão social.

A fala de Marcelo Leonardo demonstra a fragilização de vínculos, sobretudo com o mundo do trabalho, que culminou na sua ida para as ruas. No processo de exclusão social, através do rompimento com o mundo do trabalho, a vulnerabilidade econômica, sobretudo das famílias pobres, pode conduzir os seus membros a vivenciarem uma "experiência de limiaridade" entre a pobreza e a miséria (ALCANTRA; ABREU e FARIAS, 2015).

Assim como na fala de Marcelo, observamos narrativas de desvinculação com a dimensão do trabalho nas falas de Nailton da Silva e de Bruno na reportagem intitulada **“População em situação de rua cresce em Natal e aumenta pressão sobre vagas no único abrigo da capital”**. Nailton fala sobre o desejo de um trabalho formal, conforme podemos observar no fragmento da fala a seguir: “Eu queria trabalhar de carteira assinada, evoluir” (Nailton da Silva). Já Bruno fala sobre a sua história de desvinculação com o mundo do trabalho “Já trabalhei com carteira assinada por um ano e meio, mas chegou ao ponto em que eu estava levando droga até pro trabalho, aí o pessoal descobriu” (Bruno).

A fala de Nailton explana o desejo de trabalhar com carteira assinada. Essa necessidade pode se dar devido as representações sociais sobre o trabalho que se encontra no imaginário social, já que uma dessas representações é de que a inserção no mundo do trabalho

confere *status* social, uma vez que reproduz coletivamente o imaginário de valorização moral do homem trabalhador.

No caso de pessoas em situação de rua, o *status* de trabalhador lhe é negado, até quando exercem alguma atividade laboral nas ruas, devido as características atribuídas como a irregularidade, informalidade, não qualificação e ausência de remuneração das atividades desenvolvidas nas ruas. Diante da marginalização com o mundo do trabalho as pessoas em situação de rua passam a vivenciar a fragilização de suas identidades pessoais e coletivas (SCOREL, 1999; MATTOS & FERREIRA, 2004; MOURA JR., 2012).

Para Nailton, o trabalho seria ainda uma forma de evolução, neste aspecto, Silva (2009) reflete:

(...) pode-se dizer que grande parte da população em situação de rua perdeu o emprego ou deixou a ocupação que antes exercia e com isso sofreu um aviltamento de suas condições de trabalho e de vida. E, mesmo nessa condição, o trabalho possui relevância em seu imaginário, estando associado à ideia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder, possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência (...) (SILVA, 2009, p.169).

A fala de Bruno evidencia o rompimento com o trabalho devido uma situação de vulnerabilidade já instalada, como o uso de drogas. No processo de rompimento de vínculos com o mundo do trabalho, com a família e com as redes de apoio, o uso abusivo de álcool e outras drogas aparece como uma constante nesse histórico de perdas, seja como causa ou enquanto consequência.

O uso dessas substâncias reflete ainda os estigmas de culpa e penalização da situação de rua, culminando na produção da identidade social da pessoa em situação de rua como “drogado”, “malandro” e “bêbado”, desqualificando e reduzindo essas pessoas às suas vulnerabilidades e orientando a forma de tratamento da sociedade para com a pessoa e com a problemática social da situação de rua.

Não obstante, as três falas refletem narrativas de homens em situação de rua, o que também reflete na ideologia patriarcal, onde, sobretudo, a figura masculina deve ter um trabalho digno, sendo o responsável pelo sustento familiar. No caso dos homens chefes de família, o desemprego pode significar a perda da autoridade sobre a família, o que poderá desembocar no alcoolismo e abandono do lar (ALCANTRA; ABREU e FARIAS, 2015).

Sobre essa realidade, as pesquisas revelam que a população em situação de rua no Brasil, em sua maioria, é constituída por homens, em idade economicamente produtiva, que vivem na transitoriedade do espaço da rua, em suas atividades diárias em busca da sobrevivência (SCOREL, 1999; BRASIL, 2009, ESMERALDO, 2010; MOURA JUNIOR., 2012, OLIVEIRA, 2017).

Apesar de outras compreensões sobre os papéis sociais do homem e da mulher na sociedade, ainda permanece no imaginário social e masculino a responsabilidade por parte do homem, pelo sustento financeiro da família. A pressão social que há sobre o homem é gerada pela imposição de papéis que, quando não cumpridos, põem xeque sua masculinidade (FREITAS et al, 2009) e quando a situação do desemprego é vivenciada, ele tende a perpassar pelo que Paugam (1999) denominou de processo de desqualificação social, que os faz sentir culpa e vergonha por não conseguir corresponder aos padrões sociais, principalmente no ambiente familiar.

Sem perspectivas de emprego, essas pessoas buscam a rua como meio de retirar o sustento, favorecendo a fragilização e/ou o rompimento das relações de suporte e de sociabilidade, levando ao processo de exclusão social.

A PSR é menosprezada e até mesmo marginalizada porque, entre outras características, ela não correspondeu ao sucesso ou ao êxito individual esperado pela sociedade atual, esta que é norteadada pela lógica do capital e que coloca o trabalho também enquanto “determinante na estruturação das relações sociais” (SILVA, 2009, p. 43-44). Neste cenário, as representações sociais são determinadas prioritariamente a partir da posição social e econômica que o outro ocupa (FERREIRA, 2015).

Percebe-se nitidamente que o trabalho ocupa um lugar central nas três narrativas, "(...) e, como o trabalho é mais que uma ocupação, [pois] confere um lugar social e um sistema identitário, o não trabalho é mais que o desemprego: é a inutilidade social que os desqualifica no plano cívico e político" (SCOREL, 1999, p. 206).

Retomando ainda as narrativas sobre o uso de drogas, observamos que essa realidade é fortemente vivenciada por Bruno. Na sua narrativa ele fala sobre quando começou a fazer uso da substância: “Comecei a usar droga aos 9 anos, quando encontrei um cigarro de maconha do meu tio em casa” (Bruno). Nesse sentido, observa-se que a dinâmica familiar aparece como um elemento importante a ser observado no que tange esta questão, ora desempenhando papel protetor, ora facilitador, em relação ao uso de drogas (NEIVA-SILVA, 2008).

A fala de Bruno também deixa implícito que as drogas podem ter sido um dos motivos desencadeantes dele ter adentrado as ruas, sobretudo porque ele não queria fazer uso da substância no ambiente familiar: “eu não queria usa na frente da minha mãe” (Bruno). Como já discutido anteriormente, o uso de álcool e/ou outras drogas se configura como um dos principais motivos do adentrar as ruas e de permanência dela. A PNPSR mostrou que em relação ao estar em situação de rua, o maior índice, cerca de 35,5%, afirmam que passaram a

viver e morar na rua por problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas (BRASIL, 2009).

É frequente a associação entre o uso de drogas e o abandono ou exclusão do seio familiar. Sob essa perspectiva, as drogas podem apresentar-se tanto como determinantes para o rompimento familiar e como consequência do ir para rua, como ser consequência desse rompimento e assim do continuar na rua (OLIVEIRA, 2017). O abuso dessas substâncias pode ocorrer ainda como uma reação diante de uma situação de exclusão social já instalada. Pela narrativa de Bruno não dá para saber se o uso de drogas se configurou como único motivo do ir para a rua, e nas histórias de vida da população em situação de rua o motivo do adentrar as ruas não é facilmente identificado, já que quase sempre aparece imbricado com as diversas situações de vulnerabilidade.

Bruno fala também sobre o seu histórico de internações em clínicas de reabilitação: “Já me internei 28 vezes e o maior tempo que passei numa clínica foram seis meses”. Essa narrativa é também vivenciada por outras pessoas. A PNPSR mostrou que grande parte dos entrevistados (60%) apresentou histórico de internação em instituições, com destaque para os centros de recuperação de dependentes químicos (28,1%) (BRASIL, 2009).

O constante histórico de internações pelo qual Bruno já passou, associado à sua permanência nas ruas e a continuidade do uso abusivo de drogas nos faz questionar em que medida a atuação do Estado tem sido capaz de atenuar ou intensificar essas diferentes dimensões de vulnerabilidade. Esse questionamento toma ainda, como fundamento, a compreensão de que mesmo diante das mudanças históricas nos padrões de atenção à saúde mental no Brasil, como a Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária, que são consideradas marcos significativos de conquistas para a sociedade civil, ainda observamos fortemente a mercantilização das políticas sociais, sob a ordem de um neoliberalismo ortodoxo, em que as políticas de saúde mental na realidade brasileira, ora se articulam entre o avanço, ora entre o conservadorismo (SILVA e SILVA, 2020).

No âmbito das instituições de reabilitação observa-se que ainda permanecem práticas pautadas na lógica proibicionista e religiosa, que toma a abstinência como único resultado almejado e aceito, ou seja, uma ideologia moralista e que exclui outras estratégias de cuidado, respaldadas cientificamente, e que favorece a exclusão social (PEREIRA et al., 2017). Tais características têm sido reforçadas por parte dos últimos governos federais (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro) que sob a ordem de um neoliberalismo ortodoxo, tem pautado as políticas sociais enquanto ações de combate as drogas através de um viés moralista e conservador.

Para Silva e Silva (2020), o neoliberalismo ortodoxo significa o retorno dos principais temas neoliberais, presentes no Brasil desde a década de 1990, “(...) tal corrente defende uma política econômica voltada para um duro ajuste fiscal, diminuição da intervenção estatal para as políticas sociais e privatização” (SILVA e SILVA, 2020, p.107).

Desde o último ano do governo de Michel Temer, assistimos um desmonte das políticas de atenção à saúde mental e uma mudança na lógica dessa política no Brasil, principalmente nas redes de atenção psicossocial e no financiamento das políticas de saúde mental e de álcool e drogas. Os tratamentos que se pautavam na lógica de redução de danos são excluídos, e passa-se a adotar tratamentos voltados a total abstinência, significando “(...) um sério retrocesso, ao passo que incentivam a cultura da hospitalização que possui uma clara lógica de segregação” (SAMPAIO, 2018, p. 108).

A desvalorização dessas políticas foi ainda mais visível no primeiro ano do governo de Jair Messias Bolsonaro, em que as chamadas comunidades terapêuticas passam a ser o foco da política de saúde mental. Em 2019, uma lei sancionada por Jair Bolsonaro alterou o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, responsável por coordenar medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico (BRASIL, 2019). Entre as mudanças estão o fortalecimento das comunidades terapêuticas, que são instituições normalmente ligadas a organizações religiosas, além de reduzir o tratamento a projetos terapêuticos que visam à abstinência das substâncias. O texto da lei prevê ainda internação involuntária de usuários de drogas para desintoxicação.

Desse modo, a política de saúde mental tem sido submetida um movimento político/social, historicamente marcado por desafios, tensões de poder e contradições. Para Batalha e Dominguez:

(...) o que está principalmente em questão é o retorno da ênfase dada a modalidades assistenciais conhecidas pela sua ineficácia nos processos de reabilitação psicossocial, reinserção social, singularização e autonomização de pessoas acometidas de transtornos mentais e de usuários de álcool e outras drogas, portanto, manicomializadoras (BATALHA; DOMINGUEZ, 2018, p. 24).

Essa é, sem dúvida, uma questão lacunar no enfrentamento da atenção à saúde mental e no tratamento do uso das drogas, e faz parte de uma conjuntura, em que, a população brasileira, principalmente a classe trabalhadora, tem enfrentado “(...) a maior ofensiva da história deste país contra o conjunto das conquistas civilizatórias de nosso Estado” (SOARES, 2018, p. 24).

Estratégias proibicionistas, extremistas e reducionistas, com enfoque individualista e patologizante, não dão conta da problemática social e de saúde, que é o uso abusivo de drogas, sobretudo quando tratamos da população em situação de rua, enquanto segmento social que expressa e escancara a face da desigualdade social. É necessário considerar que a dependência de substâncias é algo complexo e que os fatores sociais são preponderantes.

Nesse sentido, a narrativa de Bruno explora essa complexidade: “Uma pessoa que é viciada não pode ficar muito feliz, nem triste, porque tudo é motivo pra usar” (Bruno). Essa narrativa demonstra que as formas de uso de drogas e os seus significados são distintos entre as pessoas. Sabemos que o dia a dia das pessoas em situação de rua é desafiante, as dificuldades contínuas geram exaustão física e psicológica, e dessa forma, as substâncias psicoativas podem ser utilizadas como uma tentativa de fuga.

A fala de Bruno demonstra ainda que ele se reconhece enquanto “viciado”. Através dessa narrativa não dá para explorar os sentidos atribuídos ao consumo de drogas para ele, mas é importante refletir que as representações sociais criadas sobre a PSR podem orientar os discursos e as identidades das pessoas em situação de rua e ainda permitir aos indivíduos determinados posicionamento diante de uma representação socialmente difundida.

As narrativas das pessoas em situação de rua retratam uma característica que é bem marcante nesse segmento que é o assistencialismo das ações. Marcelo Leonardo, ao falar de como chegou até o abrigo, demonstra essa faceta social da situação de rua: “Soube do programa através dos ‘irmãos’ que foram deixar comida para nós”; que também é reforçada na fala de Nailton da Silva: “Me alimento do que as pessoas dão pra gente”. Neste sentido, o assistencialismo, através da solidariedade, é fortemente observado quando se trata da garantia de necessidades básicas da PSR e se apresenta como uma das faces contraditórias dessa situação, uma vez que a sociedade que exclui é a mesma que tenta “incluir” através de ações solidárias.

Nas ruas, essa população apresenta diversas necessidades sociais caracterizadas principalmente pela privação material, colocando-a diante de uma situação de extrema vulnerabilidade social e impossibilitando o acesso às condições mínimas para a sua sobrevivência. As narrativas evidenciam que o atendimento de algumas de suas necessidades, principalmente as de alimentação, se dá pelo assistencialismo.

De forma voluntária e solidária, a sociedade civil, constituída pelo terceiro setor que agrega diversas entidades religiosas, associações e grupos filantrópicos conhecidos como ONG's, tem assumido a responsabilidade de atender, mesmo que minimamente, as necessidades básicas da PSR. Tais ações, apesar de necessárias, são provisórias e não trazem

resolutividade e nem retiram essas pessoas da situação de vulnerabilidade e exclusão social que elas estão expostas, se configurando enquanto propostas de cunho assistencialista, isoladas e distantes da noção de política pública enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado.

As narrativas também expõem a omissão do Estado em assumir a responsabilidade da garantia de direitos prioritários e básicos a PSR. A pandemia do COVID-19 escancarou essa realidade, demonstrando mais uma vez que o Estado, historicamente, tem se desresponsabilizado pela questão social. A fala de Nailton da Silva demonstra essa realidade ao afirmar: “Não tenho documentos e não recebo nenhum tipo de auxílio”. É no meio desse cenário de desigualdade, pobreza e de extrema vulnerabilidade que se encontra as pessoas em situação de rua no Brasil.

A realidade no dia a dia com essa população revela pessoas carentes não só de recursos materiais, mas carentes de vínculos familiares, de atenção, carinho e amor. As narrativas de Bruno e Nailton demonstram essa afirmação: “Sinto muita falta de casa, principalmente à noite” (Bruno); e: “Meus meninos tão morando com minha mãe” (Nailton da Silva). As falas expõem a ausência das famílias no cotidiano deles, que passam a se sentir cada vez mais sozinhos nos cenários da rua e sem perspectivas de retorno ao ambiente familiar. A fragilidade dos vínculos familiares contribui, portanto, para que os laços afetivos sejam rompidos, gerando abandono, fragmentação de relações e de identidades.

Além disso, o processo histórico de exclusão que marca a história de vida dessas pessoas continua permitindo práticas de invisibilidade, de estigmas criados em torno delas e fazem com que as pessoas se distanciem e as considere enquanto seres subumanos. Nas ruas e com a ausência da família, essas pessoas, quando enxergadas pela sociedade, só são vistas como sujeitos que sentem fome, frio e que não tem onde dormir, mas jamais como seres humanos que possuem sentimentos, que passaram por processos de rupturas, de perdas (OLIVEIRA, 2017).

Portanto, as necessidades da PSR extrapolam as questões relativas à privação material, mas compreende também as vulnerabilidades que expressam os modos de vida e as identidades dessa população. As políticas públicas e as ações de assistencialismo precisam ultrapassar o plano fenomênico das carências manifestas e despertar para a fome que mata um pouco a cada dia, que é a fome da invisibilidade e da indiferença.

A narrativa de Bruno expõe ainda outra faceta da situação de rua: a da insegurança e do medo: “Às vezes só durmo quando já é madrugada porque a gente fica aqui desprotegido” (Bruno). A PSR é diariamente submetida as diversas formas de violência, de violações de

direitos humanos, e muitas carregam no próprio corpo as marcas do estigma, da discriminação e do preconceito (MORELL; BRANDÃO; BAIERL; NOZABIELLI & RODRIGUES, 2012).

A fala de Bruno também demonstra que, muitas vezes, resta a própria PSR buscar as estratégias para sua sobrevivência, neste sentido, sobreviver na rua acaba se tornando uma façanha individual, uma vez que cada indivíduo se responsabiliza em garantir a própria vida. Elas descobrem ou desenvolvem formas de resistência e sobrevivência nas ruas.

É comum que nas ruas essa população ressignifique as suas relações sociais, constituindo novos grupos, seja em função dos locais que escolhem para dormir, das atividades que exercem ou das instituições que frequentam (SILVA e SILVA, 2017). Esses grupos se caracterizam por identidades definidoras de comportamento e pela necessidade da sobrevivência.

Assim, é comum encontrarmos os indivíduos em situação de rua acompanhados ou próximos das mesmas pessoas, dormindo nos mesmos lugares, reconstruindo vínculos afetivos, que, muitas vezes, reproduzem o contexto familiar, até com denominações peculiares, tais como: família de rua, irmão da rua, mãe/pai da rua, filho da rua (BRASIL, 2012). Assim, vão se constituindo novas redes de relações e o vínculo com o espaço urbano vai se dando de forma mais significativa. Neste sentido, se para muitos a rua é vista como o lugar da desordem, do “sem limite”, para a PSR acaba por significar o lugar onde se pode, de alguma forma, buscar vínculos, referências, proteção e até mesmo a construção de suas identidades.

Outra questão que merece nossa atenção é o fato de que as três narrativas são exclusivamente de homens em situação de rua, reforçando a tese de que as mulheres em situação de rua são silenciadas nas múltiplas dimensões da vida. Elas são silenciadas pelos discursos e grupos sociais hegemônicos, em razão da sua condição social e até mesmo dentro do grupo subalternizado, diante da preponderância e privilégios do masculino na nossa cultura.

Nesse sentido, concordamos com Spivak (2010, p. 14-15): “(...) a mulher subalterna se encontra em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes à questão de gênero”, já que “se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais na profundidade, na obscuridade”. O corpus da nossa pesquisa nos chama atenção ao demonstrar esse cenário de múltiplos silenciamentos no qual, sobretudo, as mulheres em situação de rua estão imersas.

As narrativas de Marcelo, Bruno e Nailton, embora tratem de pessoas singulares, com histórias de vida e vivências diferentes, nos falam de questões que são também partilhadas por

várias pessoas em situação de rua. Mesmo em um espaço de voz tão reduzido nas reportagens, as suas narrativas conseguem nos contar sobre modos de vida, resistência, trabalho, violência, solidariedade, medos, reinvenções, disputas e conflitos que são vividos nas suas itinerâncias e assim produzir ruídos e rachaduras nas narrativas hegemônicas. Nos fazem refletir sobre o quanto que essa população tem a mostrar, a apresentar, a problematizar sobre as diversas nuances, ora individuais, ora coletivas, das suas vidas nas ruas. Nos faz questionar ainda sobre quais histórias não são/ foram contadas, o que essas vozes tão reprimidas têm mais a nos falar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao que as regras acadêmicas exigem como fim, como conclusão ou considerações finais de um trabalho. Cabe a nós, talvez, a escolha de qual termo utilizar, mas nem sempre. Considero essa uma das partes mais difíceis do trabalho, pois mesmo depois de tanto dito, refletido e assim escrito, sabemos que não encerramos aqui. Não! Isso não é um fim... não tem como ser, pois não há análises textuais ‘completas’ e ‘definitivas’. Então não há fim. Talvez chegar aqui seja um ponto de partida.

Gostaria, portanto, de dizer o que talvez ainda não disse e convidar vocês caros leitoras e leitores, que ao chegarem aqui, desloquem o olhar de vocês, as vezes tão focados ao óbvio, para refletirem sobre tudo que leram. Mas, isso não deveria ser dito no início? Aí eu te pergunto, qual início? Não consigo saber, exatamente, em qual parte começamos, pois talvez a gente não tenha começado, mas apenas continuado de algum lugar, em que o nosso olhar foi desfocado do óbvio e que nos trouxe aqui. Assim como eu, espero que você também chegue a algum lugar.

Mas, se por caso eu pudesse te direcionar, eu te convidaria a vir comigo para um lugar em que eu sempre quis chegar, um lugar em que pudéssemos vivenciar, conversar, refletir e quem sabe escrever, sobre experiências ou histórias de vidas, palpáveis, verdadeiras, mas que de tão verdadeiras, nos tiraria o ar, nos levaria ao imaginável, ao nunca antes vivido ou quem sabe escrito. Um lugar que pudéssemos sair das nossas caixinhas, das nossas casinhas e que pudéssemos tocar verdadeiramente a vida e, o mais importante, deixar que nossas vidas fossem tocadas, questionadas, recolocadas, reinventadas... pela vida de outras pessoas. É neste lugar que sonho em ir. Esse trabalho faz parte do processo. Ele impulsiona a chegar nesse lugar. Lugar esse, que ora marcado pela invisibilidade, ora pela discriminação e exclusão social, que se encontram as pessoas que vivem em situação de rua.

Concordamos com Camila Giorgetti quando ela diz que a população em situação de rua:

(...) não brota do chão como árvores em um parque ou plantas em um jardim, mas por trás de cada um deles, em que pesem as mais complexas situações de vulnerabilidade, há, invariável e incondicionalmente, uma história. Aquele homem ou aquela mulher, sujos, maltrapilhos, mal-cheirosos, alcoolizados, que o senhor ou a senhora observam estirados nos canteiros das grandes avenidas ou nos bancos das praças, tiveram, algum dia, trabalho, família, projetos de vida (...) (GIORGETTI, 2006, p.5).

São nessas histórias que eu quero chegar, são essas histórias que eu quero ajudar a contar. São essas pessoas que eu quero que sejam ouvidas e dissilenciadas, para que o muito que elas têm a falar possa nos assimilar, nos modificar, relançando-nos como metamorfoses nas teias do social. Enquanto não chegamos a esse lugar... Cabe a nós, daqui, do nosso lugar, continuar resistindo e questionando determinadas relações de poder, que culminam nas diversas formas de representação e de discursos fixos, opressores e excludentes para e com a população em situação de rua. Sobretudo, quando tomamos por base as relações sociais entre os indivíduos, pautadas na tensão entre a coexistência do “eu” em rejeição a presença do “outro”, se configurando em elementos que demarcam as diferenças e as representações identitárias.

Partindo dos objetivos propostos ao estudo, no primeiro objetivo (analisar como os discursos de atores sociais convocados para falar sobre as pessoas em situação de rua se articulam com a construção de suas identidades), partimos dos léxicos utilizados como referências e modos de avaliação dessa população nas reportagens analisadas. Observamos a diversidade de termos e expressões que se fazem presentes no imaginário social e que em sua maioria, evidenciam um caráter negativo para a representação da população em situação de rua. Trata-se de expressões pejorativas que se disseminam como conhecimento socialmente partilhado, com impactos na construção de suas identidades, posto que estas “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

A construção de identidades não é, portanto, um processo estritamente individual, mas também coletivo, que toma por base a relação do “eu” com o “outro”. Nessa relação o “outro” que é o diferente, o estranho, o anormal. O que tem valor é o “eu” e aqueles com os quais o “eu” se identifica. É uma forma do sujeito tentar afirmar sua imagem, em cima da negação da imagem do “outro” (LIMA e SILVA, 2017). Nesse constructo, a identidade emerge a partir do outro, nas tensões, nos conflitos, que figuram os estereótipos, os preconceitos e até legitimam a exclusão.

Na discussão do segundo objetivo (problematizar as narrativas das pessoas que são convocadas para falar sobre/da população em situação de rua), observamos a presença de diversos atores sociais que tiveram espaço de voz nas reportagens como: representantes públicos estatais, representantes dos movimentos sociais, representantes da assistência social, representantes da garantia dos direitos sociais e as pessoas em situação de rua. Os representantes públicos estatais foram os atores com mais espaço e recorrência de voz nas reportagens, em contrapartida, para a PSR restou espaços restritos.

Os diversos atores do discurso discorreram sobre o tema central das reportagens que tratam do Acolhimento Institucional da PSR no contexto da pandemia do Covid-19, apresentando nuances diferentes a essa discussão à medida que a realidade se modificava. Através do suporte do *software* IRAMUTEQ identificamos os léxicos com mais força nos discursos. Importante pontuar que o léxico “Estado” foi o mais forte e recorrente nos discursos, já que os contextos dos discursos o colocam enquanto responsável direto pelas ações voltadas a PSR durante a pandemia. O órgão público mais referenciado e cobrado nas reportagens pertencem a esfera municipal, através das prefeituras e suas respectivas secretarias municipais.

Para Natalino e Pinheiro (2020) são os municípios, por meio de sua capacidade de mobilização e seu papel legal de operacionalizar a concessão de benefícios socioassistenciais, os entes com maiores condições – e mais que isso, o dever – de oferecer cobertura às vulnerabilidades que eventualmente não estejam sendo atendidas por meio das diversas ações e políticas propostas.

No entanto, entende-se que, diante da complexidade da situação de rua, o poder público municipal não deve assumir essa responsabilidade sozinho, devendo atuar de forma intersetorial, através de uma sinergia de esforços governamentais e não governamentais para alcançar essas pessoas e auxiliá-las a reivindicar os seus direitos, garantindo-lhes o acesso as políticas públicas (NATALINO e PINHEIRO, 2020).

No que tange a PSR, certas vulnerabilidades – em particular a nutrição, o desabrigo frente às intempéries e atenção em saúde – exigem cuidados mais imediatos e que devem ser atendidos de forma célere, sobretudo, quando nos reportamos ao contexto atual de pandemia, que mesmo que seja considerado um momento atípico, se fazem imperativas a rapidez e a prontidão na oferta de proteção social pelo Estado, necessitando que haja articulação entre os órgãos governamentais nos três níveis de esfera.

Importante considerar as representações discursivas realizados pelo Movimento Nacional da População de Rua. Dentro desse contexto, a voz de Vanilson Torres, coordenador do movimento é a mais recorrente nas reportagens, seguida das vozes dos membros do MNPSR/RN, a Defensoria Pública, a coordenação do Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis, o CRESS/RN e Membros do Fórum Direito à Cidade. Trata-se de discursos de reconhecimento de direitos, político e de resistência, que coloca a PSR em um lugar de direito e de humanidade e que, portanto, deve ser vista, respeitada e colocada nas pautas das políticas públicas.

Os discursos dos movimentos, em específico, pautam-se na reivindicação dos direitos da PSR, sobretudo, do papel do Estado perante os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre essa população. A estratégia utilizada por alguns municípios do RN foi o acolhimento institucional, através da criação de vagas em abrigos já existentes e outros criados de forma emergencial. Mas, apesar da ampliação, constatou-se insuficiências para a demanda existente. Além disso, os movimentos sociais cobravam do poder público medidas emergenciais que pudessem dar a possibilidade da PSR conseguir fazer sua higiene pessoal, utilizar máscaras para proteção e alimentar-se, tendo em vista que as cidades se fecharam, inviabilizando quaisquer estratégias de sobrevivência criadas por eles, se tornando impossível que essa população provesse qualquer possibilidade para o seu sustento.

Pensar estratégias de isolamento e de sobrevivência para a PSR, sobretudo em um contexto como a pandemia, é desafiador, sobretudo para um Estado Brasileiro, este que normaliza e normatiza o sofrimento, a pobreza, as condições de vida precárias. É necessário partir do reconhecimento das demandas sociais e das carências. É necessário reconhecer a intersectorialidade como imprescindível na formulação das políticas públicas e nas ações voltadas para a população em situação de rua. É necessário o fortalecimento do sistema de proteção social para que esse possa se impor como meio de estabelecer estratégias a fim de alterar as condições de vida das pessoas em situação de rua e também para prevenir a ampliação desse contingente populacional cada vez mais presentes nos cenários urbanos.

Por fim, no último objetivo, buscamos discutir as narrativas de si sobre a experiência de estar/ser uma pessoa em situação de rua e analisamos reportagens em que a voz da população em situação de rua foi autorrepresentada. Tratou-se somente de duas reportagens, em um universo de trinta e duas que neste trabalho analisamos. Esse primeiro dado reforça uma realidade que se faz tão presente e que demonstra que essa população é comumente silenciada e pouco autorrepresentada por e nos veículos midiáticos, estes que permanecem perpetuando práticas excludentes e, garantindo lugar de fala a atores sociais quase sempre alheios às condições de vida e às necessidades da PSR, restando a essa população espaços de fala negados e/ou reduzidos sobre as suas próprias condições. Pesquisas anteriores também já evidenciaram que a população em situação de rua raramente tem voz para se autorrepresentar nos veículos jornalísticos, a exemplo do estudo de Resende (2015).

Esse fato também foi constatado no capítulo em que foi demonstrado que os interesses, as demandas e até mesmo as experiências de pessoas em situação de rua, são quase sempre representados, muitas vezes, pelo poder público, ativistas e religiosos, e mesmo que raramente, por seus movimentos organizados. Isso é visível mesmo quando se toma por base

reportagens que tratam sobre aspectos específicos do cotidiano dessa população como o acolhimento institucional, em um contexto como a pandemia do Covid-19, em que a vulnerabilidade social dessa população se encontra ainda mais escancarada.

Spivak (2010) em seu livro “Pode o subalterno falar?” utiliza o termo “subalterno” para referir-se as pessoas que ela considera que “estão situados nas camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 8). Nesse sentido, os subalternizados são “pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica” e, consequentemente, “do pensamento hegemônico” (SPIVAK, 2010, p. 84). Nesta obra, a autora busca problematizar o privilégio discursivo que certos grupos sociais detêm, em detrimento de outros, nas agendas discursivas.

Nesse contexto, se encontra a população em situação de rua, enquanto retrato social do que Spivak chamou de “subalternos”, já que por estarem fora das estruturas hegemônicas de poder, vê o seu direito de fala restringido e interditado, sendo impedida de construir discursos sobre o mundo em geral e sobre a sua própria condição social e de vida. Portanto, resta a essa população o lugar de subalternizado, lugar esse em que apenas o discurso do outro, daqueles que detém controle das agendas discursivas, é legitimado.

Isso nos faz lembrar da discussão de Djamila Ribeiro (2017) no seu livro “O que é lugar de fala?”. A sua discussão política sobre “lugar de fala” aborda qual o *locus* social das pessoas no discurso, “isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com suas experiências em comum. É isso que permite avaliar quanto determinado grupo - dependendo de seu lugar na sociedade - sofre um obstáculo ou é autorizado e favorecido” (RIBEIRO, 2019, p. 18).

Ribeiro (2017) aponta ainda que o não direito de fala dos grupos subalternizados é justificado pelo não reconhecimento de sua humanidade: “As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada fazem com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente” (RIBEIRO, 2017, p. 36).

Pensar sobre o lugar de fala da população em situação de rua é tentar problematizar a necessidade de se romper com o lugar de silêncio que historicamente foi construído e instituído para essa população. Será se um dia será possível? Será possível romper com a hierarquia estabelecida, que Derrida classifica como violenta (RIBEIRO, 2017)? O espaço

dado a essas narrativas nas reportagens poderia ser considerado uma forma de tentar romper com os discursos hegemônicos? Mesmo que minimamente?

Esse trabalho traz em cada linha a resistência, a persistência e a responsabilidade, de tentar fazer desse mundo, ou pelo menos, do lugar que estamos, um lugar com mais igualdade, empatia e respeito. Esperamos contribuir com o conjunto de pesquisas críticas alicerçadas nas disparidades sociais e que busca romper com a naturalização desse fenômeno social.

Esse trabalho nos permitiu pensar e identificar outras possibilidades de pesquisa, que aqui não conseguiríamos dar conta. Dessa forma, um dado que nos chama atenção é o fato de em universo de 32 entrevistas, a PSR só ter sido convocada para falar das suas próprias demandas em apenas 03 reportagens, demonstrando que os meios de comunicação, são de fato, parte do aparato ideológico do Estado e não dos cidadãos. Torna-se necessário pensar estratégias metodológicas que possam dar espaço de voz a essa população, para que suas demandas não sejam mascaradas pelas diferenças existentes e que possam se apresentar de forma questionadora e problematizada. Além disso, diante desse cenário de múltiplos silenciamentos, observamos que as mulheres em situação de rua se encontram em uma situação mais desafiadora, pois em nenhuma das reportagens observamos a presença das mulheres nos discursos, demonstrando a necessidade de realizar novas pesquisas, com metodologias que sejam capazes de fazer emergir as narrativas dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, D; SALVADORI, L. V. Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social e Rualização: Reflexões para o Serviço Social. *In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. Universidade Federal de Santa Catarina, **Anais (...)**. Santa Catarina, 2015, p. 1-8.

AFONSO, C. A. Internet no Brasil - alguns dos desafios a enfrentar. **Informática Pública**, v. 4, n. 2, p. 169-184, 2002.

AGENCIA BRASIL. Governo fará cadastro de entidades para acolher população de rua. **Agência Brasil**, Natal, RN, 03 de Abr. de 2020. Disponível em <<https://agorarn.com.br/brasil/governo-fara-cadastro-de-entidades-para-acolher-populacao-de-rua/>>. Acesso em 20 de Nov. de 2021.

AGORA RN. Prefeitura de Natal abre nesta sexta (15) mais um espaço para pessoas em situação de rua. **Agora RN**, Natal, RN, 15 de Mai de 2020a. Disponível em <<https://agorarn.com.br/geral/prefeitura-de-natal-abre-nesta-sexta-15-mais-um-espaco-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em 07 de Out de 2021.

_____. Forças Armadas irão colaborar na ampliação de espaços para moradores de rua. **Agora RN**, Natal, RN, 25 de Mar de 2020b. Disponível em <<https://agorarn.com.br/geral/forças-armadas-irão-colaborar-na-ampliação-de-espacos-para-moradores-de-rua/>>. Acesso em 10 de Out de 2021.

_____. Defensoria Pública averigua desalojamento de pessoas em situação de rua no Baldo. **Agora RN**, Natal, RN, 21 de Jan de 2020c. Disponível em <<https://agorarn.com.br/geral/defensoria-publica-verigua-desalojamento-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-baldo/>>. Acesso em 16 de Out de 2021.

ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

ALMEIDA, A. Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 28 de Jul de 2020. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/prefeitura-ameaca-despejar-moradores-em-situacao-de-rua-pela-3-vez-no-antigo-albergue-de-natal/>>. Acesso em 13 de Out de 2021.

ALMICO, T.; FARO, A. Coping of caregivers of children with cancer in chemotherapy process. **Psicologia, Saúde & Doença**, v. 15, n. 3, 2014.

AMORIM, S. Abrigo social devolve dignidade a moradores de rua. **O portal do Rio Grande do Norte**, Mossoró, RN, 26 de Abr de 2021. Disponível em <<https://portaldorn.com/abrigo-social-devolve-dignidade-a-moradores-de-rua/>>. Acesso em 23 de Ago de 2021.

ANDRADE, H. S. et al. A formação de redes intersetoriais no cuidado à população em situação de rua durante a pandemia de Covid-19: achados de um estudo avaliativo nacional com equipes de Consultório na Rua. **APS em Revista**. Vol. 3, n. 2, p.77-83, 2021.

ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora: Vozes, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária. 2007, 354 p.

BARDOEL, J.; DEUZE, M. Network journalism: converging competences of media professionals and professionalism. **Australian Journalism Review**. n. 23, p. 91-103, 2001.

BAKHTIN, M. **Speech genres and other essays**. 1. ed. Moscow: WMF Martins Fontes, 1986.

BARBOSA, S. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Revista Contracampo**, n. 07, 2008.

BARBOSA, S. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, E.; PALACIOS, MA. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador, BA, Calandra Ltda., v. 1, 2003.

BARROS-DELBEN, P. et al. Saúde mental em situação de emergência COVID-19. São Paulo, **Revista Debates em Psiquiatria – RDP**, v. 2, n. 10, p. 18–28, 2020.

BATALHA, E.; DOMINGUEZ, B. Hospitais Psiquiátricos: nunca mais?. **Revista Radis**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, n. 184, p. 24, 2018.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, 2005.

BELIN, L. L. Das ruas para a mídia: o assassinato de uma mulher em situação de rua no Rio de Janeiro e seu enquadramento midiático. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 1, p.133-144, 2019.

BERNARDES, A. G. et al. Psicologia e regimes de verdade nas práticas de promoção da saúde. **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 2-8, 2016.

BERTOCCHI, D. Gêneros jornalísticos em espaços digitais. In: 4º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4, 1995, Aveiro, Portugal. **Anais (...)**. Aveiro, Portugal, 2005. p. 1287-1299.

BIANCHINI FERREIRA, J. C.; LOPES, V.; PEDRINI, I. A Regionalização do portal de notícias G1: Um Estudo Sobre o Site G1 Rio Preto e Araçatuba. **Leituras de Jornalismo**. v. 1, n. 1, p. 50-63, 2014.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. v. 1, 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

BRAGA, C. F.; CAMPOS, P. H. F. **Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito**: o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol (2005-2009). Curitiba: Appris, 2012.

BRASIL. Decreto, Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. p. 16.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Presidente da República sanciona nova lei sobre drogas**. Publicado em 06 jun. 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/junho/presidente-da-republicasanciona-nova-lei-sobre-drogas>>. Acesso em: 15 de Set. de 2021.

BRASIL. Secretária de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Consultório de Rua**. Brasília, DF, 2011. Disponível em <<https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>>. Acesso em 13 de Out de 2021.

BUARQUE, C. **O que é apartação**: O apartheid social no Brasil. Brasília, DF: Editora Brasiliense, 2003. 91 p.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2. 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 18 p. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CANAVILHAS, J. Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2006. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2020.

CARVALHO, T. E. M. de; GURGEL, E. A. Gêneros jornalísticos no ciberespaço: estudo sobre os portais UOL e G11. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n. 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais (...)**. Caxias do Sul: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 01-15.

CASTELLS. **O poder da identidade. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. 2, 2 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

CACCIA BAVA, S. **A produção da agenda social mundial**: uma discussão sobre contextos e conceitos. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

CEOLIN, B.; TERRA, I. C.; CARMONA, R. População em situação de rua: estudo da realidade vivida. **Caderno de Humanidades e Perspectivas**, v. 4, n. 8, 2020.

CHAVES, T. D. S. S.; BELLEI, N. C. J. SARS-COV-2, o novo Coronavírus, **Revista de Medicina**, v. 99, n. 1, 2020.

CIAMPA, A. da C. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. **Interações**, v. 3, n. 6, p. 87-101. 1998.

COPE, D. G. Computer-assisted qualitative data analysis software. **Oncology Nursing Forum**, v. 41, n. 3, p. 322-323. 2014.

CORRÊA DE PAULA, M.; VIALI, L.; DURO GUIMARAES, G. T. Uso do software sphinx durante a realização de análise textual discursiva: Outros Percursos, **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 5, n. 03, p. 173-192, 2019.

CORRÊA, J. K. **O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade**. 2009. 117 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORES, T. **VOZES POR RUA** – Das ruas à coordenação nacional do movimento que luta pela garantia de direitos da população em situação de rua. Disponível em <<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-por-rua-das-ruas-a-coordenacao-nacional-do-movimento-que-luta-pela-garantia-de-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua/>> Acesso 20 de abr de 2022.

COSTA, L. A. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos**: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. 177 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

CROS, M. Les apports de la linguistique: langage des jeunes et sida. In: Les jeunes face au Sida: de la recherche à l'action. Agence Nationale de Recherche sur le Sida (ANRS), 2003, Paris, **Anais (...)**. Paris: ANRS, 1993, p. 50-61.

CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. **Rua**: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília: MDS, 2009. 240 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 5 mai 2020.

DE LUCCA, D. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, T.; MARTIEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, p. 19-43, 2016.

DERRIDA, J. **De la grammatologie**. Paris: Les éditions de minuit, 445 p. 1967.

Dejours, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2003.

DUARTE, R. População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 22 de Ago de 2020a. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/populacao-em-situacao-de-rua-desmente-prefeitura-e-quer-negociar-para-evitar-despejo-das-30-familias-no-baldo>>. Acesso em 14 de Out de 2021.

_____. Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por Covid-19 no RN. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 22 de Abr de 2020b. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/pessoas-em-situacao-de-rua-temem-aumento-do-preconceito-apos-confirmacao-da-1a-morte-por-covid-19-no-rn/>>. Acesso em 15 de Out de 2021.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ESMERALDO FILHO, C. E. **Necessidades de Saúde dos Moradores de Rua**: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE. 2010. 159 p. Dissertação (Mestre em Saúde Pública) - Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. v. 1, 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2003a.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003b.

FERRARI, P. **Jornalismo digital**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2014.

FERREIRA, C. P. DA S. **Consultório na Rua em Maceió/AL**: o olhar de pessoas em situação de rua. 2015. 90 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem e Farmácia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

FERREIRA, F. V.; ALVES, M. P. Representações sociais dos moradores de rua no jornal correio Braziliense: exclusão, dessemelhança e violência. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v.9, n.3, p. 35-56, 2015.

FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL. População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 2 de Abr de 2020. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/populacao-em-situacao-de-rua-em-natal-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em 30 de Ago de 2021.

FOUCAULT, M. **What is Enlightenment?**. New York: Pantheon Books, 1984.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, W. DE C. E. População em situação de rua. **Mundo Educação**, 2016. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2020

FRANCISCO, W. de C. **População em situação de rua**. **Brasil Escola**, 2016. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacaosituacao->

rua.htm>. Acesso em 23 de Nov. de 2021

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Campinas - SP: UNICAMP, 2004.

FRANGELLA, S. M. **Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas**. Cadernos Metr pole, v. 1, n. 13, p. 199-228, 2005.

FREITAS, F. L. **A constituição da identidade docente**: discutindo a prática no processo de formação. 2006. 127p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2006.

FREITAS, W. M. F. et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Rev. Saúde Pública**, vol.43, n.1, p.85-90, 2009.

FURINI, L. A. **População de rua, exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. **Projeto Renovando a Cidadania**: Pesquisa sobre a População em Situação de Rua do Distrito Federal. 1. ed. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

GOES, S. O. Violência como herança da exclusão social: Crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: Seminário Nacional População Em Situação De Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, 2008, São Paulo, SP. **Anais (...)**. São Paulo, SP, 2008, p. 170-179.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dial tica da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro**. Editora: Civilização Brasileira. v. 5, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, v. 1, 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, T. T. DA. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

IWAYA, G. H. *et al.* Preditores da intenção de permanecer em distanciamento social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, 2020. p. 714-734.

KANO, M. Y. *et al.* A experiência da casa resgate vida no processo na construção do ressignificado do ser e pertencer de moradores em situação de rua. In: Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, 2008, São Paulo, SP. **Anais (...)**. São Paulo, SP, 2008, p. 1-5.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis. **Annual Review of Applied Linguistics**, v. 11, p. 84-99, 1990.

LAHLOU, S. **Text mining methods**: an answer to Chartier and Meunier. LSE Research Online, p. 38.1-38.7, 2012.

LANA, R. M. *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, 2020.

LEMÕES, T. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. 2012. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

LIMA, F. R.; SILVA, J. A Autoafirmação do “Eu” e a Negação do “Outro”: Princípios Conflitantes de Construção Identitária na Contemporaneidade. **Rev. UNIABEU**, v. 10, n. 24, 2017.

LOPES, L. E. **Caderno de atividades**: curso atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de consultórios na rua. Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENSP, 2014.

LOPES, M. Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 3 de Set de 2020a. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/manifestantes-percorrem-ruas-do-centro-e-vaio-a-prefeitura-de-natal-pedir-melhores-condicoes-de-moradia/>>. Acesso em 14 de Out de 2021.

_____. População em situação de rua cresce em Natal e aumenta pressão sobre vagas no único abrigo da capital. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 9 de Nov de 2020b. Disponível em <https://www.saibamais.jor.br/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-em-natal-e-aumenta-pressao-sobre-vagas-no-unico-abrigo-da-capital>. Acesso em 14 de Out de 2021.

LOPES, M. M. Abrigo 24 horas para população de rua de Natal apresenta casos de covid-19. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 1 de Mar de 2021. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/abrigo-24-horas-para-populacao-de-rua-de-natal-apresenta-casos-de-covid-19/>>. Acesso em 14 de Out de 2021.

MACHADO, A. **Hipermídia**: o labirinto como metáfora. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1997.

MANIGLIO, F. Como nos venden la moto! Análisis crítico del discurso (ADC) y la utilización de NVivo. **Cursos virtuales CIESPAL**, 2016. Disponível em: <<https://ciespal.org/wp-content/uploads/2016/04/Francesco-Maniglio-2F.-C-mo-nos-venden-la-moto.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARINHO, T. Conectar e Desconectar Usabilidade e Convergência no portal Globo.com. *In*: XLIV Intercom, Fortaleza, 2011, **Anais (...)**. Fortaleza, 2011.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. ed. 1. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Portais de notícia brasileiros e interesse dos internautas: o que mudou entre 2012 e 2013 na composição da seção “notícias mais lidas”?. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2, p. 359, 2015.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia Soc.**, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MELO, J. M. DE; ASSIS, F. DE. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39–56, abr., 2016.

MELO, T. H. D. A. G. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. 195 p. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MELO, I. F. **Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e Prática**. Campinas: Pontes, 2012.

MENDIGO. In: Dicionário Etimológico, Etimologia e Origem das Palavras. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/>>. Acesso em: 27/10/2021.

MERCE, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). **Identity: community, culture, difference**, London: Lawrence And Wishart Ltd, 1990.

MIELNICZUK, L. Características e implicações do jornalismo na Web. In: Associação portuguesa de ciência da comunicação (SOPCOM), 2001, Lisboa. **Anais (...)**. Lisboa, 2001. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MIELNICZUK, L. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 2003, Salvador, **Anais (...)**. Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1000.PDF>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MINAYO, M. C. DE S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, n. 3, p. 342-344, 1992.

MONTEIRO, A. COIMBRA, M. C. B.; MENDONÇA, M. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público? **Rev. Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 2., p. 7-12, 2006.

MORE, J. *et al.* Evaluation of the globo.com portal efficiency: a case study in light of the fuzzy set theory. **JISTEM: Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 7, n. 2, p. 353-374, 2010.

MOREIRA, G. L. **Palavra Ética** [programa]. Belo Horizonte: TV Comunitária. 2012. 1 vídeo, 29min47s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bkQXmr68JLc&t=21s>>. Acesso 12 de nov de 2021.

MOURA FILHO, W. Editorial: expressão opinativa dos gêneros jornalísticos. *In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 38, 2015, Rio de Janeiro, **Anais (...)**. Rio de Janeiro, 2015.

MOURA JUNIOR, J. F. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de Rua de Fortaleza**. 2012. 159 p. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MOURA, L. **Como escrever na rede**: manual de conteúdo e redação para Internet. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MURAD, A. Oportunidades e desafios para o Jornalismo na internet. **Revista C LEGENDA**. v. 1, n. 2, p. 10, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36749/21324>>. Acesso em: 20 out. 2020.

NASCIMENTO, E. P. DO. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2003.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia**: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. n. 67, 2020.

NEIVA-SILVA, L. **Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: um estudo longitudinal**. 2008. 223 P. Tese (Doutorado em Psicologia) - Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NOBRE, M. T. Narrativas de Modos de Vida da Rua: Histórias e Percursos. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-10, 2018.

OLIVEIRA, F. J.; FEITOSA, M. Z. DE S. Representações sociais e população em situação de rua: A Visibilidade Construída Pela Mídia. **Revista FSA**, v. 13, n. 2, p. 226-243, 2015.

OLIVEIRA, L. T. DE. A (re)construção da identidade social da população em situação de rua da cidade de Marília. *In: Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas*. 1, 2008, Brasília, **Anais (...)**. Brasília, 2008.

OLIVEIRA, M. L. DE M. **População em Situação de Rua**: Trajetórias de vida e necessidades sociais. 2017. 97 p. Monografia (Bacharel em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

PAIVA, I. K. S. de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016.

PALÁCIOS, M. A. Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro. *In: XXV Intercom*, Salvador, 2002, **Anais (...)**. Salvador, 2002.

PALÁCIOS, M. A. Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para debate, **Revista PJ:BR**, n. 4, p. 10, 2004.

PALÁCIOS, M. A. O que há de (realmente) novo no Jornalismo Online?. *In: Conferência proferida por ocasião do concurso público para professor titular na FCOM/UFBA*, Salvador, 1999, **Anais (...)**. Salvador, 1999.

PALÁCIOS, MA. Polarização, Inclusão e Exclusão social: uma proposta de monitoramento do Projeto Aveiro Digital. *In: I Colóquio Internacional de Redes e Cibercidades*. Salvador, 2001 **Anais (...)**. Salvador, 2001

PARDO ABRIL, N. G. **¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es...pobreza? Análisis crítico de los medios**. 1. ed. Bogota, Col: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

PEREIRA, C. P. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. 2008, 197 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, M. O. et al. What is the emphasis of Brazilian drug policy: resocialization or internment?. **Esc Anna Nery**, v. 23, n. 3, p. 1-9, 2017.

PEREZ, O C. **ONGS e governo: um estudo sobre as organizações não governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal**. 2005, 207 p. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em sociologia da USP, São Paulo: SP, 2005.

PORTAL RN. Abrigo recebe primeiros moradores de rua. **O portal do Rio Grande do Norte**, Mossoró, RN, 7 de Abr de 2020. Disponível em <<https://portaldorn.com/abrigo-recebe-primeiros-moradores-de-rua/>>. Acesso em 23 de Ago de 2021.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. DE M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 1. ed. v. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, F. A.; CARMO, P. E. R. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Contexto Escolar**. 2012, 15 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Informática) - Faculdade de Quatro Marcos, Mato Grosso, 2012. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/astecnologiasinformacaocomunicacao-tics-no-contexto-escolar.htm>> Acesso: 08 de fev. de 2021.

REIS, M. S. DOS. **O movimento nacional da população de rua em São Paulo: um diálogo com as políticas sociais públicas**. 2011, 85 p. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-Franca, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2011.

RESENDE, V. de M. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de S. Paulo. **Revista de Estudos de Linguagem**, v. 28, n. 1, p. 565–596, 2020.

RESENDE, V. de M. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. **Rev. Discurso e Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 106-128, 2015.

RESENDE, V. de M. Representação Discursiva de Pessoas em Situação de Rua no “Cadernobrasília”: Naturalização e Expurgado Outro. **Rev. Linguagem e (Dis)curso**, v. 12, n. 2, p. 39-465, 2012.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, I. D. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. **Calidoscópio**, v. 15, n. 3, p. 529-541, 2017.

RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica e realismo crítico. **Implicações interdisciplinares**, v. 12, Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

RESENDE, V. de M. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua?. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 955-988, 2016.

RESENDE, V. de M.; GOMES, M. C. A. Representação da Situação de Rua no Jornalismo Eletrônico em Textos Verbo-Visuais - A Violência em Discurso no Correio Braziliense (2011-2013). **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, n. 1, p. 165-191, 2018.

RESENDE, V. de M.; SANTOS, A. A. dos. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. **Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso**, v. 2, n. 12, p. 81-102, 2020.

RIBEIRO, D. **O que É Lugar de Fala?**. ed. 1, v. 1, Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICHARDSON, J. **Analysing Newspapers: An Approach from Critical Discourse Analysis**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

ROBAINA, I. M. M. “Deixados na esquina da morte”: População em situação de rua, bio (geo) política e COVID-19. **Revista Ensaios de Geografia**. v. 5, n. 2, p. 81-86, 2020.

ROCHA, D. C. A. Identidade, representações e performatividade: palavras, ações e crucificação na Parada Gay em São Paulo. **Rev. brasileira de linguística aplicada**. v. 19, n. 4, p. 849-870, 2019.

ROSA, A. DA S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 576-582, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. Ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 1989.

RUTHERFORD, J. **Identity: Community, Culture and Difference**, ed. 2, London: Lawrence and Wishart, 1990.

SA, J. Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”. **A agência SAIBA MAIS**, Natal RN, 26 de Abr de 2020a. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/vanilson-torres-se-houver-politicas-publicas-as-pessoas-sairao-da-situacao-de-rua>>. Acesso em 20 de Ago de 2021.

_____. Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 23 de Mar de 2020b. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/pessoas-em-situacao-de-rua-do-rn-reivindicam-abertura-de-espacos-publicos-como-abrigos/>>. Acesso em 20 de Ago de 2021.

_____. Covid-19: Mais da metade dos sem-teto do único Albergue 24h em Natal está contaminada. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 3 de Mar de 2021. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/covid-19-mais-da-metade-dos-sem-teto-do-unico-albergue-24h-em-natal-esta-contaminada/>>. Acesso em 20 de Ago de 2021.

SAMPAIO, C. Contra retrocessos na política antimanicomial, CNS pede que governo revogue portaria. **BRASIL DE FATO**. Brasília, DF, 15 de Fev. de 2018. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/15/contra-retrocessos-na-politica-antimanicomial-cns-pede-que-governo-revogue-portaria>>. Acesso em 25 de Out. de 2021.

SANTOS, B. DE S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, G. P. A. **Voz da Situação de Rua na Agenda de Mudança Social no Brasil: Um Estudo Discursivo Crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)**. 2017, 264 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília: DF, 2017.

SANTOS, N. D. **O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina: uma trajetória de luta**. 2012, 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina: PR, 2012.

SANTOS, V. *et al.* IRAMUTEQ nas pesquisas qualitativas brasileiras da área da saúde, **Scoping Review**, v. 2, p. 10, 2017.

SANTOS, G. Vozes insurgentes da situação de rua no Brasil: relações discursivas entre Movimento Nacional da População em Situação de Rua e Estado. **Rev. Discurso e Sociedad**, v. 13, n. 1, p. 139-163, 2015.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. v.1, São Paulo, SP: Cultrix, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 5, p. 70-99, 1995.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A "situação de rua" para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre, ed. 3, Porto Alegre, RS: Editora do Brasil, p. 11-26, 2012.

SCHUCK, R. J.; CAZAROTTO, R. T.; SANTANA, E. L. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental. **Ensino em Re-Vista**, v. 27, n. 3, p. 1131-1154, 2020.

SEARA, I. R. Discurso e exclusão em contextos midiáticos. *In*: IV Simpósio Internacional de Análise de Discurso, 4, 2016, Belo Horizonte, **Anais (...)**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: Proposta de novos critérios de classificação. Portugal: Covilhã, 2009.

SILVA, C. J. População de rua, mais invisíveis que o vírus. Outras Mídias, São Paulo, SP. 30 de Jun. de 2021. Disponível em <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/populacao-de-rua-mais-invisiveis-que-o-virus/>>. Acesso em 13 de Nov. de 2021.

SILVA, D. J.; SILVA, S. C. DA. População em Situação de Rua, Território e Políticas Sociais em Campos dos Goytacazes/RJ. *In*: XVII ENANPUR, Planejamento e Gestão do Território em Suas Múltiplas Escalas. São Paulo, 2017, **Anais (...)**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36749/21324>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 296 p.

SILVA, R. C. DA; SIMON, C. P. Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. **Revista PSICO**, v. 36, n. 1, p. 39-46, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1373/1073>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, B. L.; SILVA, A. X. A Política Nacional de Saúde Mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. **Serviço Social em Revista**, v. 23, n.1, p. 99-11, 2020.

SILVA, D. J.; SILVA, S. C. População em situação de rua, território e políticas sociais em Campos dos Goytacazes/RJ. *In*: XVII ENANPUR, **Anais (...)**. São Paulo, 2017, p. 1-15.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: Um levantamento de medidas municipais emergenciais. n. 74, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020

SILVA, T. T. DA. A produção social da identidade e da diferença. *In*: HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais, ed. 3, Rio de Janeiro, RJ: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, W. C. A análise comparativa entre os portais de internet dos maiores grupos de comunicação do Pará. In: II Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã. Salvador, 2011, **Anais (...)**. Salvador, 2011.

SMALLMAN, M. Public Understanding of Science in turbulent times III: Deficit to dialogue, champions to critics. **Public Understanding of Science**, v. 25, n. 2, p. 186-197, 2016.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

SOARES, R. C. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. **Rev. Argumentum e Debate**. v. 10, n. 1, p. 24-32, 2018.

SOARES, S. DE J. *et al.* O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem. In: 21º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, Bento Gonçalves, 2015, **Anais (...)**. Bento Gonçalves, 2015. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_145.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SOUZA, C. R. da S. et al. Pastoral do Povo de Rua: Estratégias e Ações de Solidariedade. In: Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID19, 3. 2021, Brasília, DF. **Anais (...)**. Brasília, DF, 2021. p. 81-87.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. 5. ed. v. 1, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. 432 p.

TUENIA, K. Movimento PopRua realiza campanha de arrecadação em Natal e diz que ações do Poder Público são insuficientes. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 6 de abr de 2020a. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/movimento-poprua-realiza-campanha-de-arrecadacao-em-natal-e-diz-que-aco-es-do-poder-publico-sao-insuficientes/>>. Acesso em 10 de Out de 2021.

_____. Abrigos destinados à população em situação de rua em Natal serão fiscalizados. **A agência SAIBA MAIS**, Natal, RN, 27 de abr de 2020b. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/abrigos-destinados-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-natal-serao-fiscalizados>>. Acesso em 13 de Out de 2021.

UFERSA. **Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições - PPGCTI**. Disponível em: <<https://ppgcti.ufersa.edu.br/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto**: Uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 330 p.

VAN DIJK, T. **Nuevo racismo y noticias**: un enfoque discursivo. Los retos de la diversidad. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. 33-55 p.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VELOZ, M. C. T.; NASCIMENTOS-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.2, n.12, p. 479-501, 1999.

VIEIRA, M. A. DA C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População De Rua: Quem É, Como Vive, Como É Vista**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2004.

VILLALOBOS, J. G. **Organizações não-governamentais: um passo para frente e dois para trás**. Maringá: UEM, 2001.

WELLEN, H. A. R. Neoliberalismo, reforma do estado e o público não-estatal: novos contornos entre o público e o privado. **Rev. Século XXI**, v.1, n.2, p.95-114, 2011.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. DA (Ed.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. p. 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WOODWARD, K.; SILVA, T. T. DA S.; HALL, S. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Editora Vozes, 2000.

YAZBEK, M. C. **Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais**. Centro Português de investigação em história e trabalho social, 2010.

ZILLER, J. Velocidade e credibilidade: algumas consequências da atual estruturação do webjornalismo brasileiro. In: XXIX Intercom, Brasília, 2006, **Anais (...)**. Brasília, 2006.

APENDICE A

Nº	ANO	DATA REDAÇÃO	DATA ACESSO	EST.	PORTAL	TÍTULO REPORTAGEM	SUB TÍTULO	TEMATIZA ÇÃO	LINK REPORT.	AUTOR DA REPORT
1	2020	28/04/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Comissão fiscaliza acolhimento à população de rua de Natal durante pandemia		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Comissão fiscaliza acolhimento à população de rua de Natal durante pandemia (agorarn.com.br)	REDAÇÃO
2	2020	23/03/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Covid-19: São Paulo cria abrigos emergenciais para pessoas em situação de rua		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Covid-19: São Paulo cria abrigos emergenciais para pessoas em situação de rua (agorarn.com.br)	REDAÇÃO
3	2020	21/01/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Defensoria Pública averigua desalojamento de pessoas em situação de rua no Baldo	Retirada ocorreu na segunda-feira (20) e teria como objetivo recolher entulhos existentes na região do viaduto, mas moradores foram desalojados sem nenhum aviso	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Defensoria Pública averigua desalojamento de pessoas em situação de rua no Baldo	REDAÇÃO

									(agorarn.co m.br)	
4	2020	25/03/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Forças Armadas irão colaborar na ampliação de espaços para moradores de rua	Solicitação é para ampliar espaços destinados à população que vive em situação de rua	ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Forças Armadas irão colaborar na ampliação de espaços para moradores de rua (agorarn.co m.br)</u>	REDAÇÃO
5	2020	03/04/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Governo fará cadastro de entidades para acolher população de rua	Ação ocorrerá por meio do Programa Pátria Voluntária	ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Governo fará cadastro de entidades para acolher população de rua (agorarn.co m.br)</u>	CITOU AGENDA BRASIL
6	2020	02/07/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Macaíba terá alojamento para pessoas em situação de rua	Neste contexto de pandemia, a administração municipal recebeu 60 mil reais do Governo Federal para custear todas as atividades durante três meses	ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Macaíba terá alojamento para pessoas em situação de rua (agorarn.co m.br)</u>	REDAÇÃO

7	2020	15/05/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Prefeitura de Natal abre nesta sexta (15) mais um espaço para pessoas em situação de rua	Usuários contam com alimentação, banheiros, lavanderias, fornecimento de álcool gel, máscaras faciais de proteção descartáveis e material informativo sobre a Covid-19	ACOLHIM ENTO INSTITUCIO NAL	<u>Prefeitura de Natal abre nesta sexta (15) mais um espaço para pessoas em situação de rua</u> (agorarn.com.br)	REDAÇÃO
8	2020	25/03/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Prefeitura de Natal abriga moradores de rua para combate ao Covid-19	Instalação de abrigo provisório na Escola Municipal Santos Reis foi realizada na manhã desta quarta-feira (25)	ACOLHIM ENTO INSTITUCIO NAL	<u>Prefeitura de Natal abriga moradores de rua para combate ao Covid-19</u> (agorarn.com.br)	REDAÇÃO
9	2020	24/03/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Prefeitura de Natal define espaços para proteger moradores de rua do coronavírus	Além da Escola Municipal Santos Reis e o Centro de Convivência Santos Reis, o Centro Municipal de Referência em Educação (Cemure) e o Albergue Municipal também vão acolher as 143 pessoas registradas em situação de rua	ACOLHIM ENTO INSTITUCIO NAL	<u>Prefeitura de Natal define espaços para proteger moradores de rua do coronavírus</u> (agorarn.com.br)	REDAÇÃO
10	2020	24/03/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Prefeitura de Natal vai abrigar moradores de rua em escolas	Escola Municipal Santos Reis e o	ACOLHIM ENTO	<u>Prefeitura de Natal</u>	REDAÇÃO

							Centro de Convivência Santos Reis vão acolher 143 pessoas em situação de rua	INSTITUCIO NAL	<u>vai abrigar moradores de rua em escolas (agorarn.com.br)</u>	
11	2020	29/09/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Semtas abre albergue 24h e centro para população em situação de rua	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), funciona de segunda a sexta, das 8h às 17h. Lá, são disponibilizados serviços como guarda de pertences, lavanderia e banho, refeições completas e pronto-atendimento médico, em parceria com o Consultório de Rua.	ACOLHIMENTO INSTITUCIO NAL	<u>Semtas abre albergue 24h e centro para população em situação de rua (agorarn.com.br)</u>	REDAÇÃO
12	2020	27/07/2020	28/07/2021	RN	AGORA RN	Semtas ampliou atendimento à população de rua com abrigos 24 horas em Natal	Secretaria trabalha para implementar um abrigo 24h definitivo, quando as aulas presenciais na rede municipal forem retomadas	ACOLHIMENTO INSTITUCIO NAL	<u>Semtas ampliou atendimento o à população de rua com abrigos 24 horas em Natal (agorarn.com.br)</u>	REDAÇÃO

									<u>m.br)</u>	
13	2020	06/04/2020	28/07/2021	RN	PORTAL DO RN	Abrigo para moradores de rua será aberto amanhã em Mossoró	De acordo com o Município, 52 pessoas em situação de rua confirmaram a ida ao abrigo	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Abrigo para moradores de rua será aberto amanhã em Mossoró - Portal do RN</u>	REDAÇÃO
14	2020	07/04/2020	28/07/2021	RN	PORTAL DO RN	Abrigo recebe primeiros moradores de rua	Abrigo recebe primeiros moradores de rua	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Abrigo recebe primeiros moradores de rua - Portal do RN</u>	REDAÇÃO
15	2020	24/03/2020	28/07/2021	RN	PORTAL DO RN	Escolas vão abrigar moradores de rua durante pandemia do coronavírus	A decisão correu após reunião nessa segunda-feira (23)	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Escolas vão abrigar moradores de rua durante pandemia do coronavírus - Portal do RN</u>	REDAÇÃO
16	2020	26/03/2020	28/07/2021	RN	PORTAL DO RN	Mossoró terá abrigo para moradores de rua durante a pandemia	De acordo com dados, a cidade conta com 95 moradores de rua atendidas regularmente com	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Mossoró terá abrigo para moradores de rua durante a</u>	ALYSON OLIVEIRA

							ações de saúde e políticas públicas		pandemia - Portal do RN	
17	2021	26/04/2021	28/07/2021	RN	PORTAL DO RN	Abrigo social devolve dignidade a moradores de rua	Unidade oferece abrigo, alimentação, orientação e segurança	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Abrigo social devolve dignidade a moradores de rua - Portal do RN	Sayonara Amorim
18	2020	27/04/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Abrigos destinados à população em situação de rua em Natal serão fiscalizados		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Abrigos destinados à população em situação de rua em Natal serão fiscalizados (saibamais.jor.br)	Kamila Tuenia
19	2020	03/09/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal	Prefeitura ameaça despejar mais de 60 famílias durante a pandemia	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal (saibamais.jor.br)	Mirella Lopes

20	2020	06/04/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Movimento PopRua realiza campanha de arrecadação em Natal e diz que ações do Poder Público são insuficientes	Ações do Governo do Estado e Prefeitura de Natal são insuficientes, aponta coordenador do movimento	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Movimento PopRua realiza campanha de arrecadação em Natal e diz que ações do Poder Público são insuficientes (saibamais.jor.br)</u>	Kamila Tuenia
21	2020	23/03/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos (saibamais.jor.br)</u>	Jana Sá
22	2020	22/04/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por Covid-19 no RN	Abrigo instalado pela prefeitura é insuficiente	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por</u>	Rafael Duarte

									<u>Covid-19 no RN (saibamais.jor.br)</u>	
23	2020	09/11/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	População em situação de rua cresce em Natal e aumenta pressão sobre vagas no único abrigo da capital		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>População em situação de rua cresce em Natal e aumenta pressão sobre vagas no único abrigo da capital (saibamais.jor.br)</u>	Mirella Lopes
24	2020	22/08/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo (saibamais.jor.br)</u>	Rafael Duarte
25	2020	02/04/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>População em situação de rua em</u>	Fórum Direito à Cidade Natal

									<u>Natal em tempos de pandemia (saibamais.jor.br)</u>	
26	2020	27/07/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	População em situação de rua em Natal protesta contra ameaça de despejo após pandemia e pede alojamento 24 horas		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>População em situação de rua em Natal protesta contra ameaça de despejo após pandemia e pede alojamento 24 horas (saibamais.jor.br)</u>	Allan Almeida
27	2020	28/07/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	<u>Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal (saibamais.jor.br)</u>	Allan Almeida

28	2020	26/04/2020	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”		ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua” (saibamais.jor.br)</u>	Jana Sá
29	2021	01/03/2021	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Abrigo 24 horas para população de rua de Natal apresenta casos de covid-19		ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Abrigo 24 horas para população de rua de Natal apresenta casos de covid-19 (saibamais.jor.br)</u>	Mirella Lopes
30	2021	03/03/2021	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Covid-19: Mais da metade dos sem-teto do único Albergue 24h em Natal está contaminada		ACOLHIME NTO INSTITUCIO NAL	<u>Covid-19: Mais da metade dos sem-teto do único Albergue 24h em Natal está contaminada - Saiba Mais</u>	Jana Sá
31	2021	12/02/2021	28/07/2021	RN	SAIBA MAIS	Das 14 pessoas sem teto expulsas do Viaduto do Baldo pela Prefeitura de Natal,		ACOLHIME NTO INSTITUCIO	<u>Das 14 pessoas sem teto</u>	Mirella Lopes

						apenas quatro conseguiram abrigo		NAL	<u>expulsas do Viaduto do Baldo pela Prefeitura de Natal, apenas quatro conseguiram abrigo (saibamais.jor.br)</u>	
--	--	--	--	--	--	----------------------------------	--	-----	---	--